

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário

28 de Maio de 1992

Preço: 120\$00

Nº 962

Director:

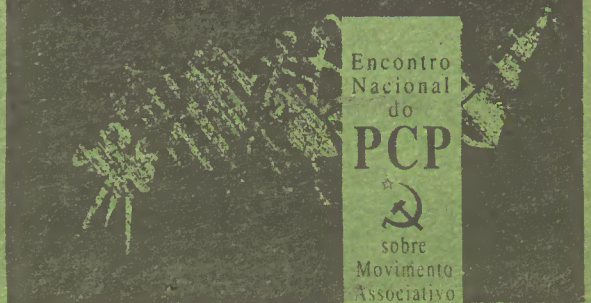
Carlos Brito

# «Exigimos debate nacional sobre Maastricht e a PAC»

Editorial.  
Págs. 3, 7 e 9

Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas e o Grupo Parlamentar do PCP, através do deputado comunista João Amaral, intervieram nos últimos dias sobre os problemas nacionais levantados pela desastrosa política europeia do Governo Cavaco Silva

Mais associativismo  
Mais democracia



**A defesa e reforço do associativismo popular é uma frente de defesa da democracia**  
– *Encontro do PCP sobre o movimento associativo* Págs. 16 e 17

**O ataque aos direitos dos trabalhadores** Pág. 22



**Assembleias de Organização**  
Págs. 8, 9 e 23

**PERU**  
**O golpe de Fujimori**  
– *Artigo de Miguel Urbano Rodrigues* Pág. 26



Feira do Livro em Lisboa

## RESUMO

20  
Quarta-feira

Isolado, o general Suchinda cede às exigências da oposição tailandesa, e anuncia amnistia para os manifestantes presos ■ Lu Ping, responsável chinês para as relações com Macau, admite que a República Popular da China venha a revogar toda a legislação portuguesa no território, após 1999 ■ Parlamento da Crimeia aceita revogar declaração de independência aprovada há duas semanas ■ As organizações açorianas do PS e do CDS admitem coligação para concorrer às próximas eleições regionais ■ Azerbaijão anuncia a sua retirada da Comunidade de Estados Independentes ■ Bush, pelos EUA, e Nazarbaiev, pelo Cazaquistão, assinam em Washington um acordo de comércio ■ Centenas de bombeiros sapadores, vindos de todo o País, concentram-se no Terreiro do Paço, exigindo do Governo a clarificação da tutela.

21  
Quinta-feira

A queda de um helicóptero, no Largo da Estação, em Braga, causa oito feridos ■ O «dossier» sobre a Política Agrícola Comum é finalmente acordado na CE, admitindo o ministro Arlindo Cunha que a reforma não é perfeita. A CAP considera-o um «mau acordo» ■ O Parlamento russo considera ilegal a entrega da Crimeia, decidida em 1954 ■ Comissão Concelhia do PSD, da Marinha Grande, ameaça demitir-se, protestando contra o encerramento da empresa «Irmãos Stephens» ■ José Saramago é galardoado com uma distinção especial pelo júri do prémio internacional Mondello deste ano ■ Reúne o Conselho de Estado, convocado por Mário Soares, que pretende ouvir opiniões sobre o Tratado de Maastricht ■ O rei da Tailândia nomeia outro general, Tinsulanonda, para arbitrar as divergências entre Suchinda e a oposição ■ Segundo o departamento militar sueco, a China faz explodir bomba nuclear de grande potência, em ensaio no Noroeste do país ■ Roger Coleman, que há anos recorria das sentenças que o condenaram à morte, no Estado da Virgínia, é finalmente executado.

22  
Sexta-feira

O general Suchinda é forçado a abandonar o cargo de primeiro-ministro da Tailândia ■ O pavilhão da Associação Portuguesa de Editores e Livradores é derrubado por forte ventania, no dia da inauguração da Feira do Livro de Lisboa ■ A França e a Alemanha anunciam a criação de um exército conjunto, de «vocação europeia» ■ A Polónia e a Rússia assinam em Moscovo um tratado de cooperação entre os dois países ■ A Ucrânia reage desfavoravelmente ao voto do parlamento russo sobre a ilegalização da entrega da Crimeia àquele país e pretende fazer valer as suas pretensões sobre o território.

23  
Sábado

A Suécia acolhe o general Suchinda, ex-primeiro-ministro tailandês, que abandonou o seu país

após renunciar ao cargo ■ É assassinado pela Máfia, em Palermo, mais um juiz italiano. Falcone, a mulher e três polícias são assassinados pela deflagração de uma bomba de grande potência ■ Reúne-se em Lisboa uma conferência internacional com o objectivo de estudar ajudas aos países membros da ex-URSS ■ O Partido Socialista reúne vários congressos distritais para elegerem novas direcções ■ Álvaro Cunhal participa na VI Assembleia Concelhia de Almada do PCP, tomando a palavra no encerramento dos trabalhos ■ É assinado em Lisboa o Tratado Start, sobre a redução dos arsenais estratégicos. Assinam os EUA, a Rússia, o Cazaquistão, a Bielorrússia e a Ucrânia ■ Arnaldo Forlani demite-se de secretário-geral da DC italiana, em consequência da falta de acordo que tem dificultado a eleição do novo Presidente da República.

24  
Domingo

Derrotando o Futebol Clube do Porto, no Jamor, o Boavista conquista a Taça de Portugal ■ Termina em Lisboa a Conferência sobre a ajuda à CEI, com poucos resultados práticos ■ Pedro Collor vinga-se do irmão, fazendo revelações públicas sobre a vida privada e os negócios escuros em que o Presidente do Brasil está implicado ■ Os berlinenses vão às urnas, em eleições municipais, as primeiras após a unificação. Ganha a esquerda, e o PDS, o novo partido dos comunistas, obtém um significativo resultado ■ Na Áustria, o novo Presidente eleito é Thomas Klestil, um conservador, que sucede a Kurt Waldheim ■ Um carro armadilha explode junto ao estádio do Atlético de Madrid, provocando seis feridos ■ Julio Anguita, secretário-geral do PCE, é eleito presidente da IU, Esquerda Unida.

25  
Segunda-feira

O Presidente Mário Soares devolve ao Governo o texto do decreto-lei sobre a redução dos efectivos militares, vetando o diploma ■ Em Itália, o colégio eleitoral do PR elege finalmente o novo Presidente italiano, que passa a ser o democrata-cristão Oscar Scalfaro ■ A aviação israelita efectua dois ataques sobre o território do Líbano, a pretexto de atacar bases do movimento Hezbollah ■ Meia centena de palestinianos são feridos pelas forças israelitas na faixa de Gaza, que é encerrada, por decisão dos ocupantes, durante três dias ■ O Presidente do Brasil move processo judicial contra o irmão, acusando-o de alegadas calúnias sobre a sua vida pessoal.

26  
Terça-feira

Governo propõe preço mínimo de propinas para o ensino superior entre 20 e 50 contos anuais ■ Agricultores portugueses, apoiados por associações espanholas e francesas, protestam contra a reforma do PAC ■ EUA planeiam despedir 700 trabalhadores das Lajes ■ Dirigentes palestinianos querem que a Comunidade Europeia co-patrocine as negociações de paz para o Médio-Oriente ■ Gorbatchov vai representar o PCUS perante o Tribunal Constitucional da Rússia.

## Desmistificação e intervenção

A mistificação tornou-se o método mais usual da governação do PSD. O Governo não presta ao país uma informação verdadeira sobre as decisões políticas, já tomadas ou em curso (sejam de natureza interna, comunitária ou externa) com o indispensável esclarecimento das suas implicações e consequências.

O que o Governo faz, na sua actuação mistificadora, é apresentar essas decisões de forma propagandística para que delas resulte a exaltação da imagem governamental, secundarizando ou ocultando os aspectos mais negativos de custos previsivelmente pesados para a grande maioria dos portugueses.

Volta não volta o país é sobressaltado pelas trombetas da comunicação social anunciando mais uma vitória do Governo.

Foi assim há dias com a chamada reforma da PAC. E, entretanto, o que verdadeiramente aconteceu foi a aprovação de novas orientações para a agricultura comunitária, obrigatórias para Portugal, que vão prejudicar gravemente os interesses da agricultura e dos agricultores portugueses e os interesses do país.

O que aconteceu é que o Governo de Cavaco Silva não hesitou, para obter as boas graças dos ricos países comunitários do Norte e algum resultado para a sua cinzenta presidência da CE, em sacrificar os interesses nacionais, encerrando precisamente o dossier que desde sempre se apresentava (como aqui salientámos há meses) como o mais nocivo para o nosso país.

Como foi salientado na Conferência de Imprensa da Comissão Política do PCP, de 22 de Maio, conduzido pelo camarada Agostinho Lopes: «A Reforma da PAC vai obrigar Portugal a reduzir a sua produção agrícola e a importar ainda mais» e «provocará o alargamento do fosso entre os rendimentos dos agricultores portugueses e comunitários».

O Governo do PSD não só não trabalhou para salvaguardar a especificidade da agricultura nacional, mas foi mesmo o coveiro dos interesses específicos dos agricultores portugueses.

Apesar disto, assinale-se que a acção mistificadora do Governo foi repercutida não só na televisão e na rádio públicas, mas pelos comentadores da TSF e nos títulos do «Público» e até um porta-voz da chamada «Plataforma» se «manifestou favorável à assinatura da Reforma da PAC», no que só foi acompanhado pelo PSD.

Entretanto, todas as organizações ligadas à agricultura, na continuação de uma luta que vinha de trás e que o Governo ignorou, afirmaram decidida oposição à Reforma e desencadearam acções de protesto, como a manifestação da Curia, com a participação de delegações de outros países comunitários, que irão marcar a actualidade política dos próximos dias.

Chocantemente mistificadora, por se tratar do direito à saúde, é a forma como o Governo apresenta e justifica a generalização e o agravamento das chamadas «taxas moderadoras». No discurso hipócrita do Governo tratar-se-ia de proceder «com mais justiça social» e «evitar os abusos».

Os portugueses já perceberam como a tal «justiça social» faz com que as despesas de saúde pesem crescentemente nos orçamentos familiares de quem ganha, mesmo que sejam uns tostões, acima do salário mínimo nacional (há centros de saúde em que se paga taxa para obter uma receita) e já perceberam também os trabalhos burocráticos (que em alguns casos levam à desistência) de quem tem direito à isenção.

A verdade é que Portugal é dos países da Comunidade onde o Estado despense menos com a saúde e o Governo pretende ainda diminuir a sua participação.

**«Todo o poder autoritário é hipócrita e mistificador, despreza a cidadania e participação popular, recusa o debate democrático, secundariza as instituições onde não domina e quer controlar ou condicionar as oposições»**

O objectivo das «taxas moderadoras» é dificultar o acesso aos serviços públicos de saúde e empurrar os doentes para as clínicas privadas e a generalidade dos cidadãos para os seguros de saúde, onde o grande capital está a investir e se prepara para fazer grandes negócios.

São, por tudo isto, justíssimas as acções de protesto que estão em curso e a concentração promovida pela CGTP para o próximo dia 28.

Justíssimas são igualmente as movimentações dos estudantes do Superior contra o aumento das propinas cuja justificação é também completamente hipócrita e mistificadora, como se vê no artigo de Edgar Correia neste número do «Avante!».

A propósito de mistificações é, ainda, indispensável uma palavra de esclarecimento em relação ao caso das pensões concedidas a dois ex-inspectores da PIDE por, nos termos do despacho subscrito com as assinaturas de Cavaco Silva e Braga de Macedo, «serviços excepcionais e relevantes prestados ao país.»

Em face da justa emoção, repulsa e indignação que o conhecimento da concessão das pensões aos ex-PIDES provocou na opinião democrática tem-se assistido a uma sistemática acção de branqueamento das responsabilidades do Primeiro-Ministro e do Governo.

Uns culpam a lei. O «Expresso», por exemplo, apressou-se a anunciar

que o Primeiro-Ministro queria promover a alteração da lei para que o caso não se voltasse a repetir. Outros, vários comentadores, culpam sobretudo os juizes do Supremo Tribunal Militar.

A verdade é que as responsabilidades do Governo não são disfarçáveis com estes expedientes. Primeiro, porque a lei não obriga os governantes do PSD a conceder as pensões (lembre-se que não a concederam a Salgueiro Maia). Segundo, porque, merecendo justificada indignação democrática, o parecer dos juizes do Supremo Tribunal Militar que confunde actos de bravura com acção criminosa da PIDE, a verdade é que a organização do processo, a sua conclusão e decisão final são da responsabilidade do Governo.

Este recurso ao método da mistificação está estreitamente ligado aos crescente carácter autoritário que o poder do PSD tem vindo a revestir.

O abuso do poder, a governamentalização das instituições, a partidarização da administração, das Forças Armadas e da Comunicação Social, a redução das liberdades e dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos de uma maneira geral, a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais e culturais, o leilão das empresas públicas mais rentáveis e a entrega através das privatizações do melhor do património nacional aos grupos monopolistas, nada disto e muito menos tudo isto, pode ser apresentado e defendido com as verdadeiras motivações e reais objectivos.

Todo o poder autoritário é hipócrita e mistificador, despreza a cidadania e participação popular, recusa o debate democrático, secundariza as instituições onde não domina e quer controlar ou condicionar as oposições.

Quem não observa estes sinais na vida política portuguesa? São visíveis em toda a actuação do Governo e da maioria parlamentar do PSD, estão patentes em três processos em curso da maior importância:

- a política de imposições e factos consumados em matéria de Defesa Nacional e designadamente no processo de reestruturação das Forças Armadas que motivou a importante decisão do Presidente da República de vetar o respectivo diploma;

- os preparativos de alteração da lei da greve à boleia do projecto de lei apresentado pelo CDS cuja admissão impuseram à Assembleia da República apesar da sua grosseira inconstitucionalidade;

- as combinações que se desenvolvem entre PSD e PS para uma ratificação do Tratado de Maastricht, o mais possível em surdina, sem informação ao país nem debate nacional.

São três processos em que se impõe a atenção e intervenção da opinião e das forças democráticas, tanto a nível institucional como no plano da acção popular, pelas suas repercussões para o regime democrático e o futuro do país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3988793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impreso na Heka Portuguesa

R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora

Deposito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## O CDS e a revisão da Constituição Uma iniciativa completamente inaceitável!

A revisão da Constituição proposta pelo CDS e PSN com vista à realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht foi rejeitada pela totalidade dos restantes partidos com assento parlamentar.

Em debate sexta-feira última, o projecto de resolução centrada carece de "fundamentação", segundo Rui Machete (PSD), enquanto Alberto Costa (PS) justificou a recusa da sua bancada por entender que quer o CDS quer o PSN "só querem um facto político", justificável à luz da "pequenez das respectivas representações parlamentares".

Outras foram as razões aduzidas pela bancada comunista que, pela voz do seu deputado João Amaral, considerou a iniciativa em apreço "completamente inaceitável", isto porque, disse, "directa ou indirectamente a possibilidade de referendo tal como a configura o CDS iria desembocar no referendo sobre matéria constitucional".

Uma possibilidade que a bancada comunista não admite, uma vez que, na sua perspectiva, a Lei Fundamental "deve gozar de estabilidade", garantida de resto na própria Constituição, como assinalou João Amaral, ao recordar que "as revisões só são permitidas cinco anos após a última revisão, e

a assunção de poderes de revisão nesse interim de cinco anos só deverá fazer-se com carácter absolutamente excepcional, que só imperiosas razões podem justificar".

Razões acrescidas foram ainda invocadas pelo deputado comunista para a posição da sua bancada, parte delas relacionadas com o que considerou ser a "notória indefinição de contornos e falta de rigor" do projecto centrado. Estão neste caso, observou, o não estar equacionada a sequência de votações, referendo e revisão constitucionais, a falta de ponderação quanto à circunstância de ir ocorrer o processo de eleições nas Regiões Autónomas (o que inviabiliza a realização de qualquer referendo) e a não apresentação do quadro de perguntas.

Para o PCP, de acordo com as palavras de João Amaral, cuja intervenção publicamos nesta página, importa ainda que o Tratado de Maastricht seja objecto de um amplo e profundo debate nacional, de modo a que não se repita o que se passou com o Acto Único, tendo nesse sentido apresentado na Mesa da Assembleia um projecto de resolução, no qual se preconiza a publicação pelo Parlamento do texto do Tratado da União Europeia, a realização de um colóquio parlamentar e a promoção de debates televisivos sobre o assunto.

## João Amaral no Parlamento: «O tratado de Maastricht deve ser objecto de um profundo e amplo debate nacional»

O projecto de resolução apresentado pelo CDS para que a Assembleia da República assumisse poderes de revisão constitucional, apesar de não limitado no seu objecto já que a Constituição não o permite, é entretanto justificado pelos seus proponentes pela exclusiva necessidade de alterar o artigo 118.º da Constituição a fim de tornar possível realizar um referendo sobre a matéria do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht).

O PCP entende que a Constituição da República deve gozar de estabilidade. A própria Constituição o garante: as revisões só são permitidas 5 anos após a última revisão, e a assunção de poderes de revisão nesse interim de 5 anos só deverá fazer-se com carácter absolutamente excepcional, que só imperiosas razões podem justificar.

O projecto do CDS, justificado para possibilitar referendos sobre tratados que envolvam matéria constitucional, é, na opinião do PCP, completamente inaceitável. Directa ou indirectamente, a possibilidade do referendo tal como o configura o CDS iria desembocar no referendo sobre matéria constitucional. Essa possibilidade foi expressamente afastada no processo de revisão constitucional de 1989, quando foi introduzido o mecanismo do referendo. A opção de afastar esse tipo de referendo foi maduramente pensada. Esse tipo de referendo foi afastado, pelos perigos que comporta e pela perversão plebiscitária que permite.

Acresce sublinhar que o CDS apresenta este projecto com notória indefinição de contornos e falta de rigor: sem equacionar a sequência de votações, referendo e revisão constitucionais; sem ponderar a circunstância de ir ocorrer o processo de eleições nas Regiões Autónomas o que inviabiliza a realização de qualquer referendo; sem apresentar o quadro de perguntas.

O CDS, no preâmbulo do projecto de resolução, começa por afirmar-se europeísta e a favor do Tratado da União Europeia. Só que assinalar, como faz o CDS, a gravidade das opções contidas no Tratado para afinal o aplaudir; e propor um referendo que com as vicissitudes e problemas que levanta é praticamente inexecutável — tudo isto mostra que o projecto do CDS não passa a escala das manobras para os media de uma direcção que se quer diferenciar e afirmar.

O CDS acordou tarde para uma problemática que já vem de trás.

O PCP considera que o Tratado de Maastricht deve ser obrigatoriamente objecto de um profundo e amplo debate nacional.

O que se passou com o Acto Único, votado numa manhã, na mais profunda ignorância do País e mesmo do Parlamento sobre o seu conteúdo, não se pode admitir que se repita.

O PCP propôs que esse debate se realizasse desde logo sobre as próprias propostas que foram negociadas durante todo o ano de 91 para serem presentes a Maastricht; propusemos que esse debate incidisse sobre as posições que Portugal deveria defender; propusemos que o debate público sobre



Maastricht se tivesse já iniciado, com a profundidade e seriedade que o tema exige.

O debate está apresentado. Tem sido boicotado pelo Governo, pela bancada do PSD.

Tememos que a rejeição, que fazem hoje PSD (e PS), seja mais a rejeição de qualquer debate público do que tão-somente do referendo proposto!

O PCP considera que é agora que se impõe, sem mais demora, concretizar esse debate público.

Sem demora, não porque haja qualquer prazo próximo. Portugal não tem que ser o primeiro país a ratificar o Tratado; nada obriga a que Portugal tenha que ser dos pri-

**O PCP considera que o Tratado de Maastricht deve ser obrigatoriamente objecto de um profundo e amplo debate nacional. O que se passou com o Acto Único, votado numa manhã, na mais profunda ignorância do País e mesmo do Parlamento sobre o seu conteúdo, não se pode admitir que se repita.**

meiros países a ratificar o Tratado; aliás, o Tratado nem sequer tem que ser obrigatoriamente ratificado até 31 de Dezembro.

O próprio Tratado prevê a sua entrada em vigor depois dessa data, em disposição expressa (art. R das disposições finais).

Sem demora portanto não por essa razão, que não existe. Sem demora porque é preciso realizar esse debate sem constrangimentos, com toda a preparação e profundidade.

Apresentamos um projecto de deliberações sobre esse debate público, sobre um passo prévio que é indispensável.

Propomos que a Assembleia edite o Tratado de Maastricht (alinhado com o actual Tratado das Comunidades), para que se conheçam exactamente as alterações!

Propomos que essa edição seja em número significativo de exemplares (mesmo sem se atingir o número de 400 mil que constituíram a primeira edição feita na Dinamarca).

Propomos que seja distribuído por associações, escolas e outras estruturas, e que seja posto à venda ao público por um preço simbólico.

Apresentamos também uma proposta de resolução, para a organização de um colóquio parlamentar (que seria editado) e para a realização de debates na RTP, incluindo com todas as forças políticas representadas na Assembleia.

Este debate público, com esta dignidade e profundidade, é absolutamente indispensável.

O Tratado de Maastricht não é um tratado qualquer, mais um tratado no quadro das Comunidades. O Tratado de Maastricht, chamado de Tratado da União Europeia, representa uma alteração qualitativa das Comunidades.

O Tratado contém um conjunto sistematizado de transferências de soberania numa dimensão supranacional, em áreas particularmente sensíveis para a independência nacional.

O objectivo que é prosseguido sem contemplações no Tratado de Maastricht é o da concretização de um vasto mercado interno, onde não existe qualquer entrave à situação de capitais e mercadorias, e com políticas económica, financeira e monetária de natureza e comando supranacionais.

A União Europeia está assim concebida para possibilitar

## Política cultural

# Actos do Governo continuam por esclarecer

### ● Maioria rejeita inquérito parlamentar proposto pelo PCP

Em pouco mais de quinze dias, a política cultural do Governo ocupou por duas vezes a atenção do Parlamento. Depois de um debate suscitado pelo próprio Executivo no passado dia 29 de Abril - cujo balanço, diga-se, não lhe foi particularmente favorável - a matéria voltou de novo a estar na ordem do dia da agenda parlamentar, desta feita por força de um pedido de inquérito parlamentar subscrito pelo PCP.

Na origem da iniciativa, a necessidade de apurar as circunstâncias que têm rodeado as medidas de natureza legislativa e administrativa tomadas pelo Executivo no quadro da política cultural e em particular no âmbito da reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura.

Uma política que como é do domínio público tem sido alvo de uma fortíssima contestação por parte dos mais variados quadrantes da criação artística e dos agentes culturais. Nessa medida, para a bancada comunista - e foi isso que procurou ao longo do debate -, tratava-se de esclarecer os aspectos mais controversos das orientações da Secretaria de Estado de Cultura e que maiores reservas têm suscitado.

Numa tentativa de desvalorizar o debate, Santana Lopes argumentou que os efeitos da acção governamental não são susceptíveis de ser avaliados imediatamente e adiantou mesmo não ter medo do inquérito parlamentar. Uma valente prosápia, sem qualquer consequência prática, talvez por saber de antemão que a sua maioria iria chumbar a iniciativa da bancada comunista.

É que, a ser aprovada a referida Comissão de Inquérito, não faltariam certamente as matérias e os testemunhos capazes de fundamentar as razões que estão na origem de um tão vasto movimento de repúdio.

Referindo-se a algumas delas, entre as quais a exclusão de José Saramago da lista de concorrentes ao Prémio Literário Europeu, o deputado comunista António Abreu assinalou as alterações na área do património cultural e nos arquivos, na política do livro e da cultura, e a extinção da Direcção-Geral de Acção Cultural.

Focados pelo deputado do PCP foram ainda os vários aspectos da reestruturação da SEC, designadamente os que resultaram em ameaças de despedimento a trabalhadores, na sequência de "uma abjecta campanha de calúnias lançada «off the record» contra a sua dignidade profissional". Para o deputado comunista trata-se de do despedimento de "pessoas com direito ao trabalho e à valorização profissional, que contrastam violentamente com a utilização irregular de recursos e equipamentos por parte do secretário de Estado".

As justificadas apreensões manifestadas pela generalidade dos interessados pelo fenómeno cultural, no que foi um sinal de que o assunto não está encerrado para o PCP, ainda segundo António Abreu, "tornam indiscutível a necessidade de se proceder a uma apreciação dos actos da política cultural do Governo, onde se insere a chamada reestruturação da SEC."



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Intervenção de João Amaral

o domínio económico dos mais fortes, sejam países, sejam os grandes empórios industriais e financeiros.

Várias disposições do Tratado, entre as que constituem o seu núcleo duro, chocam-se com disposições da Constituição da República.

A União Económica e Monetária instituída pelo Tratado comporta uma fortíssima dimensão política a que se subordinam outros objectivos como a dimensão social, a coesão económica e social e a própria liberdade de circulação de pessoas.

À fragilidade de uma política social assinada a 11 e às indetermináveis discussões sobre os apoios financeiros, opõe-se a fria determinação da construção da UEM e do seu sistema de comando das economias, com a absorção dos poderes hoje nacionais de definição da política económica e cambial, do poder de emissão de moeda, da definição do défice orçamental, com a sujeição do que resta para a política económica nacional à supervisão ou vigilância da Comissão e do Conselho.

Paralelamente, a instituição da Política Externa e de Segurança Comum, com uma componente de defesa que aponta a prazo para uma defesa comum europeia, torna explícito o percurso federalista em que o Tratado de Maastricht se insere com todas as consequências que daí decorrem para a soberania e a independência nacional.

Quanto à construção do chamado terceiro pilar, o domínio da cooperação jurídica e policial, é explícita a intenção de erigir um sistema policial integrado, bem como um sistema de informações informatizado à escala da Comunidade; é explícita a intenção de transferir para nível supranacional a definição e execução das políticas de imigração, de vistos, de asilo, e de controlo das fronteiras externas, limitando o acesso de nacionais de terceiros países particularmente do Sul à Comunidade, e controlando apertadamente as movimentações dentro da Comunidade.

Esta União Europeia não corresponde aos interesses dum país como Portugal, um país de economia débil, com um limitado Produto, com dimensão e população reduzidas quando comparadas com os quatro ou cinco mais fortes países da Comunidade, um país afastado geograficamente do poderoso centro económico da Comunidade.

Um Tratado com estas componentes não tem obrigatoriamente que ser discutido com profundidade pelo País?

Quando, nesta União Europeia, se alarga a decisão por votação maioritária, para todas as áreas e nomeadamente para área económica, que margem de autonomia para o país escasso que então exibiremos ser?

Quando na situação actual, e com a permissiva política do Governo, as alavancas centrais da economia portuguesa estão em perigo de passar para mãos estrangeiras — como está a suceder nos petróleos — que perspectivas para o futuro de Portugal no quadro da União Europeia, com a economia a ser comandada de Bruxelas?

Que margem resta a Portugal para definir o seu modelo de desenvolvimento num quadro concertado com a integração para combater as tendências que transforma a economia portuguesa num apêndice das grandes economias do centro da Europa, numa economia orientada para os interesses destas economias?

Que margem para a defesa dos interesses nacionais no contexto das relações internacionais?

Que margem para a defesa dos interesses nacionais no contexto das relações internacionais? Que margem para uma política de defesa nacional quando se acelera já o processo de integração e multinacionalização das Forças Armadas dentro da Europa? Quando através da UEO a Comunidade se pretende constituir numa potência militar actuando fora dos seus limites geográficos?

Para um país como Portugal esta situação é ainda particularmente agravada quando: o Governo actua com imprevidência pretendendo precipitar o processo de ratificação do

**Que margem resta a Portugal para definir o seu modelo de desenvolvimento num quadro concertado com a integração para combater as tendências que transformam a economia portuguesa num apêndice das grandes economias do centro da Europa, numa economia orientada para os interesses destas economias?**

Tratado mesmo sem garantir no quadro da negociação do Pacote Delors II o que estava ao alcance de Portugal conseguir no que toca aos fluxos financeiros provenientes da Comunidade; quando o Governo, com irresponsabilidade e desleixo criminoso, não responde ao País sobre o estado de preparação da economia para o embate único de 1 de Janeiro de 1993; quando na ânsia de publicitar com fins de propaganda político-partidários resultados como no caso da PAC.

Esta União Europeia, além de tudo o que está dito, padece de um vício de estrutura gravíssimo, configurado na falta de controlo democrático, o chamado duplo défice democrático, défice dos Parlamentos Nacionais expropriados de competências determinantes, défice do Parlamento Europeu que

não recebe nem controla o exercício dessas competências, entregues à Comissão e sem o controlo indispensável parlamentar e judicial.

A eurocracia configura portanto não só o processo de redução da soberania nacional, mas também de empobrecimento da própria democracia.

Um Tratado com estas componentes e implicações, que a ser ratificado teria de ser precedido de uma revisão constitucional, não se mete na agenda da Assembleia da República de sopetão nsm se impõe ao País sem o seu conhecimento completo, sem análise aprofundada, sem um debate sério.

Não há qualquer razão para pressa. O Tratado não a impõe, como está demonstrado; e os interesses nacionais exi-

**Esta União Europeia não corresponde aos interesses dum país como Portugal, um país de economia débil, com um limitado Produto, com dimensão e população reduzidas quando comparadas com os quatro ou cinco mais fortes países da Comunidade, um país afastado geograficamente do poderoso centro económico da Comunidade.**

gem precisamente o contrário. Exigem ponderação, estudo, debate.

O PCP rejeita o chauvinismo e o nacionalismo fechado ao mundo, tanto quanto rejeita vocações federalistas escondidas sob o disfarce de uma chamada Construção Europeia original.

O PCP pronuncia-se hoje, como o tem feito, pelo desenvolvimento harmonioso e acelerado do País no quadro de uma construção europeia solidária, aberta ao Mundo, com a primazia da dimensão social e da convergência real das economias.

Defendemos a intensificação da cooperação, da especialização produtiva vantajosa do País no quadro dos processos de integração.

Mas a defesa dos interesses nacionais, dos interesses do povo português, exige a garantia dos meios de intervenção dos órgãos de soberania em todos os níveis. Para o País que somos, qualquer outra solução conduza à subalternização e a médio prazo compromete os interesses do povo e do País.

Portugal garantiu a sua independência ao longo de séculos, num atribulado processo histórico que marca indelevelmente o povo português.

As gerações que hoje constituem o nosso país herdaram-no para o legar às gerações vindouras como um país mais justo, mais desenvolvido, pacífico, prestigiado.

O PCP entende que o País não deve correr o risco de abrir portas para transformar Portugal numa região periférica de uma União Europeia comandada por Bruxelas, Bona, Paris e Londres, o risco de dar passos fora de um debate nacional que permita a expressão dos sentimentos e dos interesses do povo português.

**Timor-Leste**



A Comissão Parlamentar de acompanhamento da situação em Timor-Leste elaborou na sua última reunião um documento de condenação à Indonésia para ser entregue aos representantes de Jacarta na conferência de assistência à Comunidade de Estado Independentes, realizada no último fim-de-semana em Lisboa.

No texto, os deputados da Comissão reafirmam a "condenação nacional à brutal repressão continuamente exercida sobre a população do território pela Indonésia", sublinhando simultaneamente o "inalienável direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, nos termos da Constituição da República e da Carta das Nações Unidas".

Atenta ao evoluir dos acontecimentos naquele território, a Comissão chama ainda a atenção para "o atropelo aos mais elementares direitos humanos" pela Indonésia, considerando que as condições de vida em Timor-Leste "têm vindo a agravar-se, designadamente após o massacre de 12 de Novembro".

**Despedimentos na Marinha Grande**



Um grupo de trabalhadores da Marinha Grande manifestou-se hoje oito dias nas galerias da Assembleia da República em protesto contra o encerramento da fábrica-escola de vidro Irmãos Stephens e consequente destruição de cerca de quatro centenas de postos de trabalho.

Em plena sessão, os trabalhadores levantaram-se gritando palavras de ordem como "trabalho sim, desemprego não", levando o o Presidente da Assembleia da República a pedir a evacuação das galerias reservadas ao público.

Esta acção dos trabalhadores surge na sequência de várias tentativas feitas no sentido de serem recebidos em audiência pelo Primeiro-Ministro, pedidos que nunca lograram alcançar os seus objectivos, caindo todos eles em «saco roto».

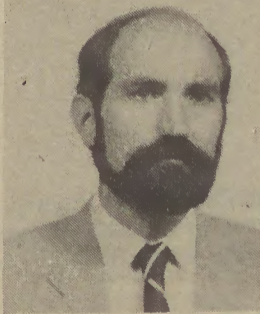
**Novo acto de censura**



Dezoito anos depois do 25 de Abril ter restituído as liberdades, pondo termo a todas as formas de censura, os actos censórios protagonizados pelo Governo ou seus representantes voltam a colocar na ordem do dia a questão dos direitos fundamentais dos cidadãos. Depois do escândalo que envolveu a censura ao romance de José Saramago, foi a vez do cineasta João César Monteiro ter visto recentemente excluído da "III Semana do Cinema Europeu" promovida pela Comunidade Europeia em Marrocos o seu filme "Recordações da Casa Amarela".

A decisão de censurar a película e de proibir que ela fosse exibida em Marrocos partiu do embaixador português, Pedro Madeira de Andrade, que alegou para o seu acto, depois de ter assistido a uma primeira projecção do filme em Rabat, que este era "muito cru".

Reagindo a esta situação, Raul de Castro, deputado independente da Intervenção Democrática (ID), em requerimento dirigido ao Governo, solicita esclarecimentos ao ministro dos Negócios Estrangeiros sobre as medidas por este adoptadas face à gravidade deste acto censório cometido por um embaixador, acto que em sua opinião constitui uma "escandalosa violação das regras de uma sociedade democrática e da própria letra expressa da Constituição".



**Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, denunciou a incapacidade do Governo para dar resposta adequada aos graves problemas decorrentes da seca**

**Seca Situação agrava-se e Governo nada faz**

A incapacidade do Governo para accionar acções de emergência, concretas, decididas e enérgicas capazes de responder aos graves problemas decorrentes da situação de seca que atinge o País foram de novo postas em evidência no Parlamento. Foi numa das sessões plenárias da passada semana, e a questão foi despoletada justamente por um projecto de resolução da iniciativa do PCP com vista à adopção de medidas de combate aos efeitos deste prolongado período marcado pela ausência de precipitações.

Na ocasião, Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, chamou a atenção para as carências de água no solo que em muitas regiões não excede os 15 por cento das necessidades de culturas de sequeiro, enquanto a percentagem de água nas albufeiras a Sul do Tejo se situa apenas a 59 por cento da sua capacidade máxima, quando em igual data do ano passado rondava os 95 por cento.

Dando conta da verdadeira dimensão do problema no plano agrícola, o deputado comunista referiu ainda que mais de metade da produção de cereais de Outono/Inverno está perdida, situação que no caso das culturas de Primavera se afigura ainda grave, uma vez que não serão feitas, isto a par da falta de alimentos para os gados, de dificuldades na extracção da cortiça e da entrada em crise económica de empresas a montade e a jusante da produção.

Neste contexto, acrescida relevância assumem as medidas preconizadas no projecto de resolução do PCP contendo «Medidas de Combate à Seca», plano onde são contempladas não apenas medidas de emergência para acudir à gravidade da situação actual, como também medidas de natureza estrutural, as únicas, aliás, capazes de garantir que no futuro situações idênticas não possam voltar a ter lugar.

## Privatizações

# Falta de transparência compromete Governo

● PCP apresenta pedido de inquérito parlamentar

Confirmando o anúncio feito por Jerónimo de Sousa em declaração política feita na passada semana, foi já entregue na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução subscrito por deputados do PCP visando a constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar ao processo das privatizações.

Na base desta iniciativa da bancada comunista está o seu entendimento de que a realidade e o curso das coisas neste domínio está longe de ser conforme com os objectivos enunciados quer por altura da revisão da Constituição económica quer no debate que levou à

aprovação da lei Quadro das Privatizações.

Em causa está sobretudo a forma pouco transparente que tem rodeado todo o processo, bem como os novos desenvolvimentos impostos pelo Governo do PSD claramente inseridos numa ofensiva global que, segundo Jerónimo de Sousa, visa a "liquidação do património público empresarial com o objectivo estratégico e ideológico de reconstituição de grandes grupos capitalistas e de restauração do capitalismo monopolista".

"Animado por um retrógrado liberalismo e através de uma intervenção administrativa alheia aos próprios

mecanismos de mercado", assinalou Jerónimo de Sousa, o Governo PSD "pretende que a reconstituição dos grandes grupos económicos e a concentração capitalista se opere, não em resultado da concorrência do sector privado com o sector público mas através de decretos liquidacionistas".

Um caminho onde pelos vistos não se olha a meios e vale praticamente tudo para atingir o objectivo de transferência forçada do património, recursos e bens do Estado para as mãos de grandes capitalistas. Daí que Jerónimo de Sousa não tenha hesitado em classificar o processo de "tenebroso",

assinalando que a prosseguir e a concretizar-se esta operação "o sistema socio-económico corre sérios riscos de ser idêntico ao que vigorava durante a ditadura".

O parlamentar comunista acusou ainda o Governo de neste processo adoptar uma "estratégia e uma ideologia" que se compagina com os objectivos dos grandes grupos estrangeiros e das sete velhas famílias que dominaram Portugal durante 48 anos de ditadura, estratégia esta de "liquidação e entrega" que é completamente contrária a uma política capaz de assegurar o desenvolvimento económico e garantir o interesse nacional.

## Um processo tenebroso

Ao longo da sua intervenção, Jerónimo de Sousa teve a preocupação de fundamentar com alguns exemplos concretos o nível a que chegou a falta de transparência que tem envolvido o processo de privatizações levado a cabo pelo Governo. Em comum, nos casos relatados, o comprometido procedimento de um Executivo que mantém um estranho silêncio perante um processo de leilão e entrega a preços subavaliados do melhor património público empresarial ao grande capital nacional e estrangeiro.

Eis algumas das interrogações e outras tantas perplexidades deixadas por Jerónimo de Sousa perante a Câmara:

"Como é possível que encarregados de avaliar empresas públicas para efeitos do seu leilão as subavaliem e depois as rematem?"

Como reage o Governo ante os autênticos cambalochos em curso que leva, por exemplo, José Roquete a admitir em público que se concluiu previamente com José Manuel de Melo antes de concorrer à compra do Totta & Açores; que o grupo Espírito Santo venha à praça pública dizer que queria a Tranquilidade e o BESCL e depois não haja outros concorrentes; que o grupo Melo compre a Sociedade Financeira Portuguesa sem oposição; que Champalimaud diga ter havido um "acordo de cavalheiros" para concorrer sozinho e a adquirir por metade do preço, a valores internacionais, a Mundial Confiança?

Confirma-se ou não que o Governo quer permitir ao grupo Melo o tempo necessário para juntar capitais a fim de iniciar a privatização da Seguradora Império e que o IPE estaria a negociar com este grupo a venda por um preço de saldo da Compal?"

## Regiões Autónomas

# Desenvolvimento impõe solidariedade liberta dos jogos de poder laranja

A responsabilidade pelos diferenciais de desenvolvimento existentes entre o continente e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, de que são testemunho os níveis de evolução do produto nos últimos cinco anos, é da inteira e exclusiva responsabilidade do PSD e da sua gestão tanto nos governos regionais como no governo central.

Desta acusação, largamente fundamentada, sem resposta cabal que a refutasse, não se livraram a maioria e o Executivo de Cavaco Silva no debate sobre solidariedade institucional com as regiões autónomas realizada na passada semana por iniciativa do CDS.

Numa tentativa de contornar o essencial das questões colocadas, para o Governo, representado no debate por Marques Mendes, ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, tudo se resumia a "uma manobra oportunista resultante de meros efeitos e jogos eleitorais" por parte da oposição, adiantando mesmo que aquilo a que apelidou de "frenesim de última hora" e a "sucessão de iniciativas" relacionadas com as regiões autónomas se devem às eleições regionais de Outubro.

A resposta não se fez esperar, com o centrista Narana Coissoró a acusar aquele membro do Governo de "fazer eleitoralismo barato" e de ser "um grande especialista de progra-

mas e discursos que aproveita os telejornais para fazer campanha eleitoral".

Octávio Teixeira, líder parlamentar comunista, numa intervenção que não se desviou do cerne dos verdadeiros problemas em debate, explicou por sua vez as razões pelas quais a sua bancada entende caber ao PSD a responsabilidade pela "desconvergência real" existente entre o continente e as regiões autónomas em matéria de desenvolvimento económico e social.

No caso dos governos regionais do PSD, observou, essa responsabilidade resulta do facto de sobrepor "os seus objectivos político-partidários de manutenção e manipulação do poder regional, de clientelização e de compadrio, às necessidades objectivas de definir e implementar políticas globais e sectoriais assentes nas realidades regionais e orientadas para o desenvolvimento económico e para a melhoria das condições de vida das populações".

Já no que se refere aos governos centrais do PSD, na perspectiva do dirigente comunista, a questão passa pela forma como têm encarado a solidariedade económica-financeira para com as regiões autónomas: "não como uma responsabilidade nacional de carácter estrutural e de natureza permanente, mas como um instrumento aleatório, como

uma contrapartida proporcional à relatividade do peso parlamentar dos deputados regionais do PSD na Assembleia da República".

"Se o número de deputados é essencial para garantir maiorias (e já o foi), os cordões da solidariedade da Gomes Teixeira e anexos abrem-se fácil e abundantemente. Se essa essencialidade não existe (e é a situação actual) a dita solidariedade retrai-se, o centralismo impera, e as populações regionais sofrem os custos dos jogos intrapartidários do poder laranja", sublinhou o dirigente comunista, antes de citar como exemplo desta realidade as transferências do Orçamento do Estado para as regiões autónomas, cuja evolução tem vindo a registar uma redução em termos reais de 1985 para cá.

Neste quadro, para o PCP, o esforço da solidariedade de que as regiões autónomas carecem deve basear-se fundamentalmente no "aproveitamento racional dos recursos endógenos e na diversificação e valorização das sua actividade económica", o que implica em primeiro lugar a "consideração e adopção de políticas e medidas específicas" em áreas diversas como as dos transportes, dos acessos aos mercados e da fiscalidade.

A instauração de um "relacionamento financeiro com o Estado que

assente em regras claras, imunes às conjunturas partidárias do exercício do Poder" constitui outra medida a implementar num quadro de solidariedade para com a Madeira e os Açores, que deverá exercer-se em ordem a garantir a comparticipação ajustada do Governo da República nos encargos com despesas públicas

que a limitação das receitas próprias daquelas regiões não consegue satisfazer.

Do ponto de vista do PCP, ainda de acordo com as palavras de Octávio Teixeira, esta solidariedade reclama igualmente que a nível das instituições do poder regional seja "garantida a aplicação efi-

caz e não partidarizada dos recursos que são colocados à sua disposição", devendo simultaneamente ser impedidos "os desmandos e aventureirismos financeiros" e assegurados o pleno e livre exercício "dos direitos e liberdades democráticas e a efectiva igualdade de oportunidades".

## Miguel Urbano Rodrigues sobre a Cimeira do Rio

A propósito da apresentação de dois projectos, um do PCP e outro dos Verdes, visando ambos que a Assembleia da República resolvesse aprofundar o debate sobre a Cimeira da Terra, a realizar no Rio de Janeiro, o camarada Miguel Urbano Rodrigues produziu na AR uma intervenção na qual criticou a actuação do Governo no âmbito da participação portuguesa naquela cimeira.

"Nas vésperas da abertura da ECO-92" disse o deputado, «uma chuva de críticas desabou na Europa sobre a presidência portuguesa das Comunidades. São justíssimas. Organizações internacionais ligadas à defesa do Ambiente censuram a displicência com que os representantes de Portugal conduziram os trabalhos preparatórios da Conferência do Rio.

«O director do Bureau do Ambiente, Van Ermen, em entrevista ao semanário «Expresso» foi muito explícito. Cito: «O papel representado pela Presidência portuguesa nos trabalhos preparatórios de Nova Iorque foi fraco, não tendo havido uma verdadeira liderança. O embaixador português que conduziu as reuniões não estava à altura do encontro. Faltaram grupos de trabalho com capacidade e propostas de textos concretos para discutir».

«As enérgicas teses do ministro Carlos Borrego sobre o lixo tóxico não encontraram tradução na prática.

"Não o vemos fazer nada" comentou com razão a Greenpeace. "Como Presidente do Conselho de Ministros do Ambiente teria de apresentar propostas que forçassem decisões. Fim de citação.

«Mas ficou de braços cruzados. Será por acaso que a Comissão Europeia criticou no Parlamento Europeu, há dias, a actuação da Presidência Portuguesa, por omissão?»

«No tocante à defesa do Ambiente tivemos aliás nesta Assembleia, na última sexta-feira, uma prova concreta da teia de mentiras em que o Governo se envolve. Os moradores de Riba d'Ave arrancaram-lhe a máscara.»

Depois de traçar um vasto e negro quadro da situação geral do ambiente a nível planetário, o deputado do PCP concluiu:

«O homem destruiu mais o Ambiente nas últimas décadas do que ao longo dos cinco mil anos transcorridos desde as primeiras civilizações por ele criadas. Estamos na beira do abismo. A Cimeira do Rio não é somente um conflito entre duas concepções antagónicas do desenvolvimento, não é apenas um episódio no choque, hoje dramático, entre o Norte e o Sul. O que ali se discute é, afinal, a continuidade da vida.

«O planeta Terra é a pátria comum do Homem. Temos de o defender, juntos. Não temos outro. Somos todos iluminados pelo mesmo Sol.»

## DEPUTADO NA CAMPANHA SOBRE DIREITOS DOS JOVENS

O deputado comunista António Filipe está a participar na campanha nacional sobre direitos dos jovens trabalhadores, que a JCP promove até 15 de Junho próximo.

Recorde-se que no âmbito da campanha foi editado um cartaz e um manual sobre os direitos laborais dos jovens e decorre, em todo o país, a recolha de inquéritos junto dos locais de emprego, que permitirão aprofundar e fundamentar o conhecimento do trabalho juvenil em Portugal.

A apresentação pública dos elementos coligidos está prevista para o dia 17 de Junho, em Lisboa, mas até lá a JCP irá promover várias ini-



ciativas com estruturas juvenis como a JOC, a InterJovem, FNATES, Comissão Parlamentar de Juventude da AR, CNJ e com o Ministério do Emprego.

## JUVENTUDE, DEMOCRACIA E SOCIALISMO

Marcado para o dia 6 de Junho, o encontro promovido pela DORL do PCP e pela JCP de Lisboa decorrerá na Voz do Operário sob o lema «Juventude, democracia e socialismo». Trata-se de um debate entre comunistas do distrito com intervenção junto da juventude, que visa reflectir e trocar experiências sobre a situação, perspectivas e aspirações da juventude; debater a democracia e o socialismo; delinear formas de intervenção e acção junto da juventude.

Na iniciativa deverão participar membros dos organismos da JCP e do Partido, jovens comunistas do movimento estudantil e sindical,



com intervenção nas empresas, no movimento popular e nos locais de residência; vereadores e membros de juntas de freguesia, professores, dirigentes sindicais e outros.

## CONCURSO PARA O MELHOR CARTAZ

A JCP lançou um concurso para a elaboração de um cartaz sobre uma campanha de solidariedade com Cuba, destinado a jovens com menos de 30 anos. A inscrição é gratuita e é efectuada através do preenchimento de uma ficha própria que acompanhará a entrega dos projectos, os quais deverão ser apresentados em arte final, com as dimensões máximas de 50x70 cm e com um limite de

três cores.

Os temas são: o fim ao bloqueio; solidariedade com Cuba; cada povo é livre de escolher o seu caminho.

Os trabalhos podem ser enviados até 26 de Junho do corrente ano, para a sede da JCP ou centros de trabalho do PCP. O júri será constituído pelo embaixador de Cuba em Portugal, por três jovens artistas e por um elemento da organização.

## PRESENÇA INDESEJÁVEL

A presença em Portugal de um representante do governo indonésio, no passado dia 23, foi considerada indesejável pela JCP que a qualificou como «uma afronta à dignidade dos povos português e timorense e de todos os que lutam contra a ocupação indonésia do território de Timor-Leste».

A organização considera que a estadia do representante indonésio revela «falta de protagonismo do Governo português nas instâncias internacionais e mais concreta-

mente, na Comunidade Europeia» e é um sintoma da «progressiva perda de soberania de Portugal, cada vez mais sujeito a ditames oriundos de outros países sobre o que se deve passar em território português».

A JCP exigiu do Governo a interdição da presença do referido representante indonésio, considerou que o Presidente da República deveria ter «uma palavra a dizer» e solidarizou-se com a vigília que decorreu na noite de sábado para domingo, junto do Centro Cultural de Belém.

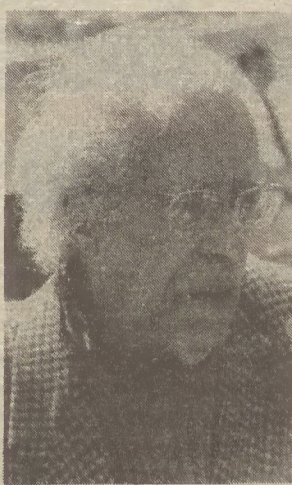
# Homenagem a Lopes-Graça

Homenagear Lopes-Graça foi o objectivo do acto promovido pelo Organismo do PCP de Direcção do Sector de Artes e Letras, de Lisboa, que teve lugar no passado dia 20, no Centro Trabalho Vitória.

O acto de homenagem compreendeu um concerto breve e um debate sobre a situação na música e a política musical.

O concerto esteve a cargo do Quarteto de Contrabaixos da Academia dos Amadores de Música (Carlos Branco, Fernando Flores, João Diogo Duarte, José António Mira) que executou peças do Maestro Lopes-Graça.

No debate participaram, do lado da mesa: Modesto Navarro, que presidiu e, além de explicar o objectivo da sessão, anunciou que o Organismo de Di-



recção do Sector de Artes e Letras, de que faz parte, está a preparar uma grande homenagem a Lopes-Graça durante a Festa do «Avante!»; Alfredo Flores, músico da Gulbenkian e dirigente sindical, que chamou a atenção, entre outras considerações, para a difícil situação em que se encontram os músicos das dissolvidas

orquestras sinfónicas de Lisboa e Porto, bem como para a situação dos músicos do Teatro de S. Carlos que não tem ainda nenhuma garantias quanto ao seu futuro; O Maestro Álvaro Salazar, Presidente do Conselho Superior de Música, que fez uma aprofundada apreciação da situação musical do país, afirmando em certa altura que Portugal está a viver sob uma ditadura cultural e defendendo a criação de uma grande orquestra sinfónica que quando não fosse chamada a actuar em pleno pudesse repartir-se em pequenos conjuntos para fazerem digressões pelo país. Por fim, falou Carlos Brito, da Comissão Política do PCP e Director do «Avante!», que prestou homenagem a Lopes-Graça, como artista, ho-

mem de cultura, militante antifascista e comunista exemplar. Salientou designadamente: «Musicólogo, pedagogo, ensaista, crítico, pianista, regente de coros, em tudo Lopes-Graça atingiu os níveis cimeiros da cultura do país. A sua obra de compositor é, entretanto, crescentemente reconhecida como das mais notáveis — até mesmo a mais notável — da nossa história musical».

Várias intervenções da assistência enriqueceram o debate como as que foram feitas por Dias Lourenço e António Abreu, ambos do Comité Central do PCP. Uma camarada participante mereceu a concordância geral ao defender que na Festa do «Avante!» devia haver lugar para todos os géneros de música.

## Seminário sobre protecção civil

Terá lugar já no próximo sábado, no Hotel Berna, em Lisboa, um seminário do PCP sobre protecção civil, que contará com a participação de deputados, nomeadamente de João Amaral e Lino de Carvalho, presidentes de diversas câmaras, vereadores responsáveis pelo pelouro, bombeiros, especialistas e entidades convidadas. Carlos Brito, da Comissão Política do PCP, intervirá no encerramento dos trabalhos.

Esta iniciativa, que tem um carácter inédito no conjunto das forças políticas nacionais, abordará o enquadramento legal e a política de protecção civil, a sua ligação

ao cidadão, ao poder local, ao desenvolvimento tecnológico e ao ambiente. Será também analisada a orgânica do sistema nacional de protecção civil, o planeamento civil de emergência, políticas sectoriais e meios de planeamento.

Num depoimento que prestou ao «Avante!», Carlos Gonçalves referiu que a protecção civil «é uma área poli-disciplinar em que Estado, Autarquias, instituições muito diversas e população em geral desenvolvem múltiplas actividades com a finalidade de prevenir riscos colectivos, inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou

calamidade, de origem natural ou ontológica e de atenuar os seus efeitos e socorrer a pessoas e bens em perigo. É, por assim dizer, uma área de importância capital na actividade da sociedade organizada e a inexistência, ou insuficiência, o cidadão desprevenido só descobre tarde de mais. É uma daquelas áreas

em que se exige muita planificação, coordenação e capacidade política a quem legisla e dirige, ou seja, em primeiro lugar ao governo. O PSD a governar tem feito, também na protecção civil, um mau trabalho: o sistema não funciona, é confuso e reina o *desenrascanço*».

## PCP comenta veto do PR

1. Trata-se de uma importante decisão do Presidente da República que se insere no normal exercício das suas competências constitucionais e que traduz compreensíveis preocupações e reservas em relação às soluções preconizadas pelo Governo e às suas complexas incidências.

2. Recordamos que o PCP, pela sua parte, já tinha anunciado que chamaria a debate e ratificação na Assembleia da República o diploma governamental em causa.

3. O PCP tem também chamado a atenção para que a política de imposição e de factos consumados que o Governo tem seguido em matéria de política de Defesa Nacional, designadamente quanto à reestruturação das Forças Armadas, tem por inaceitável objectivo condicionar a definição do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, cuja discussão na Assembleia da República o Governo e a maioria parlamentar do PSD têm sistematicamente recusado.

O Gabinete de Imprensa do PCP

## DORL condena ataque ao Líbano

O Executivo da DORL do PCP condena energicamente mais um brutal atentado contra as populações do Líbano, perpetrado pelas Forças Armadas israelistas, ceifando vidas inocentes e destruindo haveres.

Num momento em que decorrem negociações internacionais sobre a questão palestina e a situação no Médio Oriente para encontrar a paz, as autoridades israelistas revelam a sua arrogância e apologia da violência.

O Executivo da DORL do PCP apela às Nações Unidas para, no uso dos seus meios e no respeito pelas diversas resoluções aprovadas pelo seu Conselho de Segurança, condenar este acto.

Apela ainda a todos os democratas e progressistas para que repudiem esta acção manifestando a sua solidariedade para com o povo palestino e o seu legítimo representante, a OLP.

## 6ª Assembleia de Organização Desenvolver Almada construir o futuro

Sob o lema «Com o PCP, desenvolver Almada, construir o futuro!» decorreu, sábado passado, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, a 6ª Assembleia de Organização Concelhia de Almada.

Na mesa que presidiu aos trabalhos estavam Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Manuel Sobral, da CEN, Jorge Pires, do CC e da DORS, José Maia, vice-presidente da AR, e Maria Emília Sousa, presidente da CM de Almada e membro da Comissão Concelhia, entre muitos outros.

A assembleia discutiu e aprovou o relatório que se dividia em quatro capítulos: as consequências da política dos governos PSD/Cavaco Silva; a luta dos trabalhadores e de outros sectores da

população; o poder local democrático; um partido dinâmico num concelho em desenvolvimento.

Como se refere neste documento, eram os objectivos da 6ª assembleia «elevar a afirmação do Partido no Concelho; dinamizar a vida das organizações, reforçar a ligação aos militantes e destes aos trabalhadores e população; eleger a comissão concelhia».

O organismo eleito é agora constituído por 53 membros, 49 por cento dos quais são operários; 34 por cento são empregados e 17 por cento são quadros técnicos e intelectuais. A média de idades é de 43 anos e o número de mulheres representa 22,6 por cento.

O progresso do concelho e as propostas do PCP estão

contidas num documento denominado «Almada anos 90, a década do desenvolvimento». Como se afirma no texto, «os anos 80 permitiram ao poder local lançar firmes alicerces de um edifício próprio cada vez mais estruturado, em termos internos, e mais autónomo face aos restantes poderes instituídos. (...) O reforço da credibilidade institucional e política, da capacidade reivindicativa, de realização e técnica foram os traços que nos permitem neste fim de século afirmar os anos 90 como a década do desenvolvimento».

Os objectivos estratégicos definidos visam concretamente a criação de um «novo equilíbrio da rede de centros urbanos do concelho e o reforço do papel deste no contexto da península e da



AML». Prevêem-se assim novas acessibilidades na área do concelho e a sua ligação ao exterior, nomeadamente a Lisboa.

A renovação da estrutura económica é igualmente pretendida com a «oferta de localizações atractivas para a implantação de empresas de comércio e serviços, bem como para a concretização de investimentos na área do turismo». Na indústria, os co-

munistas defendem a «potenciação de sectores de ponta incorporando novas tecnologias, promovendo a articulação entre as empresas e a universidade, valorizando ao máximo a capacidade de formação e inovação da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e nos centros de investigação a ela associados».

A preservação e melhoria do ambiente, a promoção do desenvolvimento sociocultu-

ral e a melhoria da informação e o incentivo à participação dos cidadãos são ainda aspectos considerados essenciais neste documento, apreciados pela assembleia do PCP.

De referir, por último, que os 334 delegados presentes aprovaram três moções sobre a festa do «Avante!», política geral e sobre o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho, a que é dedicado 1992.

### Intervenção de Álvaro Cunhal em Almada

## «Exigimos amplo debate nacional sobre Maastricht e PAC»

(...) As alterações profundas que a política de direita está introduzindo tanto no sistema e nas estruturas económicas como no regime político obrigam a reforçar os mecanismos institucionais de fiscalização da acção governativa e não deixar que o Governo os liquide um a um como está fazendo.

Obrigam também a que o povo português seja realmente informado do significado e alcance de importantes decisões que lhe respeitam e que entretanto são tomadas pelo Governo nas suas costas.

Dois exemplos de actualidade devem ser citados pela sua extrema gravidade: Maastricht e a PAC.

Eu acabo de pronunciar estas duas palavras e o que desde logo ocorre perguntar é quantos portugueses sabem o que elas significam.

Daf a reclamação há muito feita pelo nosso Partido: que sobre as grandes questões políticas as decisões só sejam tomadas após ampla informação e amplo debate nacional.

É o que temos reclamado, tanto no que respeita à PAC como no que respeita a Maastricht (...)

Sobre Maastricht, ou seja o Tratado da União Europeia que o Governo assinou, os órgãos de comunicação social estão cheios de notícias relativas ao processo da sua ratificação pela Assembleia da República.

Dizem uns que para o Tratado ser ratificado é necessária a revisão da Constituição. Dizem outros que não. Dizem uns que deveria realizar-se um referendo e que para haver referendo também seria necessária a revisão da Constituição. Outros dizem que não.

Todos mostram muita pressa em precipitar a ratificação, embora nada obrigue Portugal a tal pressa.

Há entretanto alguma coisa que exige pressa. O que exige pressa é informar o povo e que haja uma ideia clara do significado e das consequências deste Tratado, do conteúdo do Tratado, das suas disposições, do que, se ratificado, significaria para Portugal. E é precisamente esta questão que o Governo (e não só o Governo) procura silenciar.

Com inteira razão, o Grupo Parlamentar do nosso Partido, em intervenção do camarada João Amaral, levantou ontem esta questão na Assembleia da República.

O nosso Grupo Parlamentar propôs um amplo e profundo debate nacional, para que não se repita o que aconteceu com a aprovação do Acto Único. Propôs a edição, pela Assembleia, do Tratado de Maastricht, com larga tiragem e larga difusão. Propôs colóquios e a realização de debates na RTP com participação das diferentes forças políticas.

Mas desde já é necessário dizer alguma coisa mais. O mínimo que se pode dizer é que o Tratado de Maastricht poderá ter graves consequências para Portugal.

Não são questões menores que estão em jogo.

A CEE depois do Tratado será diferente da CEE antes do Tratado. E os direitos de cada Estado membro serão também diferentes e menores no que respeita aos países mais pequenos e menos desenvolvidos.

O Tratado introduz alterações de vulto e com significado global na Comunidade Europeia. Introduce alterações relativas à política económica e à política externa e de segurança. Todas essas alterações apresentam um traço comum: novas limitações dos poderes de decisão e transferências para as instâncias supranacionais da soberania nacional de cada Estado em todas essas matérias.

No domínio da economia, a política económica, a política

financeira, a política monetária (incluindo a emissão da moeda) serão no fundamental decididas não em Portugal mas por instâncias supranacionais, submetidas portanto ao domínio dos países mais fortes e dos grandes grupos financeiros e industriais.

É fácil de ver que tal União Europeia, pelos seus próprios termos e pela diferença abissal do desenvolvimento económico, contraria os interesses de Portugal, país pequeno, com um Produto limitado e uma economia frágil e em crise, condicionado ainda mais na independência das suas decisões pela entrega que o Governo está fazendo a grupos estrangeiros de sectores e empresas estratégicos.

No domínio da política externa e de segurança o Tratado obrigará Portugal a aceitar uma orientação vinda do estrangeiro uma vez que onde o Acto Único assinado em 1986 prescrevia «a cooperação europeia em matéria de política externa» (artº 30), o Tratado de Maastricht estabelece agora «uma política externa e de segurança comum» (artº J) com a obrigação dos Estados membros «apoiarem activamente e sem reserva a política externa e de segurança da União», de assegurarem «a conformidade das suas políticas nacionais com as posições comuns» (artº J.1.), posições comuns que caberá ao Conselho definir quando julgar necessário (artº J.2.).

Ou seja, ratificado o Tratado, o Governo português ficará privado de definir a sua própria política externa e passa a ter que obedecer às orientações decididas pelos países mais desenvolvidos (como a Alemanha, a França, a Inglaterra), mesmo que tais orientações contrariem os interesses portugueses.

No domínio judicial e das polícias, a linha estabelecida pelo Tratado tende à criação de um sistema policial integrado com informação informatizada, uma política comum marcada pelo racismo e a xenofobia relativa à imigração e competências supranacionais na definição da política a seguir e das medidas a tomar por cada Estado no que respeita a vistos, a asilo, a controlo de fronteiras externas.

Se tivéssemos em conta que o recente Acordo de Schengen inscreve já tais orientações e que, na definição destas políticas, terá um papel de relevo a Alemanha onde as discriminações vão ao ponto de por motivos ideológicos excluir cidadãos do exercício de certas profissões é fácil concluir pela gravidade de tais disposições (...)

No domínio da Defesa, não se pode ignorar, ao debater o Tratado de Maastricht, que estão em curso na Comunidade orientações e medidas visando Forças Armadas europeias integradas com missões noutras áreas geográficas e que assim fica comprometida para o nosso país uma verdadeira política de defesa nacional (...)

Para completar o quadro, temos de recordar uma vez mais que o Governo procura precipitar a ratificação do Tratado de Maastricht sem sequer acautelar a aprovação prévia do Pacote Delors II, a garantia de avultados fundos comunitários para Portugal e definições e passos reais e não declarações piedosas no caminho da coesão económica e da coesão social.

É sobre estas questões de fundo que o povo português deve estar informado. É sobre estas questões de fundo que o Governo deve dar respostas verdadeiras e claras.

Desde já é necessário alertar que, a prosseguir esta política, Portugal, conduzido por este Governo, pode acordar amanhã com a sua independência e a sua soberania atadas de pés e mãos.

Como temos afirmado, e o nosso Grupo Parlamentar ontem

mais uma vez afirmou, a política que propomos ao país insere um desenvolvimento acelerado (do qual a vertente social é elemento inseparável) no quadro da integração europeia. Mas temos oposto a tendências e processos federalistas e temos lutado e continuamos lutando para que os interesses nacionais sejam defendidos e a independência e a soberania nacionais acauteladas e asseguradas.

(...) Ontem o povo português foi confrontado com outra má notícia: o acordo para reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Os termos do Acordo são de extrema gravidade para a agricultura e os agricultores de Portugal.

Vejamos muito sinteticamente o que significa para Portugal a reforma da PAC, confrontando necessidades vitais do país com os termos da reforma agora aprovada.

É uma verdade elementar de qualquer política nacional que Portugal precisa de produzir mais. A reforma da PAC aprovada pelo Governo propõe que produza menos.

É uma verdade elementar de qualquer política nacional que Portugal precisa de exportar mais e importar menos, de reduzir o seu défice agro-alimentar. A reforma da PAC aprovada pelo Governo conduzirá ao aumento de importação de produtos agrícolas e ao consequente agravamento do défice agro-alimentar.

É uma verdade elementar de qualquer política nacional que Portugal precisa de aproveitar os seus recursos próprios e entre eles o cultivar as terras cultiváveis que por serem cultivadas merecem apoio. A reforma da PAC aprovada pelo Governo, porque os países da CEE têm excedentes, obriga a uma atitude contrária, ou seja, ao abandono de terras cultiváveis, pagando mesmo para que não sejam cultivadas.

É uma verdade elementar de qualquer política nacional que não são compensadores os preços pagos pelos produtos agrícolas aos agricultores portugueses. Da reforma da PAC resultará a quebra dos preços ao produtor português: dos cereais, da carne de bovino, do leite, das oleaginosas e de outros produtos, o que levará ao abandono destes produtos por milhares de agricultores, como o nosso camarada Agostinho Lopes teve ocasião ontem de sublinhar em conferência de imprensa.

É verdade elementar de qualquer política nacional que, no quadro da CEE, deve ser considerada a especificidade da agricultura portuguesa, do que decorre a necessidade, para a integração da agricultura portuguesa, de condições especiais, de prazos mais largos de transição, de apoios e ajudas especiais. A reforma da PAC aprovada pelo Governo mostra que o Governo não acautelou interesses fundamentais da agricultura e dos agricultores portugueses decorrentes das características específicas do nosso país.

O Governo de Cavaco Silva, pela boca do seu ministro, clama «vitória», ousa gabar o Acordo declarando que a reforma da PAC é «um contributo para que o mundo rural tenha futuro».

No que respeita a Portugal, a reforma da PAC aprovada pelo Governo de Cavaco Silva é mais uma derrota: é por um lado a conclusão de uma política de abandono da agricultura e de capitulação nacional, é por outro lado o caminho certo de novos problemas e dificuldades para a agricultura e para os agricultores.

É de lembrar que centenas de milhar de agricultores votaram no PSD nas eleições de 1987 e 1991. Se tomassem consciência do que tem sido a acção do Governo para a agricultura, certamente não voltariam a cometer um tal erro(...)

## COLÓQUIO EM SETÚBAL SOBRE DROGA

«Há oito meses que o Centro de Apoio aos Toxicodependentes de Setúbal pediu aos organismos competentes uma assistente social e até agora não obteve qualquer resposta», referiu um participante no colóquio sobre «Droga e as suas consequências na sociedade», organizado pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, no passado fim-de-semana, nas instalações da Sociedade Musical Capricho Setubalense.

A iniciativa visou obter o máximo de contribuições no sentido de permitir ao PCP melhorar um projecto de lei apresentado pelo grupo parlamentar comunista na legislatura anterior sobre «Medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes», o qual foi aprovado na generalidade por unanimidade e depois não teve seguimento em subcomissões da AR.

Entre os presentes estavam alunos, membros de associações de estudantes, de pais, professores e especialistas, como médicos e sociólogos.

## DESENVOLVIMENTO DE LEIRIA

O desenvolvimento da região Oeste do distrito de Leiria foi o tema de um encontro promovido pela DORLEI, no passado sábado, na Casa da Cultura das Caldas da Rainha. A iniciativa contou com a participação do eurodeputado Sérgio Ribeiro e José Augusto Esteves, membro da CEN do PCP.

O encontro teve como objectivo debater as principais questões ligadas ao desenvolvimento da região, dividindo-se os trabalhos em dois painéis: um dedicado à agricultura, indústria, comércio, turismo, infra-estruturas e regionalização; o outro sobre as condições de vida dos trabalhadores, o ensino, a saúde, ambiente e a cultura.

## SECA PROVOCA DESEMPREGO

A DOREV do PCP manifestou mais uma vez a «sua profunda preocupação com a grave situação no distrito de Évora», resultante da seca. Muitos agricultores «perderam as suas searas ou não têm condições de fazer as culturas de Primavera, não têm forragens para manter os efectivos pecuários» e o apoio prometido pelo Governo é insuficiente ou nulo.

## CAMARADAS FALECIDOS

### ANTÓNIO DOS SANTOS

Faleceu, no passado mês de Março, António Nunes dos Santos, que pertencia à Organização do Bairro da Serafina, em Lisboa.

### CAROLINO DA SILVA

Faleceu, no passado dia 20 de Maio, Carolino Arnaldo Vieira da Silva. Organizado no Sector Centro de Empresas (gráficos), estava actualmente reformado da profissão de revisor.

### DIOGO BAROHNA

Faleceu, no passado dia 25 de Abril, vítima de um ataque cardíaco, Diogo Vilhena Barohna, de 73 anos. Fazia parte da Comissão Concelhia de Aljustrel, onde era responsável pelos fundos.

### EDMUNDO DA SILVA

Depois de doença prolongada, faleceu, no passado dia 1 de Maio, Edmundo Manuel da Silva, de 79 anos. Antifascista de longa data, conheceu por sete vezes as prisões de Caxias e Aljube.

### JOSÉ LOPES

Faleceu, no passado dia 15 de Maio, José António Lopes, de 81 anos de idade. Pertencia à Organização Concelhia de Carraceda de Ansiães e residia na aldeia de Zedes. Foi membro fundador da Associação de Agricultores do Concelho de Carraceda de Ansiães.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

«Ameaçados com o desemprego, estão milhares de trabalhadores efectivos e sazonais da agricultura, da tiragem de cortiça e na indústria de tomate», para os quais a DOREV reclama a «garantia do subsídio de desemprego ou trabalho alternativo».

O PCP considera «urgente que as autarquias do Distrito exijam uma reunião de trabalho com o Governo para estudar medidas e apoios para colmatar a falta de água às populações». Este problema na opinião dos comunistas só poderá, no entanto, ser resolvido caso se dê seguimento à barragem do Alqueva e a um conjunto de pequenas outras barragens no distrito.

## PROGRAMA ELEITORAL EDITADO EM LIVRO

Por iniciativa da DORRAA, foi recentemente editado em livro o programa regional dos Açores do PCP intitulado «Açores: uma região autónoma portuguesa onde se viva em liberdade; onde se construa o progresso e onde se atinja a justiça social». A presente edição foi já apresentada aos órgãos de comunicação social em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

# Assembleias de organização na Alemanha e Suíça

Ânimo e determinação são duas palavras que caracterizaram as Assembleias das organizações do PCP da Alemanha e da Suíça, realizadas, respectivamente, em Frankfurt e Berna, no fim-de-semana de 16 e 17 de Maio.

Em ambas as assembleias, foram eleitos organismos de direcção nacional com o objectivo de prosseguir e aprofundar o trabalho. Foi manifestada igualmente preocupação com a necessidade de recrutamento de novos militantes como contribuição para preparar o XIV Congresso.

Nos trabalhos participaram os camaradas António Augusto, da Comissão para o Trabalho entre a Emigração, e Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP.

Na Assembleia da organização da Alemanha mereceu particular atenção a formação ideológica, a divulgação da imprensa do Partido, a organização e a participação na Festa do «Avante!».

Participaram, como convidados, representantes do Partido Democrático Socialista e do Partido Comunista da Alemanha (DKP), do Partido Tudeh, do Irão, e do Partido Comunista Grego que fizeram saudações à Assembleia.

A Assembleia aprovou uma moção, a enviar ao Primeiro-Ministro, de repúdio pela concessão de pensões vitalícias a ex-pides, com o escandaloso pretexto de terem prestado «relevantes serviços à Pátria».

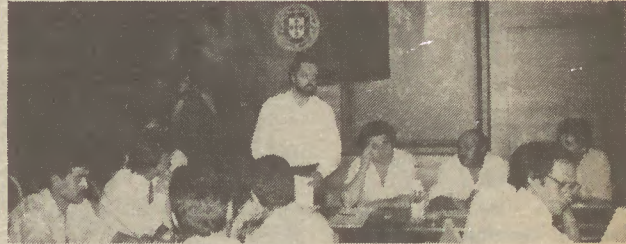
A intervenção de encerramento coube a Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP, que se referiu à situação política nacional, às perspectivas de evolução da Comunidade Económica Europeia, na sequência dos acordos de Maastricht e aos problemas que se colocam aos trabalhadores no quadro da previsível evolução comunitária.

Luís Sá denunciou o facto de o Governo procurar uma rápida e incondicional aprovação dos acordos de Maastricht por Portugal, sem um debate nacional amplo e com conhecimento e avaliação completa das consequências que envolve, em particular no plano das transferências de soberania. Entretanto, afirmou que «a concretização dos aspectos financeiros que dariam algum sentido ao princípio da coesão económica e social e o direito de voto dos emigrantes nas eleições municipais dos países onde trabalham não tem merecido empenhamento do Governo no sentido de assegurar a sua concretização efectiva».

Na Assembleia da Organização dos militantes do PCP na Suíça foi particularmente debatida a actividade política de massas dos comunistas portugueses no movimento sindical e no movimento associativo, designadamente de emigrantes; o desenvolvimento da organização do Partido; a divulga-

ção da sua imprensa e a formação de quadros. Neste aspecto, foi manifestada especial preocupação perante as dificuldades que têm vindo a ser criadas à assinatura do «Avante!» e de «O Militante», devido ao facto de os trabalhadores temporários não receberem individualmente e com privacidade a sua correspondência (a distribuição é colectiva e cabe ao patronato).

A encerrar a Assembleia, o camarada Luís Sá afirmou que «constitui um desafio sermos fiéis a ideais de democracia, solidariedade e socialismo num tempo em que o capitalismo canta vitória. Ninguém pode negar, e muito menos a classe operária e os trabalhadores, que os problemas sociais estão por resolver e que a justiça não foi concretizada. Nos países capitalistas existem milhões e milhões de emigrantes a quem são negados elementares direitos fundamentais. Vivemos num mundo de desigualdade dentro dos países e entre os países. O Governo de Portugal não resolveu os problemas do desenvolvimento para que os trabalhadores portugueses



Luís Sá e António Augusto participaram nos trabalhos da Assembleia de Organização da Suíça

não tenham que trabalhar e viver em terra alheia. Não resolve também os problemas de protecção e apoio aos emigrantes portugueses». Foi referido como exemplo o corte de verbas destinadas ao apoio às comunidades, os consulados ineficazes e o risco de encerramento de alguns e a instrumentalização pelo PSD do Instituto de Apoio à Emigração às Comunidades Portugueses e de alguns postos consulares.

Luís Sá denunciou o racismo e a xenofobia como mais um dos grandes monstros que o capitalismo gerou neste século e referiu o humanismo e o internacionalismo dos comunistas como «um dos grandes valores, e dos essenciais, perante o avanço em países da Europa do irracionalismo e violência racista».

O camarada António Augusto interveio em qualquer das Assembleias sobre os problemas do trabalho do Partido entre a emigração e as tarefas que se colocam para o seu desenvolvimento.

Salientou, em particular, a importância de o Partido ter avançado para a realização de reuniões anuais de quadros do PCP na Europa, tendo em conta o grande número de problemas comuns que se colocam crescentemente às comunidades emigrantes. A institucionalização destas reuniões possibilita a passagem para um nível mais elevado de organização e tem-se revelado uma experiência importante, traduzida na criação de um organismo (OCE) que apoiará a actividade da Comissão para o Trabalho entre a Emigração.

## Algarve em recessão não paga salários

«Os últimos meses têm-se caracterizado por uma crescente agudização dos problemas e conflitos sociais provocados, entre muitos outros aspectos, pelo aumento do número de trabalhadores com salários em atraso, pela instabilidade nos postos de trabalho, situação agravada pela perspectiva do encerramento de várias empresas. Aumentou o número de trabalhadores desempregados de curta e longa duração, e o número de pedidos de novo emprego», afirma em comunicado a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, que prossegue:

«O ano turístico entra na chamada época alta com salários em atraso e diversos pólos de conflito, com particular destaque para a zona de Montegordo, em Vila Real de Santo António.

De facto, os problemas sociais atingem aqui particular gravidade já que à instabilidade que desde há longo tempo se vive no Hotel Vasco da Gama se junta agora a situação no Hotel Alcazar com salários em atraso e os postos de trabalho de várias dezenas de trabalhadores ameaçados perante a perspectiva de encerramento da empresa. São duas das mais importantes unidades

hoteleiras da bafa de Montegordo, cujo futuro incerto para além de pôr em causa a manutenção de mais de uma centena de postos de trabalho, afecta gravemente a imagem turística da própria região.

Os salários em atraso e o desemprego alargam-se a outras zonas turísticas do Algarve como é o caso, entre outros, da Torralta-Alvor, cujo processo de desmantelamento da empresa já conduziu, desde início do ano, ao despedimento de 120 trabalhadores, num processo que tem como objectivo reduzir de 500 para 300 os postos de trabalho; o atraso no pagamento de salários no Hotel Rocha Valmar e no Hotel da Rocha; os conflitos e a greve realizada no Hotel Garb motivada por atrasos no pagamento de salários.

A profunda recessão que se tem vindo a verificar no sector da construção civil, evidenciada pela redução de cerca de 25% nos pedidos de licenciamento de obras em 1991, tem conduzido a uma drástica diminuição dos postos de trabalho atingindo não só trabalhadores como igualmente um número significativo de técnicos.

O recente anúncio de encerramento da Citroen,

em Faro, abre caminho ao despedimento de várias dezenas de trabalhadores; as ameaças de encerramento que pesam sobre a PESCRUL em Olhão, empresa de pesca de capitais públicos que assegura mais de 100 postos de trabalho no quadro de uma estratégia que tem como objectivo a sua privatização; a perspectiva de desemprego que pesa sobre um número significativo de trabalhadores dos matadouros municipais como reflexo do encerramento destas unidades devido à entrada em funcionamento do novo Matadouro Regional; a perspectiva de desemprego que atinge dezenas de trabalhadores do Centro de Saúde Mental de Faro, devido à sua extinção; o lançamento no quadro de excedentes de várias centenas de trabalhadores da Função Pública.

Por outro lado, agrava-se a situação de milhares de mariscadores e viveiristas da Ria Formosa, cuja a actividade está posta em causa pelos níveis alarmantes de poluição existentes nesta importante Reserva Natural. Este conjunto de exemplos constituem uma curta mas significativa amostragem da progressiva desagregação da situação social que a região enfrenta».



## 2ª Assembleia de Organização 190 delegados debatem actividade em Braga

A 2ª Assembleia da Organização Regional de Braga do PCP, realizada no domingo em Guimarães, teve como principais objectivos analisar a actividade realizada, definir linhas de orientação para o futuro e eleger o novo organismo de direcção partidária no distrito.

190 delegados e diversos convidados participaram nos trabalhos, no decorrer dos quais foi aprovada a resolução política, que faz uma apreciação da evolução no quadro político nacional e internacional nos últimos anos.

A assembleia fez um balanço da actividade dos últimos três anos, que considerou positivo, apesar de reconhecer muitas deficiências, atrasos e erros e insucessos registados em alguns actos eleitorais. Contudo, neste período a Organização Re-

gional de Braga manteve uma constante intervenção nos diferentes aspectos da vida política, económica, social e cultural da região.

Também o trabalho orgânico e de direcção foi considerado no fundamental positivo, tendo em conta as condições concretas em que a acção e intervenção do PCP se desenvolveu, que impediram alcançar todos os objectivos inicialmente propostos. Foi dada resposta às necessidades de direcção política e assegurada a ligação às principais organizações concelhias, de sector, profissionais e frentes de trabalho. Positiva foi ainda considerada a responsabilização de novos camaradas em tarefas anteriormente entregues a funcionários.

Hoje, à frente das principais estruturas orgânicas do Partido encontram-se cama-

radas não funcionários. Nas estruturas intermédias eleitas pelas assembleias das respectivas organizações, já no corrente ano, contam-se actualmente cerca de uma centena de camaradas com tarefas e responsabilidades ao nível da organização.

O trabalho realizado para a verificação da situação dos efectivos orgânicos permitiu um apuramento mais aproximado do número real de militantes e, contrariamente a certas suposições, não constituiu uma prova do enfraquecimento da organização do Partido, mas sim um elemento essencial para o seu reforço futuro, para uma melhor ligação e enquadramento dos militantes, condição essencial para o aumento da própria militância.

Entre os grandes objectivos e prioridades definidos



pela assembleia destacam-se os seguintes:

- desenvolver a luta de massas e acção dos trabalhadores, com particular atenção nas zonas onde se concentram o maior número de trabalhadores e problemas,

- dinamizar e organizar o trabalho dos eleitos comunistas e activistas locais, com vista às próximas eleições autárquicas;

- reforçar o trabalho aos diferentes níveis da estrutura

e organização do Partido, das organizações concelhias e de sectores profissionais, no sentido do desenvolvimento e reforço da luta da juventude e do alargamento da influência da JCP e do Partido, junto desta importante e numerosa camada social.

### Intervenção de Carlos Carvalhas

## «O Governo e as suas visões cor-de-rosa»

(...) Se déssimos crédito às afirmações do Primeiro-Ministro teríamos de concluir que vivemos no melhor dos mundos. Cada acto em que o Governo participa é um acontecimento histórico.

O Primeiro-Ministro veio da Cimeira de Maastricht e declarou-a uma cimeira histórica; celebrou com Torres Couto um acordo económico e social na tentativa de impor tectos salariais e logo o declarou um acordo histórico; os ministros da Agricultura chegaram a um acordo sobre a reforma da PAC e o Primeiro-Ministro convocou a comunicação social para lhes dizer, nada mais nada menos, que o acordo era um acordo histórico.

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros já declarou em entrevista à Televisão, no programa "1ª Página", que a próxima cimeira de Lisboa, seria uma cimeira histórica (...).

Mas a realidade é bem diferente.

Os trabalhadores que nestes últimos quatro meses tiveram que lutar, vir para a rua e fazer greve, têm outra avaliação do acordo UGT/Cavaco Silva.

Os trabalhadores com salários em atraso, que Cavaco Silva dizia terem acabado, mas que mesmo a Inspeção Geral do Trabalho se vê obrigada a reconhecer agora que os salários em atraso atingem mais de 12000 trabalhadores com particular incidência no Porto e em Braga, certamente que têm uma visão mais comezinha e terrena dos tais "acordos históricos".

Os trabalhadores do Ave conhecem pela experiência própria o que significa a mitologia do sucesso de Cavaco Silva. As falências continuam e o oitavo balanço da Comissão Para a Defesa e Desenvolvimento do Ave (Codave) contabilizava recentemente 111 empresas em situação difícil, e dava conta do aumento do desemprego efectivo e camuflado (...). E perante esta grave situação, é, no mínimo, chocante ouvir tranquilamente um membro do Governo afirmar que 30% da capacidade média instalada na indústria têxtil e de vestuário é para desaparecer (...). Será que o Governo também vai considerar esse evento como histórico?

A esta política, o caminho da luta é a resposta necessária.

Daqui saudamos os trabalhadores do distrito que este ano celebraram aqui em Guimarães o 1º de Maio, numa bela jornada de protesto e luta, ocultada pela Televisão, apesar de se ter realizado paredes-meias com a reunião do Conselho de Ministros da Comunidade.

Também os agricultores têm uma visão bem diferente da de Cavaco Silva sobre a reforma da PAC que já está a originar o protesto dos agricultores.

Considerar "muito positiva", como o fez o Governo, uma reforma da PAC que visa diminuir a produção de um país como Portugal, em que mais de 50% do seu consumo agro-alimentar é importado é, pelo menos, bizarro.

Nós acusamos o Governo de ter, mais uma vez, sacrificado os interesses nacionais, de ter deixado cair "o princípio da especificidade da agricultura portuguesa" para obter efeitos propagandísticos com um acordo dito "histórico" para a comunicação social ver!

Seria bom que Cavaco Silva explicasse aos agricultores que se vão manifestar na Curia, no Conselho dos Ministros da Agricultura, o tal acordo "histórico" que o seu governo celebrou em Bruxelas acerca da Reforma da Política Agrícola Comum (...).

(...) Para Cavaco Silva e também para o PS a ratificação dos

acordos de Maastricht, tal como já aconteceu com os acordos de Schengen, deveria ser como o "fast food" - cozinhado depressa entre os dois, comido depressa e depressa esquecido.

Mas depois viriam os riscos da digestão.

Na verdade, os acordos de Maastricht, para além de colidirem com o Texto Constitucional e de comportarem a transferência de importantes parcelas da soberania nacional, ampliam significativamente o número de matérias que deixam de ser controladas pela Assembleia da República e apreciadas pelo Parlamento Europeu e subalternizam claramente a dimensão social do desenvolvimento.

As perdas da soberania no domínio da política monetária e cambial são claras, e a redução do controlo democrático nestas matérias que deixarão de ser controladas pela Assembleia da República é uma questão tanto mais importante quanto cerca de 80% da legislação económica, segundo Jacques Delors, passará para a competência comunitária.

Por outro lado, os acordos privilegiam a convergência nominal das economias (dívida pública, défice público) em detrimento da convergência real (aproximação dos níveis de desenvolvimento).

Esta orientação é ainda mais preocupante quando se sabe que o governo de Cavaco Silva, em relação ao Pacote Delors II, está a promover a aprovação de um mero acordo político de princípio sem garantias quanto à duplicação dos fundos.

Nós manifestamos a nossa oposição a esta orientação, bem como ao "aprofundamento" da integração na via federalista e às orientações da União Económica e Monetária tal como resultam do Tratado de Maastricht.

Nós opomo-nos à alienação da nossa soberania e a um aprofundamento de uma integração baseada na lógica do domínio e da submissão, do mesmo modo que rejeitamos o chauvinismo e as manifestações de nacionalismo serdóio.

Nós manifestamos a nossa oposição a esta União Europeia feita à medida dos grandes países da Comunidade e que não corresponde aos interesses de uma economia frágil como a portuguesa.

Consideramos que o que está em jogo é demasiado importante para a vida dos portugueses e para o futuro do país, para poder passar como contrabando na Assembleia da República. Por isso, há muito que reclamamos um amplo debate nacional sobre os acordos de Maastricht e exigimos também que o Governo dê a conhecer ao País o estado e a preparação da economia portuguesa para fazer face ao Mercado Único de 1993.

Por isso, apresentamos na Assembleia da República, nesta sexta-feira, uma resolução para que venha a ter lugar um amplo e profundo debate sobre tais acordos.

Nós, há muito que rejeitamos modelos de socialismo. São conhecidas também as conclusões do nosso Congresso Extraordinário sobre os acontecimentos nos países de Leste.

Mas vale a pena confrontar aqueles que viram nesses acontecimentos um surto de prosperidade e bem-estar para esses povos, com o que afirmam mesmo organismos internacionais e não só.

Surto de prosperidade que se pode exprimir na seguinte constatação da Comissão para a Europa das Nações Unidas: «A recessão na Europa de Leste é mais grave que a depressão económica

mundial de 1929» ou na seguinte estimativa do BIT: «Nessa região, o desemprego deve atingir, em 1992, 22 milhões de pessoas» ou ainda nas palavras de um economista francês que afirmava recentemente que o que a Alemanha está a fazer em relação aos países de leste é o mesmo que os Estados Unidos fizeram com o México e com a América Latina (...). Assistimos não ao progresso, mas à regressão social, à explosão dos nacionalismos, dos racismos e da xenofobia.

Quanto à "ajuda ocidental", é interessante constatar que o próprio Walesa, que enaltecia essa ajuda e que ainda há pouco afirmava que «nunca tinha previsto que a passagem da Polónia a uma economia liberal se faria de uma maneira tão catastrófica», afirma agora que «a ajuda o que tem é beneficiado os doadores», acrescentando que hoje na Polónia se fala na "Brigada Mariôtt", para designar os especialistas que neste país "circulam de um hotel de cinco estrelas para outro, oferecendo conselhos tão pesados, como inúteis".

Aliás, em relação à ajuda vale a pena ainda lembrar e numa altura em que está reunida em Lisboa uma cimeira para "ajudar" a CEI (a ex-URSS), o que nos diz o sr. Attali, presidente do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), que se gaba de ter sido esta a «primeira instituição internacional a propor uma doutrina a propósito de democracia, dos direitos do homem e do pluripartidarismo» no Leste.

E de que maneira? Attali diz, sem ambiguidades, que os recursos financeiros lhe permitem «forçar a mão» dos refractários. Para o efeito, diz Attali, o banco tornar-se-á accionista do sector privado dos países que o banco «aconselha». Isto permite-lhe, ao mesmo tempo, «decidir da estrutura política dum país, de financiar os seus projectos, de estabelecer as regras do jogo económico» e depois, e «sobretudo», de se «tomar accionista das suas melhores empresas». O Financial Times, diz mesmo que o BERD «só fará aplicações de excelente qualidade». Mais descarado e claro não se pode ser (...).

(...) A vida, o estilo de trabalho, a organização e intervenção do Partido ocupou e foi objecto de todas as intervenções produzidas nesta segunda Assembleia da Direcção da Organização Regional.

É de sublinhar a importância dada nas intervenções à luta de massas, à solidariedade activa dada às pequenas e grandes lutas.

Sem escamotear os problemas, as debilidades e deficiências, constatamos com satisfação que estamos perante um forte colectivo partidário, com vontade e capacidade para as superar, com capacidade para impulsionar a luta, e aprofundar propostas, alternativas e soluções.

A organização, como foi constatado, realizou nestes três anos um importante trabalho de verificação da efectiva situação orgânica e de ligação aos trabalhadores e à sociedade.

Importante foi também a avaliação positiva sobre os esforços de responsabilização de quadros e do acompanhamento, estruturação e ligação a um maior número de inscritos, bem como a conclusão sobre a necessidade de os prosseguir.

Creio ser de sublinhar também sem pesporrência, mas com verdade, que se continuam vivas na sociedade portuguesa manifestações activas de consciência social, de apego a direitos e de confiança na luta e na eficácia da acção solidária e colectiva, para isso, muito tem contribuído o Partido com a sua acção, organização, trabalho e permanente pedagogia política sobre a utilidade da resistência e da luta (...)

# Grave situação na Marinha Grande debatida na VI Assembleia concelhia do PCP

A grave situação que a Marinha Grande atravessa foi tema fundamental de debate na VI Assembleia da Organização Concelhia do PCP, que reuniu 130 delegados no salão da Associação Recreativa da Ordem daquela terra de grandes tradições democráticas e operárias, no passado dia 17 de Maio. As dezoito intervenções dos delegados vieram enriquecer o debate e contribuíram para o aperfeiçoamento do projecto de resolução política, que acolheu algumas propostas de alteração. No final, tomaram a palavra os camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Central, que proferiu a intervenção de encerramento, enquadrando as questões debatidas com a situação política nacional e com as grandes tarefas dos comunistas.

Após o discurso de abertura, introduzindo o debate do projecto de resolução política, com que o camarada Saul Fragata, responsável pela organização do Partido na Marinha Grande, abriu os trabalhos, as intervenções seguintes incidiram fundamentalmente sobre a situação social na Marinha Grande. Designadamente foi abordada a tentativa de encerramento da FEIS, os despedimentos colectivos na Manuel Pereira Roldão, o encerramento da Barbosa e

Barroca (plásticos), que lançou 70 trabalhadores no desemprego, a situação no sector limeiro em Vieira de Leiria e, ainda, as perspectivas sombrias que pairam sobre o comércio e as pequenas e médias empresas, com a transferência de mais-valia do sector produtivo para o sector financeiro, através das altas taxas de juro da banca.

A obra dos comunistas e dos seus aliados no Poder Local também mereceu destaque, tendo sido sublinhada a necessidade de trabalhar já no sentido da preparação das eleições autárquicas de 1973.

Os delegados presentes, e em representação dos diversos sectores, eleitos em várias reuniões de organismos, aprovaram por unanimidade a Resolução Política. Igualmente por unanimidade foi eleita a nova Comissão Concelhia da Marinha Grande.

A nova Comissão Concelhia ficou constituída por 24 camaradas, tendo entrado catorze novos membros em relação aos eleitos na última assembleia — a quinta —, o que representa uma taxa de 52 por cento na renovação daquele organismo dirigente do concelho. Na sua compo-



sição social, o destaque vai para os operários, que são 13 — 9 vidreiros, 3 metalúrgicos e um mecânico; são 7 os empregados — 6 de escritório e um do comércio; 3 intelectuais integram a nova Comissão, que inclui ainda um pequeno industrial. As mulheres, seis, representam 25 por cento do total dos camaradas eleitos.

Conforme a notícia que os camaradas da Marinha Grande enviaram ao «Avante!», a realização desta VI Assembleia representa um passo

em frente dos comunistas para uma mais eficaz intervenção em todas as áreas da

vida política, económica, social e cultural, e para a superação de dificuldades, defici-

ências orgânicas e organizativas do Partido no concelho da Marinha Grande.

Durante os trabalhos da VI Assembleia Concelhia da Marinha Grande do PCP foram aprovadas — ambas por unanimidade — duas moções. Uma sobre a decisão de encerrar a Fábrica Escola Irmãos Stephens, a outra sobre a Situação Social no Concelho.

Esta última, que manifesta a grande preocupação com que os comunistas do concelho acompanham o avolumar do «degradamento da situação social no país e em particular no concelho», e após considerandos respeitantes a essa mesma situação, deliberou:

— Solidarizar-se com todos os traba-

lhadores que sofrem as consequências da política capitalista do Governo PSD/Cavaco Silva, que não tem em conta os seus direitos e interesses;

— Manifestar aos pequenos e médios comerciantes e industriais o seu apoio por uma política económica justa, que tenha em conta os seus interesses;

— Exigir do Governo que cumpra as suas promessas feitas em campanha eleitoral, que estão a ser incessantemente fraudadas em favor de grandes interesses económicos nacionais e internacionais, tornando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

## Direcções Regionais reúnem

### Lisboa

Em nota publicada sobre recente reunião, a Direcção da Organização Regional de Lisboa revela que aquele órgão apreciou o trabalho desenvolvido nas autarquias do distrito e debateu as linhas de intervenção dos eleitos comunistas até finais de 1993. «A meio do mandato», diz o comunicado, «é possível concluir que, apesar das dificuldades financeiras impostas pelo Governo, as autarquias geridas pelos eleitos do PCP e da CDU apresentam níveis de realização assinaláveis, traduzidos numa avançada fase de cumprimento dos programas eleitorais.»

A nota salienta as importantes posições que os comunistas detêm nas autarquias — maioria em 4 municípios e a presidência de 49 freguesias no quadro da CDU e a maioria na CM de Lisboa, e a presidência de 21 freguesias no quadro da coligação «Por Lisboa», para além de forte presença em outros concelhos e freguesias. Destaca também que estes eleitos se têm revelado à altura das suas responsabilidades e da confiança neles depositada pela população do distrito.

Considerando, por outro lado, a experiência da Coligação «Por Lisboa», a DORL avaliou-a positivamente, «encerrando assim potencialidades para prosseguir no próximo mandato com confiança renovada pelo eleitorado que a elegeu». No entanto, adverte a DORL do PCP, a renovação desta coligação «só poderá concretizar-se com base na correlação de forças que presidiu à sua constituição em 1989».

Entre outros temas, a DORL comentou a recente criação da Área Metropolitana de Lisboa, que «constituiu um passo significativo e novo no quadro da realidade autárquica de Região». O documento chama entretanto a atenção para o facto de a criação da AML «não poder constituir pretexto para uma política de desresponsabilização do Governo na solução dos problemas, em áreas da sua estrita competência — habitação, saúde, acessibilidades, transportes, segurança da população —, aliada a um esforço de apagamento da sua real importância política e institucional».

### Aveiro

«É preocupante a situação dos trabalhadores no distrito», pode ler-se na nota publicada pela Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, na sequência da sua reunião de 16 de Maio, que apre-

ciou a situação política e social e procedeu ao balanço da actividade do Partido na região, deliberando sobre aspectos da actividade futura.

Ilustrando a gravidade da situação social, o documento refere a crise no sector têxtil, que se manifesta nos salários em atraso e nos despedimentos, as perspectivas de despedimentos de 300 trabalhadores na Quimigal de Estarreja, o encerramento de empresas e a situação difícil de muitas outras.

«Num distrito sistematicamente dado como exemplo de modernidade», lê-se na Nota da DORAV, «existem cerca de 5000 trabalhadores a receber subsídio de desemprego, o que é bastante menos que o desemprego real, crescem as dívidas das empresas à segurança social, continua a agravar-se a sistemática violação dos direitos dos trabalhadores.»

Mais adiante, a Nota sublinha que a ofensiva do Governo e do PSD «contra os trabalhadores, contra a juventude, contra o Poder Local e interesses regionais, contra os agricultores, contra a população em geral, tem esbarado na mobilização e empenhamento combativo dos mais diversos sectores», destacando a amplitude das lutas, manifestações e acções de resistência registadas no distrito.

### Beja

Também a DORBE, reunida em 14 do corrente, analisou a situação política, a questão da integração na CEE, questões do movimento sindical, da juventude, das eleições autárquicas de 1993, e questões da organização e funcionamento do PCP no distrito de Beja.

A DORBE considerou necessário «estimular a acção convergente de todas as classes e camadas sociais prejudicadas pela política do Governo PSD e interessadas na definição e execução de uma nova política».

«A acção e a luta», lê-se a dado passo, «são fundamentais para tirar a agricultura alentejana, como a agricultura portuguesa, da grave crise para a qual foi empurrada pela política governamental. A acção e a luta são fundamentais para vencer a batalha do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, empreendimentos que nos abrirão as portas do progresso.»

## Assembleia Concelhia da Maia

Eleger a nova Comissão Concelhia, contribuir para o reforço do Partido no sentido de melhor corresponder às tarefas que se aproximam, com particular destaque para as eleições autárquicas que terão lugar dentro de pouco mais de um ano, tais foram os objectivos com que se reuniu, no passado dia 16 do corrente, a 3.ª Assembleia Concelhia da Maia, do PCP, no salão dos Restauradores do Braz Ojeiro.

Os comunistas maiatos definiram como objectivo concorrer, no quadro da CDU, em todas as freguesias do concelho, tendo sido de imediato decidido iniciar a constituição de listas de candidaturas. Como a experiência tem demonstrado, a Maia precisa da CDU para tornar extensivos a todo o concelho os benefícios do desenvolvimento que até hoje é apenas visível no centro urbano.

«Mas a Maia acaba na Rua D. Afonso Henriques, Areosa, que é o limite das mais populosas do concelho da Maia, Águas Santas e Pedrouços — que têm merecido o maior desprezo por

parte da Câmara da Maia», afirma-se no documento distribuído à imprensa.

No decorrer da Assembleia foram denunciadas situações gravosas para o concelho, tais como a intenção da Câmara de doar dois mil metros quadrados de um valioso terreno municipal ao grupo Sonae para formar os seus gestores. Os comunistas da Maia acusam a Câmara de estar a compensar a Sonae da derrama municipal.

Por parte do PS, os três vereadores que possui no executivo municipal aprovaram todas as decisões do PSD, chegando ao ponto de elogiarem publicamente a gestão do Presidente social-democrata. Na Maia, a única oposição à política ruïnosa do PSD são os comunistas.

O PCP propõe-se alargar ao resto do concelho o exemplo do trabalho realizado na segunda maior freguesia do concelho, Pedrouços, que há seis anos é dirigida pela CDU. No decorrer da Assembleia foi anunciada a intenção de recandidatar à Junta o camarada Francisco Araújo Dantas.

## TRABALHADORES

# Marinhenses querem FEIS aberta

A Assembleia Municipal da Marinha Grande exigiu a semana passada que seja alargado para seis meses o prazo para aplicar a medida do Conselho de Ministros que ordena o encerramento da FEIS. A Fábrica-Escola Irmãos Stephens pode ser recuperada. A Assembleia pediu aquela prorrogação por

achar, diz a Lusa, que será encontrada «localmente a capacidade empresarial necessária à revitalização e recuperação da empresa em moldes economicamente sólidos». A sessão da Assembleia foi no dia 19. Um dia antes, os trabalhadores da FEIS, na terceira acção de luta em menos de duas semanas,

bloqueavam a Linha do Oeste.

A situação é grave também noutras empresas industriais. Na semana passada, a assembleia de credores da têxtil da Aguda (400 trabalhadores) era adiada no Porto para 2 de Junho. A empresa chegou a ter 1300 trabalhadores e a ocupar um

lugar cimeiro entre as maiores empresas nortenhas. O maior credor é o Banco Borges & Irmão.

No Hotel Rex, em Lisboa, prosseguia a greve em 18 do corrente. Os trabalhadores e o sindicato, que aprovaram a paralisação por tempo indeterminado, querem um aumento intercalar de 7 por cento e dois dias de folga por semana. Sabia-se entretanto que o Hotel mudará de dono em 1 de Junho. O proprietário actual aproveitou-se do facto para informar os trabalhadores de que já não podia satisfazer as suas reivindicações.

Verificaram-se também a semana passada duas greves nas empresas de lanifícios Vodratex e Lanapenta, de Seia. Os 1100 trabalhadores (as adesões foram de 98 e 96

por cento) reclamam aumentos salariais de 10 contos e a redução do horário de trabalho de 48 para 40 horas semanais.

Na Abreu & Companhia, os trabalhadores continuavam com os contratos suspensos segunda-feira passada.

Pela revisão do acordo de empresa foi para a greve, sexta-feira, o pessoal (na maioria mulheres) da empresa de material eléctrico Madequipre, no Funchal.

A Companhia de Celulose do Caima, que emprega cerca de 550 trabalhadores, pretende despedir 55, e anuncia para o ano a redução de mais 50 postos de trabalho. Nos ameaçados com o despedimento colectivo encontram-se membros das

organizações representativas dos trabalhadores.

Com uma adesão de 97 por cento -- no geral, as adesões situam-se nos outros casos acima dos 90 por cento -- entraram também em greve, em 23 do corrente, os trabalhadores da ATM, empresa da ex-Quimigal, desmembrada em 24 unidades. Os trabalhadores não aceitam a pretensão da empresa de lhes subtrair dois dias de férias, uma ilegalidade flagrante.

No aeroporto de Lisboa, a SAAL ameaça com o desemprego os seus 350 trabalhadores. O sindicato organizou antontem uma acção de protesto no próprio aeroporto, no seguimento da luta que tem desenvolvido este ano.

## Manifestação na FP Não aos «disponíveis»

Param enfermeiros, técnicos de saúde, magistrados, paramédicos e pessoal do Matadouro do Porto. Bombeiros manifestam-se em Lisboa.

Preparam-se novas acções de luta na Administração Pública. Durante um encontro nacional sobre «A política de emprego e a gestão de recursos humanos» no sector, foi anunciada sexta-feira uma manifestação em 12 de Junho, junto do Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Os funcionários entendem manifestar o seu descontentamento com o recente projecto de «lei dos disponíveis». Para a Federação Nacional (FNSFP/CGTP), que organizou o encontro de Lisboa — participaram cerca de 500 dirigentes e delegados sindicais —, tanto com o projecto, como com a questão salarial e negocial, o Governo pretende reduzir os efectivos, reduzir as despesas públicas e «criar instabilidade nos locais de trabalho». Carlos Mamede, coordenador da FNSFP, que falava à Lusa, acrescentou que «o Governo (até Junho preside às Comunidades Europeias) tem dois pesos e duas medidas: fala de diálogo social a nível comunitário, mas

depois não aplica esse princípio na Administração Pública portuguesa». Entretanto, as organizações sindicais do sector continuam a considerar que há funcionários a mais em Portugal.

Conflitos que se prolongam sem solução em áreas diversas da Administração Pública levaram a semana passada milhares de trabalhadores à greve. Já esta semana, 25 de Maio, era a vez de pararem os técnicos de diagnóstico e terapêutica, categoria que abrange a radiologia, a análise, os fisioterapeutas. A greve de dois dias a nível nacional, decretada por diferentes sindicatos, destina-se a combater o «constante adiamento» da integração dos fisioterapeutas no sistema nacional de educação.

Quanto aos enfermeiros, as paralisações têm continuado nos hospitais de S. José e Santa Cruz.

## Enquanto os grandes patrões querem rever a lei da greve

# Salários em atraso regressam aos milhares

Vinte e seis mil trabalhadores de 108 empresas de diversos ramos de actividade estão abrangidos por nova onda de salários em atraso. A situação é mais grave nos distritos do Porto e de Braga (Vale do Ave) onde esses totais foram apurados. Refere a Lusa, citando um estudo da CGTP na sexta-feira, que o levantamento foi efectuado em seis distritos do País. No total foram registadas 190 empresas com salários em atraso. Os trabalhadores envolvidos são 35 mil.

Depois de Braga e do Porto vem o distrito de Lisboa com 4075 trabalhadores com atrasados em 27 empresas. Segue-se Setúbal (3450 em 32 empresas) Aveiro (1597 em 13 empresas), e Coimbra (1200 em 10).

O agravamento das condições de vida dos portugueses era entretanto apresentado à Comissão Nacional de Justiça e Paz por uma delegação da CGTP-IN. Segundo a Lusa, a situação salarial da maioria dos trabalhadores, as baixas reformas, o salário mínimo insuficiente e as ca-

rências nas áreas da habitação, saúde e segurança social foram alguns dos pontos abordados pela CGTP.

Quanto à pretendida alteração da lei da greve, a Comissão de Trabalhadores da CP enviou recentemente ao presidente da Assembleia da República uma carta onde destaca, com «profunda preocupação», que a proposta do CDS «mais não é do que uma peça do plano de

restrição do direito à greve», e que seria bom que os autores da proposta «se preocupassem mais com os problemas e com as injustiças que estão na origem das greves».

Além da posição já conhecida da CGTP, é de destacar também a impugnação por parte do grupo parlamentar do PCP do «projecto de lei do CDS contra o direito à greve», que data de 15 do corrente.

## Com 5 milhões de contos Covina viabilizada pela Câmara de Loures

A Covina apresentou um projecto que a tornará capaz de dar resposta às necessidades da Ford/Volkswagen em vidro. Como se sabe, esta última empresa ficará instalada na região de Palmela. A Câmara Municipal de Loures, que aprovou o projecto submetido pela Covina, autoriza obras, orçadas em cinco milhões de con-

tos, em Santa Iria de Azóia, e o município apoia o projecto mediante a redução das taxas municipais em 50 por cento.

O complexo industrial da Covina será renovado e ampliado no prazo de dois meses e vai criar 120 novos postos de trabalho.

## A EDP pretende liquidar 6 mil postos de trabalho

A cisão da EDP em várias empresas e a liquidação de seis mil postos de trabalho fazem parte da reestruturação que «o conselho de administração pretende aplicar» naquela empresa, afirmou a semana passada a FSTIEP.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das

Indústrias Eléctricas de Portugal, que inclui esta referência à EDP no âmbito de uma nota sobre uma greve e manifestações em Bruxelas, Paris e outras grandes cidades «contra as intenções da Comissão Europeia de liberalizar por completo a produção, o transporte a distribuição de gás e electrici-

dade», insiste novamente na «defesa da EDP, como empresa pública e única» e dá especial importância à defesa dos direitos dos trabalhadores, designadamente «os que venham a ser transferidos para as novas empresas resultantes da cisão» da EDP.

## ASPP promove seminário sobre Polícia na Europa

A Associação Socio-Profissional da Polícia promove em Lisboa entre 4 e 6 de Junho um seminário internacional sobre o tema «Fronteiras da Polícia na Europa sem Fronteiras». A ASPP, que marcou uma manifestação na capital portuguesa (Restauradores-Terreiro do Paço) para o próximo dia 4, já obteve a confirmação da presença de organizações congéneres da Grã-Bretanha,

França, Espanha, Holanda e Itália. A ASPP mostra-se interessada nas consequências dos acordos de Maastricht e de Schengen.

A semana passada, dois

dias depois de ter sido morto em serviço mais um polícia, a ASPP sublinhou novamente a necessidade de ser atribuído aos agentes um subsídio de risco.

## Bacalhau Sindicalistas da Terra Nova em Portugal

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca anunciou na sexta-feira a chegada a Portugal de uma delegação de sindicalistas da Terra Nova. Na nota que emitiu sobre o assunto, a Comissão Executiva da FSSP adianta que serão abordadas «questões ligadas à actividade da frota portuguesa que opera no Atlântico Noroeste». Entre outros

assuntos, será tida em conta nas conversações a «importância social que a pesca do bacalhau tem nos dois países», Portugal e Canadá. A delegação sindical canadiana efectuará visitas -- algumas hoje e reunirá, também hoje, quinta-feira, com a Comissão de Agricultura e Pesca da Assembleia da República.

## Seminário nacional do PCP debate problemas e propõe soluções

# Reformados e idosos têm direito a viver melhor

Os problemas dos dois milhões e trezentos mil reformados, pensionistas e idosos que actualmente vivem em Portugal estiveram em foco no seminário nacional que o PCP realizou no passado sábado, em Lisboa, e que reuniu meio milhar de participantes de quase todos os distritos do continente.

A iniciativa, cuja preparação envolveu muitas centenas de comunistas e amigos do Partido em dezenas de reuniões, decorreu durante todo o dia 23, na Voz do Operário, com sessões em plenário e em secções. Entre os cerca de 500 participantes, estiveram os camaradas Domingos Abrantes (da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central), Jaime Félix, Maria do Carmo Tavares e Américo Costa (do CC), Apolónia Teixeira (deputada) e responsáveis por esta frente em várias organizações regionais e locais, bem como autarcas, sindicalistas e dirigentes de estruturas unitárias de reformados.

O documento-base do seminário contém uma forte denúncia dos problemas que afectam a maioria esmagadora dos reformados, pensionistas e idosos, apontando como responsável principal a política que tem sido levado a cabo no País nos últimos anos, em particular durante a governação de Cavaco Silva e do PSD.

O PCP tem em conta nesta análise, como se afirma logo na introdução do documento, a actual realidade social e política: um número cada vez maior de reformados, a existência de reformados ainda novos, a desertificação de algumas zonas rurais, a chegada de grande número de reformados às metrópoles e a manutenção da política de direita.

O PSD no Governo — e dispondo de uma favorável conjuntura económica que

não quis aproveitar em benefício da população mais carecida — não tem cumprido minimamente a convenção da OIT que preconiza como valor mínimo das pensões 55 por cento do salário mínimo nacional, acusam os comunistas. O PCP reclama uma aproximação progressiva (a

culminar nos finais de 1993) dos valores mínimos das pensões ao valor do salário mínimo. Nos últimos 5 anos de governo de Cavaco Silva (1988-92), no entanto, as pensões mínimas do regime geral têm representado 49,3% do salário mínimo nacional, enquanto a pensão



social e a mínima do regime não contributivo se têm ficado pelos 32,3%.

Apesar das enormes conquistas conseguidas com o 25 de Abril, Portugal é ainda o

país da CE que menos verbas dispense com a segurança social, dispendendo em 1990 uma percentagem de 13,4% do Orçamento de Estado (contra uma média comunitária de 26,2%).

## Apanhados os votos o PSD mudou de música

Ganhas as eleições, as promessas eleitorais feitas aos reformados pelo PSD rapidamente foram esquecidas — denunciou Domingos Abrantes na intervenção com que encerrou o encontro de sábado.

Começando por recordar a importância do 1º Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos reformados e pensionistas, realizado há um ano, e que teve algumas das suas conclusões incorporadas no programa eleitoral do Partido para as legislativas e traduzidas depois em iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar comunista, Domingos Abrantes realçou «as grandes responsabilidades nacionais» do PCP para com «uma camada social que enfrenta sérias dificuldades e cuja vida se torna mais difícil com o acentuar da política de direita».

As promessas do PSD, ganhas as eleições de 1991, rapidamente foram esquecidas. Como denunciou Domingos Abrantes, «apanhados os votos, a música passou a ser outra», e Cavaco Silva prosseguiu a política do seu anterior executivo. «Uma política que leva à intensificação da exploração dos trabalhadores no activo, que os sujeita a baixos salários e a insuficientes esquemas de segurança social, não pode

deixar de marginalizar e condenar à exclusão social homens e as mulheres que deixaram de interessar como geradores de mais-valia», acusou o dirigente do PCP.

As vastas palavras de Cavaco Silva sobre a sua política social, contrapôs Domingos Abrantes que «Portugal é dos países da CEE que menos gasta com a protecção social, e como se isso não bastasse, essas despesas em relação ao PIB têm vindo a decrescer», alertando que, «a não se verificar uma viragem na orientação política, a situação tornar-se-á ainda mais grave».

Nestas condições, é indispensável «animar e ampliar as acções específicas dos reformados, junto das autoridades locais e junto dos órgãos de poder», reclamando um aumento significativo das reformas e pensões, apoios sociais eficazes, melhores serviços de saúde, um sistema de segurança social unificado e descentralizado, a alteração da fórmula de cálculo das pensões.

Domingos Abrantes destacou algumas iniciativas do

PCP na AR — que, «se não tivessem esbarrado com a sistemática oposição da maioria PSD na Assembleia da República, teriam constituído importante contributo para a melhoria das condições de vida desta camada social» — e anunciou que a direcção do Partido decidiu encarregar o Grupo Parlamentar de apresentar na Assembleia da República um Projecto de Lei criando a Carta dos Direitos das Pes-

soas Idosas.

Este projecto, adiantou Domingos Abrantes, «tem como linhas orientadoras fundamentais a defesa da adopção de um conjunto de medidas capazes de salvaguardar uma vida autónoma assente numa melhor qualidade de vida dos idosos e que ao Estado cabe assegurar as medidas indispensáveis no domínio social e económico para assegurar na prática estes objectivos, de acordo

aliás, com imperativos constitucionais».

A sua aprovação em 1993, que será o «Ano Europeu da Terceira Idade e da Solidariedade entre Gerações», seria «a melhor forma de dar expressão concreta aos seus objectivos», afirmou Domingos Abrantes, «pois os idosos, mais do que demagogia e palavras laudatórias sobre o seu papel social, precisam de ver resolvidos os seus problemas» — afirmou.

## Resolução aponta medidas

Na resolução aprovada no seminário reafirma-se que o PCP «continuará sempre empenhado e tudo fará para defender os legítimos interesses dos reformados e o direito que lhes assiste de viver com dignidade e bem-estar». Para que tal objectivo seja cumprido, os comunistas propõem algumas medidas «fundamentais e de base estrutural», bem como acções «para melhorar de imediato as condições de vida dos reformados».

Em primeiro lugar, defende-se «uma política económica e social baseada na correcta distribuição da riqueza e dos recursos nacionais», em cujo quadro se incluiria «um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação efectiva das associações sindicais e outras organizações representativas dos demais beneficiários, que proteja efectivamente os cidadãos na doença, na invalidez e na velhice».

O PCP propõe também um novo processo de financiamento da segurança social de forma a garantir «as verbas necessárias à melhoria dos valores das pensões, seus suplementos, complementos e outros benefícios sociais», a par do cumprimento das respectivas obrigações pelo Estado, as entidades patronais e os trabalhadores.

Os comunistas reclamam que sejam realizados os objectivos constantes da Lei de Bases da Segurança Social e respectiva regulamentação, e que um Serviço Nacional de Saúde gratuito assegure «eficiente prestação de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, apoiada em serviços de geriatria indispensáveis ao tratamento das pessoas idosas».

São ainda defendidas, como medidas estruturais, uma política de habitação social que vá ao encontro das condições físicas e económicas dos reformados, e a prestação de serviços e apoios para a «plena integração dos reformados, pensionistas e idosos na vida da sociedade».

As medidas com reflexos imediatos nas condições de vida dos idosos contemplam as áreas económica, social e de intervenção social.

No plano económico, o PCP pretende:

- que seja definida e aplicada uma nova fórmula de cálculo das pensões (incluindo as de invalidez por acidentes de trabalho ou doença grave, as quais deverão ter como base a totalidade do salário mais recente);

- que o valor da pensão mínima seja igual ao montante do respectivo salário mínimo nacional (até finais de 1993);

- que sejam actualizadas todas as pensões degradadas (anulando as desigualdades sociais das pensões mais antigas);

- que o montante do suplemento de grande invalidez seja uniforme, independentemente do tipo ou regime de pensão, não devendo o seu valor ser inferior à pensão social;

- a fixação da renda de casa tendo em conta a capacidade económica do agregado familiar; em caso de extrema dificuldade económica, será concedido um subsídio de renda;

- a proibição de acções de despejo que atinjam alguém que disponha apenas de uma pensão de reforma como meio de subsistência;

- supressão das taxas moderadoras; assistência médica gratuita e gratuidade dos medicamentos no caso de idosos com doenças crónicas, graves ou prolongadas; comparticipação (total ou parcial a definir) do Estado na aquisição de próteses, óculos, lentes, placas dentárias e outros meios de manutenção e compensação;

- criação de serviços de geriatria, serviço médico de apoio domiciliário a idosos acamados ou retidos no lar;

- a criação de lares, centros de convívio e de dia devidamente equipados e em número suficiente para as necessidades nacionais.

Na resolução do seminário defende-se a participação dos reformados e pensionistas nas diversas áreas da sociedade, nomeadamente nos centros e lares, nas comissões e associações de reformados, nas estruturas sindicais e nas autarquias.

### NACIONAL

## Sindicalização e cidadania nas Forças Armadas em seminário da CASMO

«Direitos de Cidadania nas Forças Armadas, Sindicalismo e Representação Militar na Europa» é um tema de um seminário organizado pela CASMO — Comissão de Apoio aos Jovens no Serviço Militar Obrigatório — nos dias 13 e 14 de Junho que reunirá técnicos de múltiplas disciplinas — da psicologia à sociologia ou ainda antropólogos, historiadores e juristas, entre outros. A CASMO pretende chamar ao debate as diversas organizações envolvidas mais directamente neste tipo de assuntos, como são as organizações militares, os sindicatos militares europeus, as organizações juvenis, os sin-

dicatos e os representantes do poder político.

Os objectivos do encontro são a dois níveis: «o primeiro é de índole científica, onde se pretende fazer um balanço sobre os direitos de cidadania na Europa e traçar opções para o futuro mais adaptadas à realidade portuguesa», afirmou à LUSA o presidente da CASMO, Paulo Granjo.

O segundo, «mais político, pretende quebrar certos tabus existentes na população portuguesa, convencida que a realidade das instituições militares portuguesas é a mesma das suas congéneres europeias».

Para Paulo Granjo, não

existem «restrições legais que possam impedir a sindicalização dos jovens militares do Serviço Militar Obrigatório» (SMO). O responsável da CASMO afirmou que em relação à sindicalização dos profissionais militares «existem, realmente, restrições legais e constitucionais que o impedem» mas que «não têm qualquer fundamento em termos de direitos de cidadania».

Fazer com que a opinião pública portuguesa conheça as outras realidades dos diferentes serviços militares europeus é uma das intenções dos organizadores deste seminário.

## Nota do Gabinete de Imprensa do PCP Cavaco e os PIDES

Face à notícia hoje divulgada de que «Cavaco não quer repetir caso dos PIDES» e que, por isso, «mandou rever legislação que permitiu a decisão do Supremo Tribunal Militar», o Gabinete de Imprensa do PCP considera oportuno salientar:

1. Não se duvida que seja muito conveniente para a constante preocupação do PSD de absolver Cavaco Silva das suas responsabilidades criar a ideia de que a culpa da escandalosa atribuição das pensões aos ex-PIDES é exclusiva ou predominantemente da legislação existente e de que o Primeiro-Ministro teria sido, neste caso, uma inocente vítima e um pobre escravo do dever de cumprir a lei.

2. Acontece, porém, que se trata de uma enorme falsidade. Sejam quais forem os erros, deficiências e absurdos da referida, a verdade — que o PSD pretende soterrar — é que a atribuição das pensões aos ex-PIDES resultou da aprovação que lhe foi dada pelas assinaturas do Primeiro-Ministro e do ministro das Finanças, à qual não estavam obrigados por nenhuma

legislação e que, se tivessem uma verdadeira formação democrática, teriam naturalmente recusado.

3. A confirmar-se que a grande alteração na legislação que Cavaco Silva estaria a congeminar seria a de a apreciação dos requerimentos de pensões por serviços relevantes prestados à Pátria passar a ter em conta a «exigência de uma conduta cívica e moral», é caso para dizer que o Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD estariam a dar um novo e elucidativo testemunho de que continuam a não querer perceber que o que verdadeiramente tem estado em causa é o escândalo de mandantes e executantes de crimes contra o povo português poderem ser premiados pelo Estado democrático e de serviços prestados à odiosa política repressiva do fascismo serem considerados relevantes serviços prestados à Pátria.

21 de Maio de 1992

### Comunicado da Comissão Política

## O País sacrificado aos interesses propagandísticos de Cavaco Silva!

«O Governo português deveria ter invocado o "interesse vital" do País para se opor a esta reforma da PAC e reclamar a reconsideração das condições de integração da agricultura portuguesa»

1. Numa primeira apreciação da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), o PCP declara que a sua aprovação pelo Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade, ao contrário do que diz o primeiro-ministro, vai prejudicar gravemente os interesses dos agricultores, da agricultura portuguesa e do País.

O País precisa de aumentar a produção agrícola e a reforma vai no sentido da redução.

O País precisa de diminuir o seu défice agro-alimentar e a reforma tende a agravá-lo.

Com verdade, pode dizer-se que o Governo de Cavaco Silva sacrificou os interesses nacionais e dos agricultores portugueses ao objetivo propagandístico de encerrar alguns dossiers ainda durante a presidência portuguesa.

É significativo que o Governo e o ministro da Agricultura encontrem motivos para se autoglorificarem com a reforma da PAC, quando a sua concretização origina o protesto generalizado dos agricultores portugueses.

2. O PCP alerta, desde já, contra a argumentação de que o Pacote Delors II seria agora menos necessário pelo facto de a reforma aprovada libertar, eventualmente, mais meios para outras políticas

estruturais. Nada indica que os custos orçamentais da nova Política Agrícola Comum diminuam, havendo mesmo cálculos que apontam para o seu agravamento. A gestão da nova PAC vai desde já significar uma subida dos custos administrativos na aplicação da reforma, especialmente numa agricultura como a nossa.

Esta reforma só torna, pelo contrário, mais urgente a aprovação do novo quadro financeiro.

O PCP insiste que o Governo português deveria ter invocado o «interesse vital» do País para se opor a esta reforma da PAC, e reclamar, na base da especificidade da agricultura portuguesa, da alteração das condições negociadas quando da adesão, e do princípio da coesão económica e social - como o PCP há muito defende - a reconsideração das condições de integração da agricultura portuguesa na PAC, com o estabelecimento de novos prazos de transição, derrogações para a aplicação das normas comunitárias e reforço dos apoios e ajudas comunitários.

3. A reforma da PAC vai obrigar Portugal a reduzir a sua produção agrícola e a importar ainda mais, agravando o já muito elevado

nível de dependência alimentar do País. Os agricultores vão ser pagos para não produzir, quando o que se coloca a Portugal é a necessidade de produzir mais e melhor. É a irracionalidade de uma política que cria excedentes para depois os armazenar, penalizando países como Portugal, que em nada contribuem para esses excedentes.

A reforma da PAC não consigna nenhuma solução alternativa que garanta o incremento da competitividade da agricultura portuguesa. Pelo contrário, congela o baixo nível tecnológico e a reduzida produtividade do sector. A redução de 60 hectares para 30 hectares, relativamente à proposta inicial, da área a partir da qual passa a ser obrigatório o *set-aside*, agrava o irracional pousio de terras aráveis, num país onde a percentagem de superfície de terras agricultáveis é muito baixa.

A reforma da PAC não salvaguarda a especificidade da agricultura nacional, contradiz o propalado princípio da coesão económica e social aprovado em Maastricht e serve sobretudo para satisfazer os EUA nas negociações do GATT, tendo em vista a partilha dos mercados internacionais.

4. A redução das quotas do leite e dos preços ao produtor na carne de bovino e no leite e produtos lácteos, a quebra nos preços dos cereais e nas oleaginosas e proteaginosas,

os limites impostos aos apoios à produção de carne de ovino, o estímulo ao abandono de terras - que são um conjunto de medidas constantes da proposta aprovada - vão levar ao abandono destas produções por milhares de agricultores, com graves prejuízos para o País.

O estabelecimento de ajudas compensatórias às quebras dos preços, com base nas produtividades nacionais, provocará o alargamento do fosso entre os rendimentos dos agricultores portugueses e comunitários. Contrariamente ao argumentado para justificar a reforma, serão os agricultores mais ricos que continuarão a receber mais ajudas. Simultaneamente, nas regiões menos desenvolvidas, como é o caso de todas as regiões portuguesas, irão ser penalizados os agricultores que investiram e modernizaram as suas explorações, e será agravada a situação dos mais pequenos.

5. No quadro do grande debate nacional, reclamado pelo PCP, sobre o Tratado de Maastricht, não podem deixar de ser inseridas as novas preocupações decorrentes da reforma da PAC agora aprovada. Em ambos os casos se desenvolvem orientações e se definem caminhos que se traduzem numa efectiva perda de capacidade de decisão em matérias fundamentais da vida do País, e se abdica de uma firme defesa dos interesses nacionais.

## CDU vence eleições na Azaruja

A CDU venceu as eleições intercalares que se realizaram na Freguesia da Azaruja, em Évora, subindo 2% em relação às eleições de 1989; os resultados finais ficaram assim ordenados: a CDU 331 - 42%, o PSD 294 - 37% e o PS 156 - 19%. O resultado «mostra a confiança que os Azarujenses têm na gestão da CDU, o seu desejo em que esta força desenvolva e cumpra o seu programa, assim como valoriza a obra que tem vindo a ser desenvolvida», considera um comunicado da DOREV do PCP, que acrescenta:

«O PSD através do seu responsável local (Eng.º Mira Brinquinho - governador civil de Évora) afirmava, em várias entrevistas, quem ganhasse estas eleições ganhava a Câmara Municipal de Évora. Pela nossa parte afirmamos que a população deu a resposta adequada a este tipo de afirmações e reafirmamos a nossa disponibilidade para continuarmos a trabalhar em prol dos Eborenses». E o comunicado prossegue:

«Contribuindo com o nosso trabalho para a resolução dos problemas do Concelho de Évora, encaramos as próximas eleições autárquicas de 1993 com grande confiança.

«Azaruja é uma das maiores freguesias do Concelho de Évora, com um desenvolvimento significativo, tendo indústria, artesanato e comércio, aqui sente-se o desenvolvimento e o bem-estar apoiado pelo poder local, daí a maioria ter votado CDU» sublinha, finalmente, a DOREV do PCP.

## Luís Sá visita Sesimbra

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP e responsável do partido pelo sector das Autarquias, visitou recentemente Sesimbra, tendo sido recebido na Câmara Municipal pelo presidente da autarquia Ezequiel Lino, que fez uma breve enunciação das obras em curso no Concelho e de outras que aguardam a indispensável intervenção do Poder Central. Acompanhavam o dirigente comunista a deputada do PCP Apolónia Teixeira, e dirigentes regionais e locais do Partido.

Nesta sua deslocação a Sesimbra, o dirigente comunista tinha a aguardá-lo representantes de diversos movimentos associativos e empresários locais. A visita começou com uma deslocação à lota (onde houve um encontro com o responsável da DOCA PESCA) e ao porto de abrigo (o primeiro em pesca artesanal costeira e o segundo na pesca em geral), tendo-se Luís Sá avistado com o comandante do porto.

O novo Centro de Saúde de Santana, construído em terrenos cedidos pela autarquia, constituiu a etapa seguinte da visita, seguindo-se o novo depósito de abastecimento de água, subsidiado pela Câmara Municipal e por fundos comunitários.

Mas também se visitaram problemas. Foi o caso das Pedreiras do Zambujal, que estão a causar grandes problemas ambientais, já com alterações climáticas e destruição do meio ambiente, bem como do bairro da Quinta do Conde, o maior «clandestino» do País ainda com carencias de esgotos e com falta, por exemplo, de 100 quilómetros de ruas. Estas questões só podem ser enfrentadas pelo Poder Central, que, enquanto multiplica as promessas, o que faz de concreto é cortar verbas às autarquias...

### Em defesa da Cultura

## Frente promete não parar

A realização para breve de um Encontro Nacional que permita reunir as diversas associações que integram a Frente Nacional para a Defesa da Cultura, no decorrer do qual possa ser analisada a problemática cultural, constitui muito provavelmente o próximo passo que reunirá muitos daqueles que estiveram no último sábado, na Aula Magna, em Lisboa.

Essa foi pelo menos a vontade expressa por Natália Correia, uma das participantes na festa promovida por aquela associação, festa que se quis, mais do que um simples espectáculo, um acto cívico e de protesto contra uma política que tem suscitado reservas e protestos dos mais variados quadrantes da criação artística e dos agentes culturais.

Perante uma vasta plateia onde abundavam figuras conhecidas do mundo da cultura, o espectáculo organizou-se a partir da declamação a cargo de Natália Correia do poema «Orfeu Rebelde», de Miguel Torga, seguido da leitura, pelo actor João Ávila, do texto «A Cultura e o Espectro», daquela poetisa.

Depois, o espaço foi de tempo musical, passando pelo palco nomes como Maria João, Mário Laginha, Vitorino, Janita Salomé, Fernando Tordo, Jorge Palma e Lena d'Água. Histórias puderam ainda ser ouvidas pela voz de Raul Solnado, enquanto Ramos Rosa e outros leram poemas e Vitorino d'Almeida tocou piano.

## Vértice faz 50 anos

A revista «Vértice» comemora o seu cinquentenário organizando uma série de iniciativas que incluem colóquios e exposições em Évora, Coimbra e Porto. Entre as iniciativas previstas conta-se uma série de debates na livraria Barata, em Lisboa, integrados no ciclo «Cultura e Democracia». Os 50 anos da «Vértice» fazem da revista um caso único de longevidade na imprensa cultural portuguesa.

Fundada em Coimbra em Maio de 1942, a «Vértice» - que em 1988 transferiu-se para Lisboa - está intimamente ligada, nos seus primeiros anos, ao desenvolvimento do movimento neo-realista, do qual foi ponto de encontro e instrumento de difusão, apesar da censura e da repressão cultural existente na época.

João José Cochofel, Rui Feijó, Joaquim Namorado, Carlos de Oliveira e Arquimedes da Silva Santos, foram alguns dos membros do grupo dinamizador inicial.

A estes juntaram-se depois outros colaboradores como, por exemplo, Luís Albuquerque, Mário Dionísio, José Gomes

Ferreira, Manuel da Fonseca, Eduardo Lourenço, Fernando Namora, Alves Redol, Aquilino Ribeiro, Maria Archer, Jaime Cortesão e António Sérgio.

«Na altura a "Vértice" era um dos poucos instrumentos disponíveis para uma intervenção cultural e cívica inspirada nos valores da liberdade e da democracia», afirma Fernando Correia, que destaca a participação activa na revista de nomes como José Carlos de Vasconcelos, Fernando Assis Pacheco, Mário Canotilho, Vital Moreira e Avelãs Nunes ao longo das décadas de 60 e 70.

Ao longo dos seus 50 anos, a revista conheceu os altos e baixos próprios de uma publicação feita por intelectuais a funcionar em termos não profissionais. Hoje, desde que é propriedade da editorial Caminho, a «Vértice» conta com cerca de mil assinantes e modernizou o seu funcionamento adaptando o seu modo de funcionamento às exigências do nosso tempo.

## INTERNACIONAL

## CHILE

Três elementos da polícia chilena foram demitidos dos seus cargos e processados em tribunal sob acusação de assassinio de três dirigentes comunistas, durante o regime fascista de Augusto Pinochet.

No âmbito do mesmo processo, tinham já sido detidos no início de Abril um antigo membro da Junta Militar, o general César Mendoza, e 16 outros polícias.

Em finais de Abril, Mendoza foi libertado, mas o juiz do processo decidiu manter as acusações contra este general, alegadamente responsável pela morte dos dirigentes comunistas José Manuel Parada, Manuel Guerrero e Santiago Nattinopol, cujos cadáveres decapitados foram encontrados nos arredores da capital chilena, a 29 de Março de 1985.

## ESQUERDA UNIDA

Julio Anguita, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha (PCE), foi eleito coordenador-geral da coligação «Esquerda Unida», cargo de que se tinha demitido há seis meses por divergências internas, que se mantêm.

Anguita obteve 60 por cento dos votos dos delegados, enquanto a outra lista, liderada por Nicolas Sartorius, alcançou 39 por cento, com uma proporção de 51 para 34 membros do futuro conselho político.

As principais divergências relacionam-se com o modelo de organização de «Esquerda Unida», pois enquanto o sector maioritário aprovou que ela é um movimento social e político que está formado por uma federação de partidos, os renovadores desejavam a dissolução de todos os grupos e a transformação da coligação num partido único.

## RÚSSIA

As autoridades de Moscovo vão abrir dentro de dias o primeiro albergue para pobres sem casa, anuncia o jornal «Izvestia».

O novo albergue, a cargo da assistência social de Moscovo, fica instalado num asilo de idosos e tem capacidade para receber, numa primeira fase, cinquenta pessoas.

Os vagabundos só podem dormir ali uma noite, recebendo uma refeição e cuidados médicos.

As autoridades moscovitas preparam-se, entretanto, para abrir até Julho mais dois albergues de pobres, com capacidade para cem pessoas cada.

O número de pessoas sem abrigo que mendigam nas ruas de Moscovo tem aumentado constantemente nos últimos anos, com a chegada de numerosos refugiados vindos das regiões onde se travam conflitos armados.

Essas pessoas chegam apenas com a roupa que trazem no corpo e dormem por onde calha, nas estações de caminhos-de-ferro, no metropolitano e em caves abandonadas.

## ANALFABETOS

Cerca de um quarto da humanidade é analfabeta, diz o Instituto Nacional Francês de Estudos Demográficos (INED) num relatório divulgado em Paris.

No relatório, aquele organismo informa que a organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) contabilizou em 1990 cerca de 950 milhões de analfabetos em todo o mundo.

Três quartos dessas pessoas vivem em dez países: Índia, China, Paquistão, Bangladesh, Nigéria, Indonésia, Brasil, Egipto, Irão e Sudão.

A proporção de analfabetos é de 19,4 por cento entre os homens e de 33,6 por cento entre as mulheres, diferença que o INED atribui à discriminação sofrida pela mulher em numerosos países nas áreas da educação e saúde.

## OSSETIA

O presidente do Conselho de Estado da Georgia, Eduard Shevardnadze, qualificou o massacre de 52 refugiados, na sua maioria mulheres, idosos e crianças, na Ossetia do Sul, como um «crime fascista».

De acordo com a agência «Itar-Tass», o ataque, registou-se perto da aldeia de Kekhvi, na estrada de Tskhinvali (capital da Ossetia do Sul) para Djava, quando os refugiados se dirigiam numa coluna de autocarros para a Ossetia do Norte.

As declarações de Shevardnadze ocorreram enquanto decorria uma reunião de emergência do Conselho de Estado que condenou o massacre e afirmou que ele foi cometido pelas forças que perderam o poder, numa referência ao antigo presidente georgiano Zviad Gamsakhurdia.

Um cessar-fogo fora assinado a 13 de Maio entre a Geórgia e as duas Ossetias, depois de dois dias de combates que fizeram 40 mortos e mais de 200 feridos.



À cabeça da manifestação, Jesse Jackson, com uma criança branca aos ombros, e os presidentes das Câmaras de Atlanta, Baltimore, Nova Iorque e Boston.

## EUA

## 200 mil manifestantes exigem «Salvemos as nossas cidades»

O momento político é de «descontentamento» dos eleitores, reconheceu há dias o presidente norte-americano George Bush, que entretanto deu das possíveis causas desse descontentamento uma versão alargada, considerando não se tratar de uma situação exclusiva dos Estados Unidos. «Vejam o que se passou na Alemanha, Grã-Bretanha e França antes das eleições. Há perturbação e também um sentimento antipolítico», acrescentou.

A verdade é que o presidente norte-americano não precisaria atravessar o Atlântico para avaliar das razões

do descontentamento do eleitorado.

Bem pouco antes destas afirmações, 200 mil manifestantes concentraram-se em Washington, ao apelo da Convenção dos presidentes de Câmara dos Estados Unidos, com uma palavra de ordem fundamental — «Salvemos as nossas cidades, salvemos as nossas crianças!»

Uma grande manifestação onde, significativamente, se afirmou que «se Washington não é capaz de resolver os problemas da América, a América regulará as suas contas com Washington».

Raymond Flynn, presiden-

te da Câmara de Boston, avançou dados particularmente concretos: «É urgente avançar com um plano de 34,8 mil milhões de dólares, para construir habitações e criar postos de trabalho, em síntese, reconstruir a infra-estrutura da nação. Só em Boston posso afirmar que 60% dos canalizadores e dos carpinteiros andam no desemprego. Propusemos ao Congresso no mínimo 7285 projectos de reconstrução. Até agora não tivemos resposta».

Em declarações à imprensa, antes de se dirigir aos manifestantes, Jesse Jackson propôs «um plano Marshall» para os Estados Unidos. «Precisamos de um projecto a desenvolver-se ao longo de vinte anos e que dará ajuda aos que não conseguem pagar a renda da casa, encontrar trabalho, receber uma educação de qualidade e, quando necessário, assistência médica».

Jesse Jackson considera que «é necessário criar bancos que ofereçam emprésti-

mos de longa duração com juros baixos aos comerciantes e habitantes das zonas mais atingidas das grandes cidades».

E o presidente da Coligação Arco-Íris denuncia: «O governo americano gasta actualmente 150 mil milhões de dólares com o seu orçamento de Defesa num momento em que a eventualidade de um conflito americano-russo não é sequer já pensável. Poderíamos utilizar este dinheiro para construir, por exemplo, uma rede nacional de caminho-de-ferro de alta velocidade, o que criaria postos de trabalho, reduziria o excesso de população das cidades e a especulação imobiliária».

Entretanto, os graves problemas sociais que se vivem no país não atingem apenas as cidades. Paul Wellstone, senador do Minnesota, falou sobre a realidade social nos campos: «Vejo todos os dias filhos de agricultores que vivem bem abaixo do limiar de pobreza».

## Guerra das estrelas

Nas suas tentativas para a criação de um sistema espacial de defesa, os Estados Unidos investiram pelo menos 7,7 mil milhões de dólares em projectos da «guerra das estrelas» que nunca chegaram a concretizar-se.

Dos 29 mil milhões de dólares investidos até agora pelo governo norte-americano na Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), exactamente um quarto foram destinados a projectos mais tarde postos de parte por serem desnecessários, impossíveis ou demasiado caros, afirma a agência Associated Press.

O colapso destes projectos não fez mesmo assim baixar o ritmo de gastos da IDE. Este ano, o programa consumirá 4,15 mil milhões de dólares, tornando-o a rubrica mais cara do orçamento da Defesa.

A IDE teve início em 1984 com o objectivo de «explorar e demonstrar» tecnologias-chave em defesa contra mísseis balísticos — com especial ênfase em armas antimísseis montados em satélites no

espaço. Trata-se do mais caro programa de pesquisa militar norte-americano de sempre, mas os seus gastos têm escapado em grande medida aos olhos do público.

O departamento de Defesa, que administra o IDE através de uma agência civil chamada Strategic Defense Initiative Organization, nunca deu informações pormenorizadas sobre as despesas federais em projectos IDE que anulou ou reduziu.

A anulação de ideias impossíveis de concretizar é normal num programa de pesquisa científica, mas o que se passa na «guerra das estrelas» é que os programas anulados, interrompidos ou congelados não o foram tendo como base um julgamento científico mas devido a mudança de prioridades entre os departamentos governamentais.

Milhares de empresas privadas têm sido as principais beneficiárias da indefinição no projecto, com contratos sobre contratos a serem assinados, pagos, reduzidos e depois anulados.

## O papel dos EUA no mundo

O Departamento norte-americano de Defesa modificou a linguagem do seu Relatório sobre o «Papel dos Estados Unidos no Mundo de 1994/99» extinguindo menções à posição dominante norte-americana como única superpotência, publicam o «New York Times» e o «Washington Post».

Tirando as alterações de linguagem, que tornam o documento mais diplomático, não há modificações no conteúdo do relatório que refere que os Estados Unidos «desejam uma cooperação sustentada das principais potências democráticas» e já não fala na tentativa de evitar «o aparecimento de qualquer potencial concorrente no plano global».

A versão inicial do documento suscitou grande controvérsia em vários países e a Casa Branca distanciou-se do relatório interno do Pentágono.

O secretário norte-americano da Defesa, Dick Cheney, assinou a nova versão do relatório.

Esta continua a considerar que os EUA devem manter uma força militar com cerca de 1,6 milhão de membros e devem ter capacidade para estar envolvidos simultaneamente em dois conflitos, mantendo ainda uma presença notória na Europa.

## Conferência Internacional de ajuda à CEI em Lisboa

# As montanhas continuam a parir ratos

Depois de Washington em Janeiro, eis agora Lisboa em Maio, segue-se depois Tóquio no começo do Outono, com mais uma reunião intercalar do G7 em Junho em Munique - são as grandes conferências internacionais para «coordenar a ajuda» aos Estados da CEI, lançados na bancarrota e no caos nestes últimos anos que precederam a meses que sucederam o desmantelamento da URSS, no final de 1991. E entretanto houve, e vão haver mais reuniões e mais relatórios, do FMI, do Banco Mundial, do BERD, com muitos peritos, conselheiros, técnicos e supervisores.

Reuniões e relatórios muitos, mas os resultados para os povos dos novos Estados da denominada CEI é que continuam parcimoniosos em «metal sonante». A pauperização, a inflação espantosa, o desemprego nunca visto, a quebra brutal da produção, a aflitiva escassez de bens acessíveis, vão continuar a ser o quotidiano actual de centenas de milhões de ex-cidadãos soviéticos.

Calcularam os «experts» do FMI em 44 mil milhões de dólares as necessidades urgentes só para aguentar a situação no ano corrente, porque de resto «ninguém se atreveu a adiantar valores globais sobre as necessidades do doente para além da sua sobrevivência imediata» (**Público**, 25 de Maio, p. 3). Mas mesmo quanto a esses 44 mil milhões, em Lisboa continuou-se na conversa fiada e na decisão adiada.

As grandes potências imperialistas, lutando entre si para obter o «leadership», não parecem sentir-se ainda suficientemente seguras para investimentos de monta, demasiado arriscados numa situação claramente fluída - como ainda agora o provou a recente cimeira truncada da CEI em Tachkent, em que dos 12 Estados só compareceram 6, justificando de algum modo assim o juízo do patrão do BERD, Jacques Attali, de que a CEI não existe, ou o prognóstico pessimista de Henri Kissinger sobre o frágil futuro de um artificial conglomerado já tão esclerosado (ver **Humanité**, 16 Maio).

Acresce que a conjuntura do mundo capitalista não ajuda nada para «ajudas» externas - como é o caso paradigmático dos EUA, onde os recursos são escassos para as necessidades caseiras prementes (senão explosivas mesmo, como se viu em Los Angeles e não só). O Japão, a braços com dificuldades bancárias sérias, olha mais para o Oriente russo como desejada «reserva» própria e ambiciona reaver como moeda de troca as ilhas Curilhas, ainda não garantidas. A Alemanha está em transes de «digestão» difícil do bolo da anexada ex-RDA, e por outro lado tem ambições próprias na sua antiga e desejável futura «zona de influência» tradicional dos países do Leste Europeu, onde já é de longe o maior investidor. Por isso, estas grandes encenações mediáticas - Washington, Lisboa, e a seguir se verá - são como

grandes montanhas que afinal só parem ratos. Mas que há ratos, há. Que roem, vão roendo, corroendo mais ainda o corpo já quase exangue, mas ainda duro de roer, da antiga URSS. A missão dos ratos é preparar melhor o terreno para mais tarde os grandes tubarões penetrarem em segurança e em força e devorarem os enormes recursos naturais e humanos do imenso novo «El Dorado» que o imperialismo vê em perspectiva na União Soviética *terceiro-mundizada*. Não é por acaso que a grande novidade da recente Conferência de Lisboa, relativamente à de Washington, terá sido mudar o acento tónico da «ajuda humanitária» para a «ajuda técni-

ca». Serão mais uns batalhões de «técnicos em capitalismo» que irão acolitar, aconselhar, assessorar os dirigentes dos países da CEI, somados aos muitos que já lá estão, para fazer avançar mais decididamente o processo desejado: as privatizações, as transformações macroeconómicas, a estabilização monetária, a liberal legislação do investimento estrangeiro - enfim, os bem experimentados programas de reformas do FMI que tão brilhantes resultados têm dado por esse mundo fora.

Assinou-se o tratado START de limitação das armas estratégicas, entre os EUA, a Rússia, o Cazaquistão, a Ucrânia e a Bielorrússia, paralelamente à Conferência. E os EUA avançaram propostas para assessorar *in loco* o desmantelamento da indústria bélica (não da sua, claro) e a segurança nuclear.

Mas o apregoado Centro Científico e Tecnológico de Moscovo fica de novo adiado. Para mais tarde, também, e «desde que esses países cumpram os programas para eles definidos» (**D. Notícias**, 25 Maio, p. 8) talvez se abram um tanto os cordões à bolsa para atender, ao menos em parte, ao rol de infundáveis pedidos que cada uma das Repúblicas da CEI veio a Lisboa, de mão estendida, apresentar. E entretanto, um documento de trabalho, circulando entre os representantes dos 63 países e 12 organizações internacionais reunidos, refere a necessidade urgente de «criação de um sistema político-partidário democrático» e de «uma imprensa verdadeiramente livre» mas 12 ex-repúblicas soviéticas (**D. Notícias**, 24 Maio, p. 6). Coisa de espantar, pois julgávamos, pelo que constantemente nos é impingido, que a «Democracia» e a «Glasnost» eram já dados adquiridos. Afinal, são precisos mais uns batalhões de especialistas em *marketing* mediático, politólogos e professores de «democracia», para criar o que o ignaro povo e seus preclaros dirigentes actuais não sabem produzir - é necessário importar...

É triste ver como países e povos que num passado bem difícil souberam criar uma economia poderosa, sistemas de segurança social elevados, uma avançada cultura, pelo trabalho abnegado de gerações e gerações sucessivas, arrostando com intervenções, cercos, bloqueios, invasões externas (e também com os erros e crimes internos), se vê agora reduzido a esta situação de «menoridade» tutelada. Mas não desesperamos de voltar a ver renascer o sentimento de brio e confiança nas próprias forças criadoras, que décadas de trabalho titânico forjaram e decerto não deixarão extinguir totalmente na consciência e nos valores profundos desses povos que, durante o século XX, construíram um dos mais poderosos e avançados países do mundo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O passado não se repetirá e o futuro está aberto.



A mendicância é hoje uma realidade em Moscovo, fruto da degradação das condições socioeconómicas e da presença de refugiados das zonas de conflito

## Angola

# Um ano depois dos acordos de Paz prepararam-se eleições de Setembro

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, renovou o apelo do seu governo para a ajuda multinacional ao processo de democratização no País, sobretudo em «meios técnicos e materiais» para as eleições previstas para Setembro.

O apelo foi feito no termo da primeira visita de José Eduardo dos Santos à Namíbia pós-independência. Uma visita em que estiveram em debate diferentes problemas e realidades do continente.

Nas palavras do presidente angolano, a preocupação comum é a «consolidação da independência da Namíbia» e a «consolidação da paz em Angola», países que «fazem esforços para apoiar a África do Sul», para que nesse país «se realizem eleições li-

vres e justas e se edifique um Estado democrático e pacífico».

Eduardo dos Santos sublinhou, ainda no que se refere à África do Sul, que com a eventual «nova era de paz e democracia», o seu nível de desenvolvimento «pode constituir uma mola impulsora do desenvolvimento económico dos países vizinhos, se se souber encontrar as melhores fórmulas de enquadramento da cooperação, na base dos interesses regionais e das vantagens recíprocas».

No discurso proferido na Assembleia Nacional Namibiana, o presidente angolano referiu também que «a questão de Moçambique reclama uma solução urgente» e que «é dever moral de todos os

países da região contribuírem para a solução rápida do conflito».

Poucos dias antes tinha encerrado os seus trabalhos o III Congresso Extraordinário do MPLA, com um «profundo agradecimento» a todos quantos contribuíram para os acordos de paz assinados em 31 de Maio do ano passado. Um agradecimento que faz parte do pacote de resoluções e moções aprovados em sessão marcada por fortes críticas à Unita e pela saudação aos novos 64 elementos do Comité Central do Partido, entretanto alargado para 193 membros para poder representar «todos os sectores étnicos, sociais e culturais», do país.

Na moção sobre o primeiro aniversário dos acordos de

paz, o Congresso referiu o «papel firme e decisivo» do governo na aplicação e consolidação da «democracia, da paz e fraternidade longamente ansiada».

O agradecimento foi para «povos, governos e individualidades, em especial ao mediador e observadores que, a seu nível e de diferentes formas» contribuíram para a assinatura dos acordos de Bicesse e para que «sejam o princípio da realidade» vivida no país.

A moção sobre o processo de paz inclui referência particular a todas as igrejas e confissões religiosas e à próxima vinda a Angola do Papa João Paulo II, coincidente com o primeiro aniversário da paz.

A resolução geral do Congresso determinou que o

MPLA revogue a designação de Partido do Trabalho e tome medidas a vários níveis e «com a maior urgência» para a campanha eleitoral.

No plano interno, o MPLA salientou a «meritória acção do «Grupo de Reflexão» criado pela sua direcção, pelo «importante contributo para a reunificação da família do MPLA».

A «família» do MPLA teve resolução específica, com referência crítica ao comportamento classista assumido pelo partido, que afastou muitos dos seus militantes. Inclui um apelo para a adesão geral ao partido, como «garantia da democratização da sociedade».

Noutro plano, o Congresso aprovou uma moção sobre direitos humanos, com reser-

vas sobre o modo como durante a guerra eles foram respeitadas no país.

As condições específicas vividas pelo país, refere a moção, «não justificam no entanto todas as limitações e violações dos direitos dos cidadãos» registadas.

A moção serve, nomeadamente, para assinalar «os persistentes actos» de violação dos direitos humanos no país, «numa altura em que a nação angolana vive os primeiros momentos de paz e de democratização».

Dirige uma crítica à Unita e refere «assassinios políticos e outros, manutenção de presos de guerra e de consciência, as intimidações e agressões e o impedimento da livre circulação de pessoas e bens».

Com a presença de Álvaro Cunhal

# PCP debate associativismo num Encontro nacional

Com a designação genérica de «Mais associativismo mais democracia» e a presença de muitas dezenas de pessoas, realizou-se no passado domingo, nas instalações da Voz do Operário, um Encontro nacional do PCP sobre o Movimento Associativo no nosso país, iniciativa que foi encerrada por uma intervenção do Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, que condensamos ao lado.

A participação no Encontro esteve aberta a militantes do Partido dirigentes e activistas associativos das diferentes expressões do associativismo popular, quadros do PCP com responsabilidades nestas áreas, eleitos e técnicos (cultura, desporto, área social) das autarquias ou de outras instituições com ligação e actividade para e com o Movimento Associativo, tendo ainda participado diversos convidados das organizações do Partido.

A abertura e o encerramento do Encontro fizeram-se em plenário na sala Gulbenkian

## Três Secções para um debate

Como dissemos, entre os plenários de abertura e encerramento os trabalhos do Encontro funcionaram em secções, onde as questões do associativismo foram abordadas exaustivamente.

A 1ª Secção, designada «O Movimento Associativo Face aos Poderes Central e Local», abordou matérias tão diversas como a política do Governo para o movimento associativo; os apoios e respectivos critérios; a fiscalidade; o mecenato; o estatuto de

utilidade pública; o papel do movimento associativo no desenvolvimento cultural e desportivo; as experiências, as perspectivas abertas e as formas de obtenção de apoios da Comunidade Europeia; a política das autarquias para o movimento associativo e a regionalização.

A 2ª Secção, sob a consigna «Dinamizar e Fortalecer o Movimento Associativo», deu atenção a «aspectos comuns às diferentes expressões do movimento associativo — gestão, contabilidade, fiscalidade, a formação de dirigentes, animadores e outros técnicos, estatuto do dirigente associativo» e ainda «a política das autarquias para o movimento associativo e a regionalização».

Quanto à 3ª Secção, denominada «Movimento Associativo, Democracia e Participação», tratou de «os grandes ideais e objectivos do movimento associativo; o exercício e a aprendizagem da democracia; a formação da consciência democrática e

a integração social das populações; expressão organizada da participação e da vontade popular; os novos interesses e pólos de atracção; a resposta do movimento associativo às novas realidades» e também

«o movimento associativo e o seu papel face à juventude; a relação com o movimento juvenil; a participação dos jovens nas associações populares».

No plenário de encerramento foram apresentados relatórios das Secções e as Conclusões do Encontro (que igualmente condensamos ao lado), que foram aprovadas por unanimidade e aclamação.

## Intervenção de Álvaro Cunhal

Apresentamos alguns extractos da intervenção com que o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, encerrou os trabalhos do Encontro Nacional do PCP sobre Associativismo.

(...) Abordar as questões do movimento associativo é abordar uma das mais ricas e poderosas expressões da consciência cívica, da criatividade e da acção social do povo português.

O movimento associativo não foi formado por governos nem por decretos. Tem raízes fundas na história da nação portuguesa e a sua própria história é uma criação viva, dinâmica e independente do povo português.

A imensa obra realizada pelo associativismo popular no campo da cultura, da arte, da educação, do desporto, do lazer, do património é na sua globalidade uma das mais exaltantes realizações de carácter social e cultural do povo português.

O País deve ao movimento associativo muitos aspectos essenciais da sua qualidade de vida.

Com larga tradição, ultrapassando o esquecimento e o desprezo do poder central, é uma das mais belas realidades da vida nacional e pujante expressão da vontade, capacidade e talento das massas populares.

É, pela participação massiva nas suas estruturas e actividades, um movimento da juventude.

O movimento associativo, pela sua natureza, contraria regimes opressivos e nas suas actividades brota vigoroso do exercício da liberdade.

Na noite negra do fascismo, muitas colectividades eram verdadeiros oásis de pensamento e acção de cidadãos livres, que a ditadura não conseguiu liquidar ou abafar.

Com o 25 de Abril o movimento associativo recebeu poderoso impulso com os direitos alcançados com a revolução. (...) Os governos de direita, neste campo como em muito outros, fingem porém ignorar a lei fundamental do país. E, ao contrário do poder central ocupado pela direita, é o poder local, onde o eleitorado confia os órgãos autárquicos aos comunistas e outros democratas da CDU, que desenvolve um valioso e por vezes determinante apoio e estímulo ao movimento associativo.

O movimento associativo, na rica variedade das suas actividades e considerado globalmente, caracteriza-se pelas suas raízes e profundas tradições populares, pela sua autonomia e independência face ao poder político, pelo empenhamento,

## As conclusões do Encontro

As conclusões do Encontro nacional do PCP sobre Associativismo resultaram num vasto e circunstanciado documento, de que destacamos algumas passagens.

Abordando em primeiro lugar «o Movimento Associativo face aos poderes Central e Local», o documento começa por recordar que «a Constituição Portuguesa é clara ao atribuir responsabilidades ao Estado no que diz respeito à cultura e ao desporto dos cidadãos e estabelece os termos em que o Estado deve relacionar-se com as diferentes expressões associativas, isto é, colaborando para levar por diante as suas próprias atribuições».

«A gestão e funcionamento das associações, seja por exigências legais, seja pela maior dimensão que vão assumindo, seja pelas dificuldades e obstáculos crescentes e de toda a ordem que são colocadas aos cidadãos que querem ter uma vida associativa activa, são cada vez mais complexos», considerou o Encontro que enumerou algumas questões, nomeadamente que hoje se torna «indispensável dotar os dirigentes associativos com noções elementares de gestão (adaptada à situação específica das associações) e assegurar uma intervenção

## Dinamizar e fortalecer o Movimento Associativo

«A gestão e funcionamento das associações, seja por exigências legais, seja pela maior dimensão que vão assumindo, seja pelas dificuldades e obstáculos crescentes e de toda a ordem que são colocadas aos cidadãos que querem ter uma vida associativa activa, são cada vez mais complexos», considerou o Encontro que enumerou algumas questões, nomeadamente que hoje se torna «indispensável dotar os dirigentes associativos com noções elementares de gestão (adaptada à situação específica das associações) e assegurar uma intervenção



associativismo» apresentado pelo PCP na Assembleia da República, projecto retomado na continuidade de iniciativas anteriores. (...) O PCP define assim, linhas fundamentais de «apoio ao associativismo».

Não nos limitamos a esclarecer acerca da situação e a levar à Assembleia da República projectos de lei para apoio ao associativismo. O PCP dá, através dos seus militantes, um apoio directo. A partir deste Encontro, o empenhamento de militantes comunistas será ainda maior, beneficiando do estudo feito, dos depoimentos, da troca de experiências, da cooperação. (...) Nas associações populares, é um dever dos comunistas empenharem-se juntamente com os outros associados nas actividades próprias das associações.

Isto significa que é uma norma fundamental da sua actuação, não apenas o respeito mas o enquadramento obrigatório da sua actividade na actividade do colectivo, no quadro da inteira autonomia e independência das associações, na ausência na vida associativa de quaisquer discriminações entre os associados.

O sectarismo e a discriminação não é uma via para reforçar mas para enfraquecer o trabalho associativo e a influência real dos comunistas.

A autonomia e a independência do movimento associativo constituem um dos maiores valores e uma das principais fontes das suas energias e realizações.

A influência dos comunistas no movimento associativo será tanto maior quanto mais meritória for a sua actuação, quanto melhor souberem fundir a sua actuação com a actuação de todos os homens, mulheres e jovens empenhados no desenvolvimento das actividades específicas das colectividades. (...) A defesa do associativismo popular é a defesa de um elemento da mais alta importância do bem-estar e da qualidade de vida dos portugueses.

A defesa e reforço do associativismo popular é uma frente na defesa e reforço da democracia.

Numerosos comunistas são dirigentes ou têm outras destacadas responsabilidades nas associações populares e muitos milhares de comunistas são membros das colectividades. Este nosso Encontro cria condições favoráveis a que uns e outros consigam dar nova e renovada dinâmica à sua actividade.

## Por iniciativa do PCP Uma lei-quadro de apoio ao Associativismo

À hora do fecho da nossa edição estava agendado na Assembleia da República um importante debate sobre o Projecto de Lei n.º 18/VI do PCP designado «Lei-Quadro de Apoio ao Associativismo» que, a ser aprovado, não apenas cumpriria o preceito constitucional do apoio estatal ao Associativismo, como daria o necessário enquadramento legal a esta significativa área de intervenção das populações. Passamos a transcrever o preâmbulo deste Projecto de Lei do PCP (que tem 22 Artigos, organizados em cinco Capítulos), onde se explicam os objectivos desta iniciativa legislativa dos comunistas.

Os muitos milhares de associações populares existentes no nosso país constituem uma realidade da maior importância na dinamização cultural, artística, recreativa, desportiva e associativa das comunidades locais. Enfrentando dificuldades da mais diversa ordem — escassez de receitas e financiamentos, carência de instalações, dificuldades técnicas e materiais, dificuldades de disponibilidade dos seus dirigentes (em regra benévols) — essas associações desenvolvem ainda assim um serviço inestimável às populações e ao progresso cultural, a nível local e nacional.

É gritante a falta de apoio do Estado às associações populares. Não existe um quadro legal que preveja e defina, para além de legislação específica de certo tipo de associações. Ultrapassar esta enorme lacuna e definir um legal de apoio ao associativismo que permita associar os esforços da Administração Central aos das autarquias, associações e comunidades locais na dinamização da cultura e recreio é o grande objectivo do presente Projecto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Por este efeito, propõe-se a criação ao nível da Administração Central de um Instituto dotado de autonomia administrativa e financeira, com a participação de representantes das associações na respectiva Direcção, e funcionando apoiado em delegações regionais. O Instituto terá como atribuições fundamentais o incentivo e o apoio ao associativismo.

Salvaguarda-se porém a existência da Direcção-Geral de Acção Cultural, à qual competirá a execução e concretização dos apoios estabelecidos e que deve ser dotada dos meios que de há vários anos lhe têm sido sistematicamente negados.

No presente Projecto de Lei propõe-se a atribuição às Assembleias Municipais da competência para declarar a utilidade pública municipal das associações que desenvolvam actividades culturais ou recreativas de reconhecido mérito na área dos respectivos municípios, o que, sem

prejuízo da manutenção em vigor do regime geral da utilidade pública, implica para as associações consideradas o gozo de direitos, isenções e regalias nela previstos.

Propõe-se a criação de um quadro geral de apoios à actividade associativa, através de diversas modalidades, utilizáveis por forma cumulativa ou individualista. Abre-se a possibilidade de, através de protocolos gerais ou dirigidos a determinados apoios previstos na lei, o Instituto do Associativismo assegurar às associações apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo, apoio à aquisição, construção, reparação ou manutenção de instalações, apoio financeiro directo a actividades culturais, bem como outras comparticipações financeiras em despesas de funcionamento.

Incumbe-se o Instituto do Associativismo de promover a realização de cursos e outras acções de formação destinadas a dirigentes e colaboradores associativos.

Estabelece-se o reembolso dos montantes dispndidos com Imposto sobre o Valor Acrescentado em determinadas aquisições — designadamente de bens de interesse cultural — determinadas a actividades próprias e não lucrativas das associações, através de um sistema a regulamentar.

Propõe-se ainda a criação de apoios específicos de natureza laboral, destinados a possibilitar maior disponibilidade dos dirigentes associativos benévols para as respectivas funções.

O presente Projecto de Lei vem na sequência de uma iniciativa tomada na V Legislatura pelo Grupo Parlamentar do PCP que recebeu amplo apoio das associações populares, cujos interesses e necessidades procurava satisfazer. No quadro dos debates então realizados e do apoio recebido surgiram algumas sugestões que agora são tidas em conta.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentam o seguinte Projecto de Lei.

## Carlos Rabaçal

# Há que encontrar formas de cooperação associativa

Carlos Rabaçal, o membro da Comissão Executiva Nacional do PCP que dirige o trabalho do Partido na área do Associativismo, produziu uma intervenção no Encontro onde chamou a atenção para o facto de a Constituição da República ser clara nos seus artigos 73 e 79, «a apontar para a colaboração do Estado com as Associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as organizações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais e com as associações e colectividades desportivas, na promoção e na democratização da cultura e do desporto».

Após sublinhar que «determinadas associações, umas com longa existência e outras mais recentes, prestam relevantes serviços à comunidade, suprimindo muitas vezes o papel do próprio Estado», o dirigente comunista perguntou:

«Mas estará o Estado, e designadamente os governos, a acompanhar na sua política concreta e na sua relação com o Associativismo as linhas orientadoras acima referidas? Todos sabemos que não!» E acrescentou: «É com preocupação que vemos que onde deveria haver colaboração há indiferença, subestimação e, por vezes, hostilização por parte dos governos de direita para com o movimento associativo. Ao contrário da necessária colaboração, surgem sucessivas causas de conflitualidade resultantes da acção governamental, seja pelas medidas erradas que toma, seja pelas indispensáveis medidas de apoio ao associativismo que não assume, criando novas e crescentes dificuldades ao desenvolvimento do Associativismo e complicando a sua actividade diária».

## Partir da realidade

Em seguida o orador assumiu as linhas essenciais do documento que serviria de base

às conclusões do Encontro, posto o que afirmou:

«Sobre a vida própria do Movimento Associativo, colocam-se novos problemas relativos à gestão, contabilidade e tratamento dos problemas fiscais, exigindo medidas imediatas de actuação. Parece ser crescente a necessidade de encontrar formas de cooperação e coordenação associativas e acções de intercâmbio a nível nacional e internacional».

Igualmente «parece indispensável a clarificação do papel do Movimento juvenil e assegurar uma ampla participação dos jovens nas associações populares, assegurando o seu rejuvenescimento e contribuindo para a integração social da juventude».

Mais adiante o orador realçou um dos aspectos mais marcantes do associativismo em Portugal — a sua independência — afirmando que «o Movimento Associativo Português tem sabido manter o seu carácter de ampla unidade, de democracia e de independência», e acrescentou:

«O Associativismo tem dado um contributo importante para a integração social e a promoção da cultura, do desporto e de formas de apoio social à população. Tem procurado responder à evolução dos tempos e resistir ao ostracismo e hostilidade por parte dos poderes instituídos e às tentativas de instrumentalização política por parte da direita e dos governos de direita».

E concluiu: «O debate tem de partir da realidade que existe e do Movimento Associativo que existe e da sua extraordinária experiência para a pesquisa das novas formas e caminhos de afirmação e fortalecimento do Movimento Associativo na sociedade portuguesa de hoje e do futuro».



# Não ao aumento das propinas!

O Governo enviou à Assembleia da República e está previsto o debate em plenário na 5ª-feira, 28 de Maio, a Proposta de Lei 26/VI que prevê o substancial aumento das propinas nos estabelecimentos públicos do ensino Superior.

A urgência do agendamento e a oportunidade escolhida pelo Governo não são difíceis de perceber: aproxima-se o final do ano lectivo, os estudantes estão absorvidos com a preparação dos exames e nestas circunstâncias, pensa o Ministério da Educação, será mais fácil quebrar a sua resistência.

Está, porém, o Governo enganado. Este seu passo não irá «fechar» a questão do aumento das propinas no ensino superior público. E pode até afirmar-se que vai abrir uma nova fase de uma luta muito importante.

## Um arrazoado mistificatório

É difícil imaginar um arrazoado mais mistificatório e hipócrita que a longa «exposição de motivos» que antecede o articulado da proposta de lei do Governo.

Afirma o Governo que a «revisão do sistema de propinas» (a forma eufemística de designar o seu aumento substancial) está ligada à «exequibilidade» da «maior eficiência do ensino superior, à melhoria da qualidade do ensino e ao maior apoio social escolar».

Quer isto dizer que a causa dos reais problemas existentes no ensino superior público é o facto do valor das propinas não ser elevado? E se os estudantes começarem a pagar - já em Outubro próximo! - propinas muito mais elevadas, esses problemas passarão, por isso, a estar resolvidos? Quem acredita em tal «pomada da cobra»?

E quando se lê que a «urgência» do aumento das propinas deriva da situação existente ser «profundamente inequitativa», donde resulta «um maior benefício para as famílias de mais altos rendimentos» contrariando assim «a justiça distributiva visada pelo sistema fiscal» (sic!), e que é preciso «corrigir a injustiça» de «os portugueses de menores recursos estarem a contribuir para que os alunos com rendimentos familiares elevados tenham também uma participação do Estado que ronda os 500 contos por ano»; - alguém consegue adivinhar que esta prosa está assinada por Cavaco Silva e Couto dos Santos?

Os mesmos, mais o seu Governo, que ainda não há muitas semanas ofereceram dez milhões de contos ao Sr. António Champalimaud? Que vêm promovendo o regafofe da privatização das empresas públicas? Que têm distribuído centenas de milhões de contos dos fundos comunitários às suas clientelas políticas? Que vêm agravando enormemente a carga fiscal dos contribuintes com baixos e médios rendimentos, ao mesmo tempo que multiplicam toda a espécie de facilidades e isenções fiscais para o grande capital? Que vêm contribuindo para o agravamento da exploração dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas? Que são directamente responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades na sociedade portuguesa?

Quando se pretende confundir propinas com impostos e a «justiça social» serve de pretexto para justificar mais um aumento de preços, pois é disso que se trata, agora o aumento substancial das propinas do ensino superior, não será de devolver os argumentos aos seus autores? E propor que «justiça distributiva» seja feita, e que o fisco comece exactamente pelos detentores de grandes fortunas, pelos grandes grupos económicos (novos ou reconstituídos), pelos latifundiários de outrora que já são novamente, pelos especuladores e corruptos que pululam nos corredores do poder laranja?

E as anedóticas justificações do Governo segundo as quais o valor das propinas foi fixado há mais de 50 anos e que «a ter ocorrido uma actualização, o valor actual das propinas se situaria na ordem da centena de contos»?

Engana-se afinal quem pensa que Cavaco Silva nunca critica o regime do drs. Salazar e Caetano. Pois deveriam ter «actualizado as propinas», evitando assim o embaraço em que está hoje o Primeiro-Ministro!

Ou será que a responsabilidade é do Banco Mundial, por só em 1989 ter elaborado um extenso «programa de reforma do ensino superior em Portugal» (que o Governo, lamentavelmente, mantém confidencial) onde são programadas a elevação substancial das propinas e os empréstimos bancários para os estudantes poderem pagá-las, como panaceia para vencer o atraso do nosso sistema de ensino? O que, bem vistas as coisas, não é uma perspectiva tão pouco interessante para os negócios bancários que prosperam entre nós...

## Um sistema gradual

Tem o leitor presente que entre as promessas do manifesto e do programa eleitoral com que o PSD pediu no ano passado o voto aos portugueses, não há a mínima referência ao aumento das propinas, afinal na prática a «primeira» e a

mais «urgente» medida legislativa do Governo na área da educação? E que o Programa do XII Governo é igualmente omissivo em relação ao assunto, fixando sim como prioridade «o reforço da qualidade do ensino superior, nomeadamente nas suas componentes de recursos humanos e tecnológicos»? São ensinamentos sobre a credibilidade democrática do PSD que importa não esquecer...

Face à resistência dos estudantes e às expressões de descontentamento em sectores muito largos da população, o Governo assume na sua proposta de lei o faseamento do aumento das propinas, que oscilará entre um mínimo (12% dos custos aproximados por aluno no próximo ano lectivo, 20% no ano lectivo seguinte e 25% em 1994/95) e um máximo anual desconhecido, cuja fixação é deixada às autoridades escolares com o objectivo de lhes endossar o «odioso» pelos aumentos brutais que o Ministério da Educação quer decretar.

Tudo isto é muito grave, pois significa que em três anos irá passar a haver propinas no ensino superior público com valores da ordem das três centenas de contos, por ano, o que somado a outros custos elevados que a frequência de um curso acarreta - alimentação, materiais escolares, em muitos casos alojamento - conduzirá na prática, inevitavelmente, a que um número significativo de alunos não possa prosseguir os seus estudos (ou tenha em alternativa que contrair pesados empréstimos), e que deixe de haver condições para muitos jovens frequentarem o ensino superior.

Importa ainda sublinhar, por tudo quanto se conhece das concepções do Governo e também pelos estudos e planos concretos que têm sido elaborados no âmbito do Ministério da Educação, que o objectivo das propinas (base mínima) atingirem 25% dos custos aproximados por aluno corresponde apenas a uma fase de transição para um valor mais elevado, de acordo com o objectivo já declarado de «aproximação das propinas do valor real do ensino».

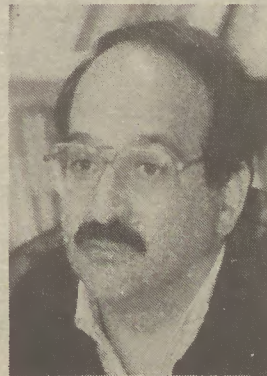
A propagandeada atribuição de isenção e redução de propinas aos alunos cujo rendimento familiar não seja superior a valores a fixar anualmente pelo Governo, na proposta adiantada para o primeiro ano tem já uma esclarecedora aplicação.

Na realidade o Governo apenas propõe isenção de propinas para os alunos cujo agregado familiar disponha, por mês, de um rendimento ilíquido por cônjuge inferior a 78,5 contos, que serão como é óbvio muito poucos. Imensamente longe, pois, da fantasista e sobretudo falsa estimativa do Governo, quando aponta para 40% do total os estudantes nessa situação.

Também a determinação da capacidade financeira de cada agregado familiar através do rendimento declarado em sede de IRS e de um vago conceito referente ao «nível da riqueza bruta» ilustra que, certamente, apenas as famílias que vivem do seu trabalho é que irão corresponder à indicação rigorosa dos respectivos rendimentos e ser as mais atingidas pela proposta do Governo.

## A luta continua

O PCP tem-se manifestado de forma muito crítica contra o aumento substancial das propinas do ensino supe-



**EDGAR CORREIA**  
Membro da Comissão  
Política

rior público e em geral, em relação à política do Governo PSD de mercantilização dos saberes e da formação e de desenvolvimento de um mercado do ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro.

Tal política, a prevalecer, não significaria nenhum avanço no sentido do indispensável aperfeiçoamento e democratização do sistema educativo e do aumento da qualidade do ensino. E é certo que representaria um brutal e histórico retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português e em particular da juventude e um grave passo atrás no sentido de uma elitização ainda maior do ensino superior.

Em causa está o direito de cada indivíduo e de todos poderem desenvolver as suas capacidades e potencialidades e prepararem-se para o exercício de uma profissão em domínios da sua preferência.

Mas em causa está também e de forma decisiva, no quadro de um desenvolvimento económico baseado no conhecimento e de uma crescente internacionalização e interdependência, a efectiva capacidade do nosso país vencer o seu atraso em relação aos países mais desenvolvidos e contrariar condições de cooperação internacional cada vez mais desiguais impostas pelos interesses desses países e das transnacionais.

Os últimos dados comparativos disponíveis, os da OCDE, mostram que na vizinha Espanha, a título de exemplo, o número de alunos do ensino superior há muito que ultrapassou a marca do milhão, mais de 90% dos quais frequentando escolas públicas, o que significa proporcionalmente que é duas vezes e meia superior ao de Portugal. E que apenas na parte ocidental da Alemanha, correspondente à antiga RFA, onde aliás o ensino privado quase não tem expressão, há 15 vezes mais estudantes do ensino superior em relação a Portugal para uma população que não chega a ser seis vezes superior à nossa. E que esses estudantes não pagam propinas mas apenas uma taxa para a acção social que não excede, em termos relativos, as actuais propinas do ensino público em Portugal.

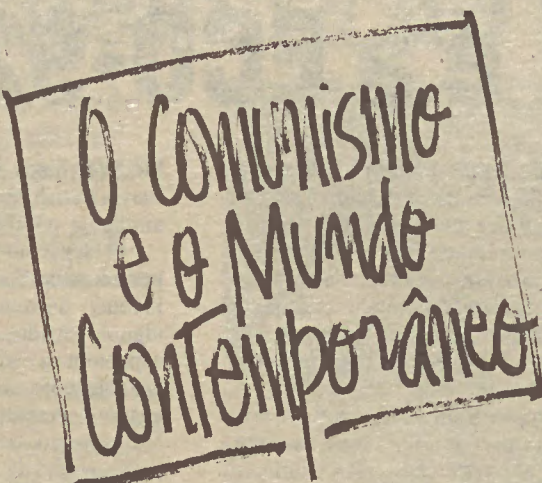
A democratização do ensino continua a ser uma questão fundamental da política educativa no nosso país e de uma forma muito particular do ensino superior. Por isso defendemos, além de medidas de elevação da sua qualidade, a indispensável e urgente expansão do sistema, o aumento significativo do número de alunos que o frequentam e a abolição das restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior público (numerus clausus). Tal não pode deixar de ser apontado numa perspectiva de aproximação realista às taxas actuais de frequência do ensino superior nos países da CEE, que são muito superiores às nossas, e que tenha também em conta que nesses países está programada a continuação do crescimento dessa frequência na presente década.

Tudo isto dá a dimensão e a importância da luta travada para que sejam respeitados e cumpridos objectivos e valores da política de democratização do ensino consagrados na Constituição da República que nos seus artigos 74º e 75º expressamente estabelece que «todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar», que «o ensino deve contribuir para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, que «na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística (e) estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino» e que «o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população».

O aumento substancial das propinas que o Governo PSD quer impor é contrário ao interesse nacional e aos direitos educativos do povo português e viola flagrantemente o espírito e a própria letra da Constituição. Por isso o PCP, sem prejuízo do prosseguimento das várias formas de luta contra o aumento substancial das propinas e em particular do seu constante apoio às lutas empreendidas pelos próprios estudantes, em que é justo destacar o papel da JCP, irá questionar a constitucionalidade do diploma que o Governo quer ver aprovado pela sua maioria submissa na Assembleia da República. A luta continua.

# Perspectivas actuais da situação internacional

Depois de ter abordado «alguns problemas teóricos» e «questões da História», o ciclo de debates promovido pelos Sectores Intelectuais da ORL sobre «O comunismo e o mundo contemporâneo» abarcou os painéis sobre problemas da situação internacional. Publicámos já o relato sobre «A crise mundial contemporânea». Hoje apresentamos questões debatidas nos colóquios sobre «Perspectivas actuais da situação internacional» (21/4) e «Nacionalismos, racismos - de novo os fascismos?» (5/5).



CICLO DE DEBATES

## Uma nova correlação de forças

«O que marca a situação actual são as derrotas do socialismo na URSS e no Leste da Europa. Operaram uma radical mudança na correlação de forças mundial em favor do imperialismo e da reacção».

Abrindo o debate sobre as perspectivas actuais da situação internacional, Albano Nunes sintetizava assim alguns dos traços que considerou fundamentais: «Trata-se, de uma forma geral, de uma ofensiva para alargar o capitalismo em direcção ao Leste, submetter duravelmente o «Terceiro Mundo», estender o domínio das multinacionais a todo o planeta, assegurar novos e mais eficazes mecanismos de regulação supranacional (mundial) de reprodução capitalista. Trata-se, em particular, de traduzir num novo ordenamento político e jurídico internacional a nova correlação de forças e, mesmo, assegurar a sua evolução num sentido mais favorável e indiscutível.» «É um processo que está em desenvolvimento, que não encontrou ainda um novo ponto de equilíbrio, e que o imperialismo, a braços com as suas próprias contradições e com a luta dos trabalhadores e dos povos, não pode dar por adquirido.»

## A «nova ordem internacional»

«Existe um sistema cada vez mais integrado de instituições internacionais, adaptado ou em fase de adaptação às novas condições internacionais e aos objectivos e métodos da «nova ordem» internacional proclamada por Bush sobre os escombros do «muro de Berlim». E José Goulão enumerou funções e instrumentos dessa «nova ordem» em relação ao «Terceiro Mundo».

Funções: «domesticar países que nela não encaixam»; «reforço do domínio económico e, naturalmente, político e militar»; «manutenção e reforço do desequilíbrio Norte-Sul e da exploração dos seus recursos naturais e humanos»;

Instrumentos: «o principal é o Conselho de Segurança (é hoje o que funciona na ONU. Assembleia Geral, o Secretário-Geral e as outras instituições têm hoje um papel apagadíssimo)»; «outro elemento é o «Grupo dos 7», onde se manifestam contradições interimperialistas mas que aparece cada vez mais com maior poder e do qual o Conselho de Segurança acaba por ser instrumento»; «depois, além da NATO e da Conferência de Segurança Europeia, temos o GAAT que, parecendo uma estrutura onde se manifestam as contradições das potências imperialistas é, de facto, um instrumento do poder económico das multinacionais, de rapina dos países em desenvolvimento»; «e temos ainda o FMI e o Banco Mundial, como braço económico de pressão e chantagem do Grupo dos 7 para a «boa ordem económica»: privatizar, liberalizar, despedir, cumprir estas normas para que haja empréstimos». Estas sete instituições - sublinhou Goulão - constituem um sistema integrado de controlo da «nova ordem internacional».

## Europa e segurança

«Os acontecimentos posteriores à desagregação da URSS e ao fim do socialismo no Leste não fizeram uma Europa mais segura, contrariamente ao que Bush e os governos do Ocidente dizem» - observou Miguel Urbano Rodrigues, intervindo nos debates. «Toda a arquitectura de segurança europeia é um castelo de cartas». «A Nato é a estrutura real, dominante. Por outro lado, os americanos acabam de criar uma nova estrutura de que ainda se fala pouco, o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, para poder estender a sua acção à Europa do Leste e às Repúblicas da CEI, que já conta com cerca de duas dúzias de membros, desde a Lituânia ao Azerbaijão, mas que tem

suscitado muita desconfiança por parte de alguns aliados europeus».

Os conflitos a Leste e a sua ligação com as rivalidades interimperialistas foram também tema nestes debates do Centro Vitória. «A Europa não está tão forte como se pensa. A Alemanha precisa de alargar o seu mercado. Hoje já domina o Báltico, chega ao Adriático - foi a Alemanha que impôs o reconhecimento da Croácia e da Eslovénia, enquanto dava armas a todos para desintegrar a Jugoslávia» (Domingos Lopes). «Depois de 45 anos

sem tiros na Europa, assistimos ao alastramento de uma nova desordem internacional, policiada pelos EUA» (Miguel Urbano Rodrigues). «Os EUA querem desmantelar a Rússia e, aparentemente, nesse processo contam com a ajuda dos próprios dirigentes russos, ucranianos e outros que, também nisso, se submetem ao imperialismo» (Silas Cerqueira). Eduardo Chitas chamou a atenção para outra questão: «Há uma zona de relativa indeterminação que me limito a invocar, a circunstância da Europa ser um dos centros da actual crise mundial, com toda a gravidade que isto representa». Goulão observa: «Não há uma estagnação na correlação de forças, as contradições ainda estão secundarizadas pelo poder dos EUA (sobretudo militar) e pela forma como a Administração de Bush tomou em mãos o desenvolvimento da derrocada do mundo socialista. Desapareceu a grande contradição, mas outras estão a vir ao de cima. Há uma consciência latente de que estes perigos existem, só que eles ainda não se afirmaram».

## Paz e guerra

«Não estamos a assistir aos dividendos da paz» - aponta Silas Cerqueira. «Estamos a assistir a uma nova fase da corrida aos armamentos. O que é curioso é que só há um corredor.» E Albano Nunes recorda: «No XIII Congresso sublinhávamos que a paz estava directamente relacionada com o equilíbrio militar estratégico criado na sequência da 2ª guerra mundial. Desaparecido esse equilíbrio, cria-se uma situação completamente nova, as próprias contradições do capitalismo podem afirmar-se em situações extremamente perigosas». Miguel Urbano Rodrigues recorda um artigo de Kissinger («Los Angeles Times», 30 de Março) em que se afirma que «os Estados Unidos, pela força se necessário, devem impedir que a Rússia volte a ter fronteiras com a Europa», bem como um relatório publicado em Março nos EUA que diz: «Não podemos consentir que o Japão e a Europa se possam comparar militarmente aos EUA, a nossa própria crise económica obriga-nos a ter uma cautela especial». «As motivações que conduziram à primeira e segunda guerras mundiais (luta por mercados e esferas de influência) vêm de novo ao de cima» (Albano Nunes). «Torna-se evidente - observou ainda - o carácter erróneo (e oportunista) das teorizações sobre «o predomínio dos interesses humanos sobre os interesses de classe» e sobre a «época de democracia e harmonia universais», de que a URSS (o «império do mal» segundo Reagan) seria o obstáculo». «Não exultamos com os perigos e desgraças, mas temos de ir ao fundo das questões, não podemos enganar-nos a nós próprios, nem à opinião pública e aos povos. E não podemos ignorar que o que houve de socialismo, apesar de gravíssimos desvios e até crimes, era vital para o futuro da humanidade e foi um enorme fracasso não conseguir reformar esse socialismo existente» (Silas Cerqueira).

## Nacionalismos, racismos, fascismo

Este foi outro tema tratado nos debates sobre o mundo contemporâneo.

«Interessa saber - perguntou Eduarda - por que se fala agora tanto em fascismo. Não há muito dizia-se que não havia perigo, os governantes do mundo já não precisavam do fascismo, as democracias como estão chegam para dominar os trabalhadores. Então, que se passa agora?»

Domingos Lopes avançou alguns pontos para a resposta. «Existe uma crise, é uma crise do capitalismo, que os seus propagandistas pretendem esconder, mas é patente a sua incapacidade de responder às aspirações dos cida-

ãos, das populações. Estes fenómenos são acompanhados, no plano político, por medidas de restrição das liberdades e direitos. Procuram-se saídas que possibilitem, através, por exemplo, do racismo ou da xenofobia, soluções autoritaristas, parafascistas ou fascizantes».

«Continuam válidas as formulações apresentadas a partir da III Internacional para caracterizar o fenómeno fascista, que se desenvolve de facto num quadro de crise geral do capitalismo. Talvez esse perigo seja maior em países como a Croácia do que propriamente nos países desenvolvidos, por enquanto. Nas repúblicas da ex-URSS o processo de centralização e acumulação do capital para reinstalar, contranatura, o capitalismo pode desembocar em soluções autoritárias, fascizantes, que aliás se estão a desenhar» (Araldo Pereira).

«Mas como se explica - pergunta outro participante - que o racismo e as posições fascistas ganhem terreno no próprio movimento operário francês e europeu?» «O problema, posto assim, está colocado às avessas» - responde Sérgio Lopes. Se não existisse um movimento operário francês forte, onde é que iria o racismo?! O racismo desenvolve-se, entre outras causas, por uma crise do movimento operário».

Quanto ao nacionalismo, Araldo Pereira levanta uma questão: «Como devem ser avaliadas as experiências históricas ensaiadas para resolver o problema dos antagonismos nacionais inspiradas nas concepções marxistas? O que é que falhou?» Bulhão Pato aborda a mesma questão: «Como se conseguiu a unidade que permitiu a esses povos derrotar os nazis e agora ressurgem tantas quezílias? É porque há razões económicas, sociais e outras que ditam isso, mas o ideal de emancipação social e económica une os povos e as etnias».

«A falta de alternativas claras, organizadas, revolucionárias, leva a manifestações de extremismo. Isto reflecte a situação de crise em que o mundo se encontra neste momento» - observou José Goulão. E Araldo Pereira deixou ainda uma nota sobre os motins nos EUA. «Se a sociedade americana antecipa de alguma forma o capitalismo desenvolvido, então os problemas que a sociedade americana enfrenta, as graves desigualdades, as cidades decadentes e inóspitas, são justamente o exemplo de que esse modelo falhou».

## Colher a dialéctica da História

«O mundo não está mais seguro, nem mais democrático, nem mais justo» - anotava Albano Nunes na sua intervenção de abertura. «Mas ao alertar para isso temos de apresentar alternativas e de mobilizar para a luta, confiando nas massas mesmo quando estão divididas, quando votam à direita, quando aderem momentaneamente a valores consumistas e individualistas».

Moraes e Castro levantou o problema da defesa dos «valores humanos, da solidariedade, da paz, do amor. Nós também temos o belo e o bem para dar e transmitir». António Casanova já falara da «necessidade de as forças revolucionárias serem alternativa ao capitalismo e à social-democracia, assumindo a nossa diferença». E Albano Nunes voltou a esta questão: «Nesta situação, o perigo principal seria as forças progressistas autodissolverem-se, abdicarem dos seus próprios objectivos».

Em suma, e como dizia Araldo Pereira sublinhando «o carácter muito contraditório deste fim de século»: «Essas contradições exprimem a dialéctica da História, aquilo a que esquematicamente podíamos chamar a oposição entre o velho e o novo, entre a reacção e o progresso. Neste tempo de incertezas, interrogações e dúvidas, a identificação destas contradições e seus desenvolvimentos actuais são incompatíveis com a tese resignada do fim da História e continuam a justificar um optimismo estratégico na capacidade dos homens em transformar o mundo e a sociedade, na transformação revolucionária da realidade».

## «As causas das causas» - rectificação

De Silas Cerqueira recebemos uma carta rectificando uma formulação que lhe foi atribuída no relato do debate sobre «A crise mundial contemporânea» («Avante!» de 30 de Abril). Dizia-se no relato: «S. Cerqueira levantou de novo a questão da «causa das causas» (da crise do socialismo). Escreve Silas Cerqueira: «Nunca até hoje empreguei a formulação «causa das causas» mas sim - conscientemente, deliberadamente - «causas das causas»! Do meu ponto de vista é uma nuance capital: «causa das causas» presta-se a uma abordagem metafísica da questão, «causas das causas» visa uma abordagem dialéctica».

Aqui fica a rectificação, com o nosso agradecimento, pois ela é também um esclarecimento e mais uma contribuição para o debate.

# O Militante

Maio - Junho 1992 • Nº 198 • Preço 170\$00

## Mesa-redonda

DECQ MOTA • LEONEL NUNES  
ARMINDO MIRANDA  
PAULO VALADÃO



## Eleições Legislativas Regionais



## O Partido e a Juventude

Entrevista com FRANCISCO LOPES

### EM FOCO

# O ambiente em Portugal e a ECO-92

Ilida Figueiredo

Os problemas do Ambiente assumiram tal dimensão que há uns anos o Governo decidiu criar um Ministério para tentar fazer crer à opinião pública que estava atento e ia dar resposta às questões, aplicar a Lei de Bases do Ambiente aprovada na AR já lá vão cinco anos, combater a poluição, defender a floresta e os rios, ordenar o litoral e as zonas de paisagem protegida. O Primeiro-Ministro até chegou a vir à televisão, numa comunicação solene ao país, prometer um Plano Nacional do Ambiente.

Só que os anos passaram, as promessas levou-as o vento, e a poluição industrial dos produtos químicos, das tinturarias, dos curtumes, das agro-pecuárias, das celuloses, destrói cada vez mais as bacias hidrográficas do Ave, do Leça, do Douro, do Vouga, do Alviela, do Tejo, do Guadiana e de tantos outros rios do país.

Nalgumas zonas, como no vale do Ave, os industriais já são obrigados a fazer o tratamento da água à entrada das fábricas, mesmo quando o não fazem à saída. E assim não só os rios vão morrendo, como o abastecimento de água de qualidade às populações ameaça tornar-se um dos maiores problemas dos próximos anos.

O litoral, em especial nas zonas urbanas, está a ser cada vez mais esventrado pela pressão imobiliária do lucro fácil e rápido, porque tarda o ordenamento do território, porque não há planeamento regional, porque nem sequer existem Regiões Administrativas. E agora que o Verão está à porta, o prazer de um dia de praia pode transformar-se no desespero de uma doença apanhada nas águas cada vez mais poluídas do nosso litoral urbano, onde os esgotos correm a céu aberto.

Quanto à floresta e às áreas de paisagem protegida estamos a chegar ao tempo em que os incêndios florestais, aliados à incúria, à falta de medidas de prevenção, à escassez de meios, consomem o que ainda resta da nossa riqueza florestal.

É em todo este contexto que assume particular importância o debate em torno dos problemas ambientais, o incentivo à participação das populações na defesa do nosso património natural, o apoio às associações de defesa do ambiente, a educação ambiental nas escolas e à população em geral. Só que são temas a que o ministro do Ambiente se tem mostrado muito arredio, apesar de estarmos nas vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento que se vai realizar no Rio de Janeiro, ainda durante a presidência portuguesa da CEE, e que reunirá ao mais alto nível representantes de 170 países.

A poucos dias da ECO-92 crescem as críticas à inoperância da presidência portuguesa da CEE e à falta de vontade dos países ricos em encarar de uma forma responsável a sua contribuição para que se promova, e se pratique, o conceito de desenvolvimento sustentável defendido no Relatório Brundtland, «O nosso futuro comum», elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, instituída pela ONU, em 1983, dando assim continuidade à célebre Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972.

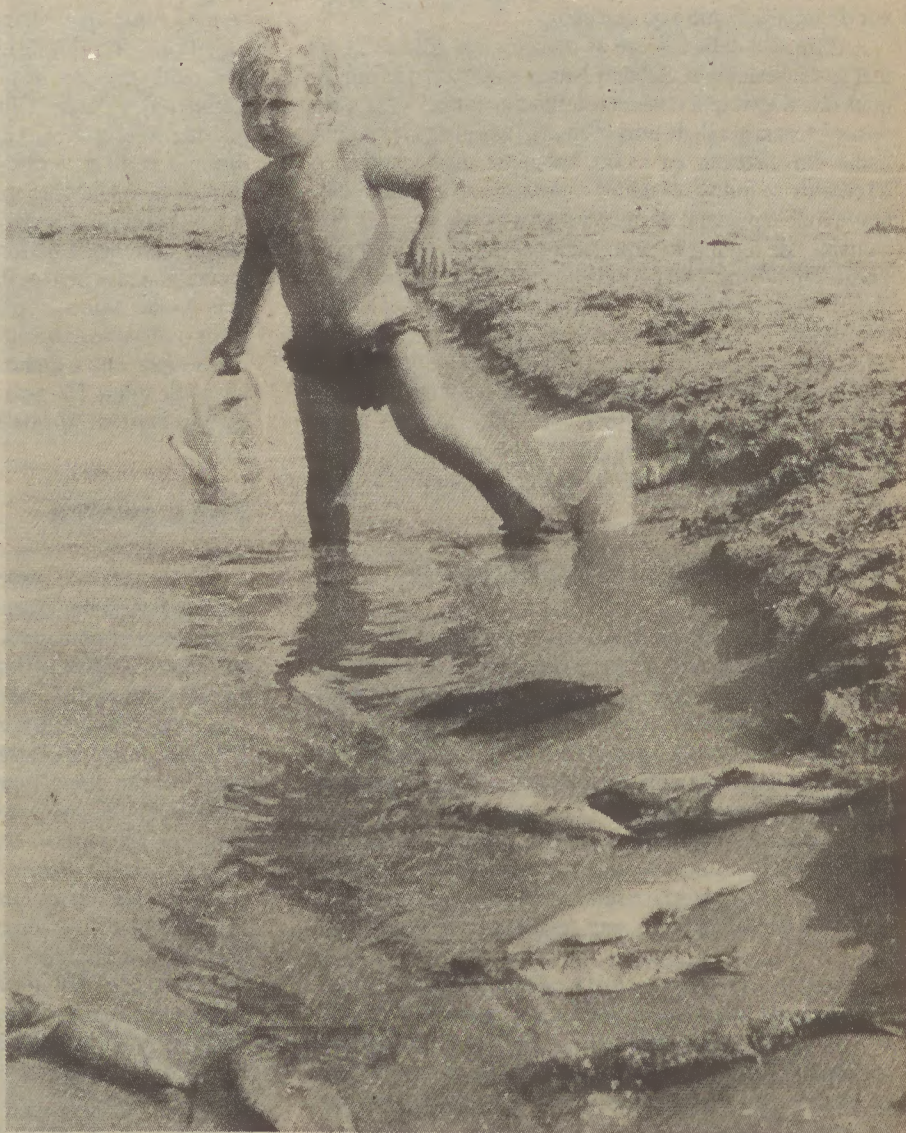
O mínimo que se pode dizer é que não foi criado um ambiente favorável a decisões positivas para o país e para o mundo, o que pode aumentar os riscos que se transferem para as gerações futuras, quanto ao aquecimento global do planeta, aos buracos da camada de ozono, à delapidação das riquezas naturais dos países mais pobres pelos mais ricos, à manutenção da pobreza endémica, das secas, da fome e da miséria de mais de um terço da humanidade, porque a sua pobreza está profundamente ligada à poluição ambiental.

Durante meses, o Governo português manteve-se calado sobre o grau de preparação da ECO-92 e não foi capaz, ou não quis, desenvolver um amplo debate público em torno dos grandes temas que vão estar em debate na Conferência do Rio, designadamente: as alterações climáticas e a

biodiversidade, a Carta da Terra, os mecanismos financeiros e a transferência de tecnologia, o fundo mundial para o ambiente, a transição para o século XXI — a Agenda 21.

O escasso debate público realizado no nosso país fez-se por iniciativa de associações (de ambiente, de mulheres, de jovens), de municípios, de organizações sindicais e de alguns partidos, com destaque para o PCP. Daí que não espantem as críticas expressas na declaração conjunta de organizações não governamentais, por quem nem sequer ao grupo de trabalho criado pelo governo, em Setembro do ano passado, com o objectivo de «promover uma ampla participação da sociedade civil», foram dadas condições mínimas de trabalho.

Também já ninguém se espanta que a própria Comissão Europeia, no Parlamento Europeu, tenha criticado abertamente a actuação da presidência portuguesa, o mesmo acontecendo com os deputados europeus ligados às questões ambientais, quando há dias, em Estrasburgo, se reali-



zou um debate sobre a Conferência do Rio a que o ministro do Ambiente de Portugal não se dignou comparecer.

Entretanto, uma semana mais tarde, também em Estrasburgo, na Conferência Interparlamentar Leste-Oeste, promovida pela organização ambientalista Globe, o Secretário-Geral da ECO 92 lançou o Pacto da Terra, um documento que se dirige a todos os cidadãos do mundo para que colaborem na defesa do ambiente e assegurem a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade. Só que a Cimeira da Terra não se devia ficar por meras declarações de intenções, ou por compromissos mais ou menos vagos dos países industrializados, quer quanto a meios de financiamento e programas de protecção do ambiente e apoio ao desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, quer em relação a problemas concretos de energia, alterações climáticas e resíduos tóxicos.

Nesta fase final da preparação da Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento importa ainda destacar o papel da opinião pública e da comunicação social, bem como a pressão das organizações não governamentais que irão realizar uma Conferência alternativa, o mesmo acontecendo com os povos tribais que se reúnem neste final de mês, no Rio de Janeiro. É assim que a Eco-92 assume um importante significado, apesar do pouco interesse dos governantes dos países mais industrializados, e da inoperância da presidência portuguesa. Mas só a persistência e luta dos povos a nível mundial conseguirão que, num futuro mais ou menos próximo, os governantes ajam de forma concertada na protecção do ambiente e ponham em prática o desenvolvimento sustentado e defendido pela ONU.

## IV Congresso do MDM

# Das exigências da vida à exigência de participação

**A vida exige. Nós reclamamos: Igualdade de Direitos! Participação das Mulheres! É o lema do próximo congresso do MDM que mostra a necessidade da luta reivindicativa feminina, hoje e amanhã, para uma valorização da democracia e da sociedade.**

O IV Congresso do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) que se realiza no próximo fim-de-semana em Lisboa tem para cumprir cinco objectivos fundamentais, o primeiro dos quais é a afirmação daquele movimento quer no que diz respeito à sua implantação nacional e distrital quer no que diz respeito às temáticas abordadas pelo movimento feminino, a pretender a sua diversificação dada a necessidade manifestada há alguns anos a esta parte em abranger áreas tão diferentes como o associativismo, o desporto, a sexualidade, a saúde, o mundo do trabalho, o ensino, etc.

A explicação foi dada em entrevista ao «Avante!» por Paula Coelho e Odete Brás, membros do secretariado nacional do MDM, que enumerariam ainda os outros quatro objectivos.

A «justificação da actualidade e necessidade de intervenção do movimento feminino» e o realce do MDM enquanto organização interlocutora das várias organizações femininas será o segundo objectivo deste Congresso que decorrerá nas instalações do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa).

O terceiro diz respeito ao necessário balanço da actividade do movimento desde o último Congresso, realizado há quatro anos, «dando conta da diversidade do nosso trabalho, da nossa intervenção, e fazendo um balanço às mudanças verificadas na nossa sociedade nesse período», explicitaria Paula Coelho.

Um quarto objectivo a atingir por esta iniciativa será a manifestação de solidariedade com outras mulheres de outros povos, o realce à luta pela paz, pela defesa do meio ambiente e qualidade de vida.

Finalmente, as organizadoras deste Congresso pretendem ainda conseguir o reforço do trabalho do movimento e a melhoria da sua organização.

Segundo Odete Brás, na fase de preparação deste Congresso o MDM teve como prioridade «a organização do trabalho nos distritos, com vista à descentralização da discussão e para um maior conhecimento das realidades locais». O balanço que já se pode fazer dessa fase de preparação deste Congresso é, para as nossas interlocutoras, considerado muito positivo, até pelo elevado número de iniciativas levadas a cabo, em todo o país, com o momento mais elevado a situar-se no mês de Março, a propósito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.



a constatação do interesse das rádios locais em efectuar a cobertura das actividades desenvolvidas pelo Movimento Democrático de Mulheres.

As relações da comunicação social com a Mulher nos nossos dias serão de resto um dos assuntos abordados neste Congresso, estando mesmo prevista a apresentação de uma Moção sobre o assunto para a votação das participantes no Congresso e um dos temas do Forum de Debate, que decorrerá na tarde de sábado aberto à participação de todas as mulheres que o desejem, será o «Impacte dos *media* na formação de valores, comportamentos e atitudes».

Outras das moções a apresentar dirá respeito ao meio ambiente e será enviada à ECO 92, que para a semana começa no Rio de Janeiro, bem como a uma conferência alternativa que a Confederação das Mulheres Brasileiras está a organizar em protesto pela forma como a preparação da Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento tem decorrido - com os interesses dos países industrializados a sobreporem-se aos interesses da defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

## Maria Lamas

«Um dos pontos altos do nosso Congresso será a possibilidade de fazermos o anúncio de que ainda este ano vamos poder inaugurar em Torres Novas o monumento a Maria Lamas», disse-nos Odete Brás, a propósito deste projecto antigo do MDM que, pela unanimidade existente em torno da figura da antiga presidente do MDM, granjeou apoios nos mais diversos sectores da opinião pública.

Ainda em relação ao trabalho de preparação deste Congresso do MDM, Paula Coelho fez questão em realçar a descentralização das várias iniciativas levadas a efeito, dando destaque à realização de uma série de mesas-redondas realizada em diferentes locais do país: o estatuto de parceiro social, a comunicação social, os problemas e as lutas das mulheres corticeiras, a toxicoddependência (três debates), a violência sobre as mulheres (dois debates), foram algumas dessas mesas-redondas que registaram elevados índices de participação e «ajudaram a envolver novas pessoas no movimento, em especial muitas jovens».

Um exemplo que corrobora a afirmação de Paula Coelho é a recente formação de um importante núcleo do MDM em Évora quase inteiramente constituído por jovens. «É fundamental para nós essa participação que agora nos chega e que nos traz outra visão dos problemas, outras sensibilidades, outras perspectivas de trabalho».

## Um passado aqui tão presente

Algo que certamente terá a ver com a actualidade e as formas de intervenção do movimento feminino.

Apesar dos novos problemas que surgem às mulheres dos nossos dias, por vezes impensáveis há meia dúzia de anos atrás, a preparação deste Congresso fez com que se verificasse uma curiosa constatação: é que muitas das preocupações, reivindicações ou lutas das mulheres portuguesas dos nossos dias, (casos da sexualidade feminina, a defesa

do Poder Local, o direito à saúde, etc.) podem ser encontradas, «naturalmente com outra abordagem» realça Paula Coelho, nas reivindicações do movimento feminista de 1924.

Esses paralelos e também as diferenças que existem poderão ser vistas numa exposição sobre as Teses do Congresso feminista de 1924 que estará patente ao público durante os dois dias do Congresso do MDM, paralelamente a uma outra sobre a actividade do Movimento Democrático de Mulheres.

De realçar a participação neste Congresso, com espaço destinado a intervenções, de várias organizações femininas internacionais e de outros países, com as confirmações já efectuadas das presenças da FIDM - Federação Democrática Internacional da Mulher, da União das Mulheres Francesas, da Fretilin (Timor-Leste), e da Confederação das Mulheres Brasileiras. Aguardam-se ainda as confirmações de Cuba e Espanha.

## Silenciamento

Queixas há em relação ao papel desempenhado pela comunicação social ao longo deste tempo. Ainda Odete Brás diria que desde o último Congresso, em quatro anos, «nem uma única iniciativa do MDM apareceu na televisão», apesar de algumas delas serem de evidente interesse nacional.

Esse silenciamento não é efectuado somente pela RTP, já que toda a comunicação social de âmbito nacional, segundo refere Paula Coelho, «trata as questões da Mulher de forma esporádica e muitas vezes com uma abordagem profundamente discutível».

Em contrapartida, o mesmo já não se passa com a comunicação social regional e local, em especial no que diz respeito à rádio, já que da experiência das inúmeras iniciativas realizadas pelo MDM no âmbito da preparação deste Congresso resultou

## Um convite a todas as mulheres

Todas as mulheres estão convidadas a participar neste Congresso do MDM.

Um espaço aberto de debate e reflexão, de mulheres, de organizações femininas e mistas, reunidas pela motivação de promover a igualdade de direitos e participação das mulheres é como se define o IV Congresso do MDM que se realiza a 30 e 31 de Maio no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa), na Aula Magna em Lisboa.

No sentido de existir um amplo espaço de debate aberto à participação de todos, a organização deste Congresso do Movimento Democrático de Mulheres harmonizará o debate em Plenário com um outro espaço genericamente designado de Forum constituído

por duas vertentes (uma de debate e outra cultural).

O Forum de debate funcionará no dia 30 de Maio (sábado) durante a tarde e as suas conclusões serão apresentadas como recomendações ao Congresso. Em análise estarão quatro temas: «Feminismos - a necessidade de acção das mulheres no mundo de hoje»; «Impacte dos *media* na formação dos valores - comportamentos e atitudes»; «As mulheres e o planeta Terra - alternativas de desenvolvimento»; e «Sinais do quotidiano das mulheres». Haverá ainda um Forum da Solidariedade Internacional onde, naturalmente, Timor-Leste será um dos alvos dessa solidariedade.

O Forum cultural funcionará durante todo o fim-de-semana em

que decorre o Congresso do MDM e constará de uma exposição sobre a actividade desta organização e um destaque para as teses do congresso feminista de 1924. Haverá ainda uma banca de vendas e diversos apontamentos culturais, que antecederão todas as sessões do Congresso, com a participação, entre outros, de Fernanda Lapa, Francisco Naia, Maria Guinot, a poesia de Carlos Paniágua e o grupo jogral da Escola Secundária José Afonso (Loures) que apresentará «Poemas de Amor» enquanto o coro da mesma escola cantará «Timor», canção de Carlos Mendes e José Fanha.

«Quanto mais não seja para beber um copo, dê-lá uma saltada este fim-de-semana!» diria Paula Coelho em jeito de convite.

## Metalomecânica pesada sob nova ofensiva

# ABB manda apertar direitos dos trabalhadores

Depois de, utilizando dinheiros públicos, os gestores nomeados pelo IPE terem despedido milhares de trabalhadores, o capital privado lança agora uma nova ofensiva para controlar o sector, a qual passa pelas tentativas de intimidação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas

A situação da metalomecânica pesada foi analisada na semana passada, em conferência de imprensa dada na sede da CGTP-IN pela Federação dos Metalúrgicos e as ORTs das empresas do sector. Na ocasião, os representantes dos trabalhadores denunciaram a «acção capitulacionista do Governo Cavaco Silva perante o grande capital nacional e transnacional», a qual «tem conduzido à alienação do património do Estado, destruindo milhares de postos de trabalho e sacrificando assim a estrutura industrial, a participação do Estado no capital social das empresas, a mão-de-obra qualificada e até a própria tecnologia nacional».

Não tem sido objectivo dos governos e dos gestores por eles nomeados proceder a uma «reestruturação séria e eficaz» do sector, que os trabalhadores têm defendido com afinco ao longo dos últimos anos e que passaria por uma efectiva coordenação das actividades das empresas «no interesse do País e no respeito pelos direitos sociais e sindicais». O que se passou, denunciaram os participantes na conferência de imprensa de dia 19, foi que «os gestores nomeados pelo IPE, à sombra de uma hipotética reestruturação, utilizaram os dinheiros públicos para despedir milhares de trabalhadores e, assim, criar as condições para o assalto do capital privado a um património que é de todo o povo português».

Com os despedimentos compulsivos e o encerramento da Mompur, da Equimetal e da SGM - afirmaram os sindicalistas e membros de ORTs - foram destruídos nos últimos anos cerca de 9300 postos de trabalho, de um total de 13600. Enquanto a participação do Estado no capital social das empresas passou de 60 para 21 por cento, o capital privado (organizado na holding Senete) cresceu de 40 para 79 por cento.

A luta dos trabalhadores tem sido um sério obstáculo à concretização desta política. Compreende-se, por isso,

que a nova ofensiva em curso «sob a batuta da multinacional Asea Brown Boveri» - como foi denunciado perante os jornalistas - acrescente «uma feroz repressão sobre os trabalhadores e seus representantes» a medidas como «o espartilhamento e desmantelamento de empresas, com a consequente instabilidade do emprego» e a continuação da substituição de trabalhadores efectivos por trabalhadores com vínculo precário.



Na Mague, além de pretender reduzir a operacionalidade das estruturas de trabalhadores, a administração pretende ainda retirar regalias conquistadas há mais de dez anos - denunciaram ao nosso jornal membros da CUTM e da comissão sindical dos Metalúrgicos

## Mague com mais problemas quer menos tempo para resolvê-los

Apesar de haver muitos problemas por resolver, a administração da Mague quer reduzir os membros a tempo inteiro da comissão de trabalhadores. Mas não se fica por aí...

«O objectivo é dificultar a actividade da comissão de trabalhadores, é dificultar uma resposta eficaz da nossa parte aos problemas que se colocam todos os dias» - afirmaram ao «Avante!» os membros das organizações representativas do pessoal da Mague (CT e comissão sindical dos metalúrgicos), quando solicitámos um comentário breve à pretensão manifestada pela administração da empresa.

«Independentemente de haver menos trabalhadores, há muitos problemas, e até seriam precisos mais elementos a tempo inteiro» - afirmam.

Mas, com esta medida, a administração quer implantar outras não menos graves e que também têm em vista quebrar a resistência dos trabalhadores à política que a Senete/ABB pretende levar a cabo.

Pretendem retirar o complemento da empresa para os subsídios de doença ou de acidente de trabalho (além da percentagem paga pela segurança social, a Mague assegura o salário por inteiro). Querem impedir que trabalhadores em greve possam tomar as refeições na empresa (ameaçam mesmo fechar o refeitório, pagando senhas de refeição aos não grevistas), apesar de a lei apenas admitir tal procedimento no caso de greve superiores a 4 horas. Ameaçam limitar o acesso a adiantamentos e empréstimos para habitação apenas a quem «optar» por receber o salário pelo banco (uma vez que, se for a empresa a ditar o pagamento pelo banco, o trabalhador tem direito a horas legais para se deslocar a fim de receber). Continuando a linha de alienação de património, avançam com a criação de uma nova empresa na Unidade 2 (Setúbal), que terá como consequência o fim desta.

Estas medidas foram frontalmente rejeitadas num plenário realizado a 8 de Abril, uma semana depois de terem sido comunicadas à Comissão Unitária de Trabalhadores da Mague. As organizações representativas ficaram na altura mandatadas para definir «as acções que acharem mais convenientes» para impedir a sua aplicação.

As discriminações contra trabalhadores a quem é retirado trabalho e que, considerados excedentários, são deixados inactivos, é outra forma de pressão (esta com o objectivo de levar à rescisão «voluntária» dos contratos) que os membros das estruturas da Mague denunciaram ao «Avante!». Neste momento, disseram-nos, há 30 pessoas desocupadas; dez já são forçadas a passar as oito horas diárias numa sala inactivas, e é esse o destino que a administração afirma reservar para as restantes. Além da pressão psicológica que esta «desocupação» representa, os trabalhadores considerados excedentários têm sido discriminados na atribuição dos prémios (cujo pagamento é adiado até à aceitação da rescisão... por mútuo acordo).

Mas, como nem com tais processos as rescisões têm o resultado que os patrões da Mague desejariam, já se fala na empresa que poderão enveredar por outros caminhos.

O problema, como afirmam a CUTM e a comissão sindical dos Metalúrgicos, é que «as rescisões não têm em conta quaisquer necessidades do funcionamento da empresa e têm contribuído para uma maior exploração dos trabalhadores e para a degradação da imagem da empresa».

## Suspensões políticas na Sorefame para facilitar mudanças...

A suspensão dos quatro membros do secretariado da comissão de trabalhadores da Sorefame (três deles ameaçados de despedimento) coincide com a intenção de acabar com o sector de energia

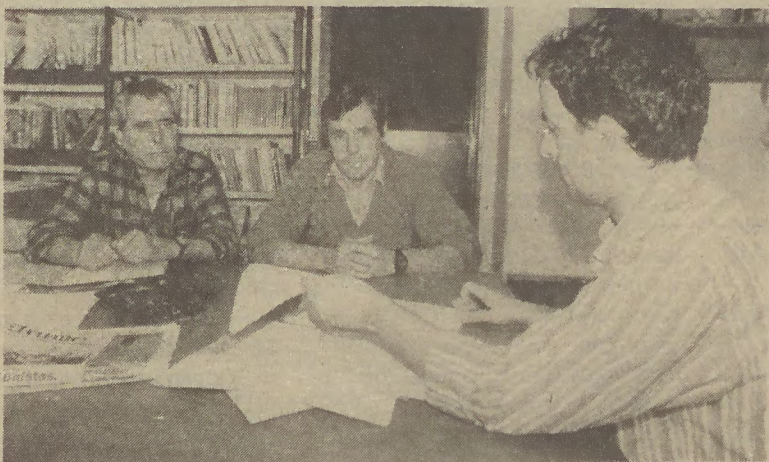
Um plenário realizado no dia 18 de Dezembro do ano passado e que, por decisão dos trabalhadores, se prolongou até ao fim da tarde, serviu de pretexto para que a administração da Sorefame inquirisse quase centena e meia de pessoas e instaurasse processos disciplinares aos quatro membros do secretariado da comissão de trabalhadores. Os processos foram prontamente contestados e aguarda-se o seu desfecho, mas no fim de Abril a administração avisou os «arguidos» de que estavam «preventivamente suspensos» das suas funções, o que implica que só possam entrar na empresa para actividades da CT após comunicação por escrito à direcção de Recursos Humanos!

António Tremoço e Belmiro Silva, dois dos representantes dos trabalhadores que estão ameaçados de despedimento, denunciaram ao «Avante!» a situação criada na Sorefame como pretendendo facilitar mudanças que o pessoal da empresa contesta, posição que já tinha sido adiantada na conferência de imprensa de dia 19. Em concreto, trata-se dos planos de liquidação do sector de energia da Sorefame. As organizações de trabalhadores contestam, por um lado, a orientação desta reestruturação, e, por outro lado, exigem a salvaguarda dos direitos das 700 pessoas que trabalham naquele sector - nomeadamente no caso de transferências que impliquem a passagem para profissões menos qualificadas.

Num curto comentário à situação criada pela administração da Sorefame, aqueles

membros da comissão de trabalhadores reafirmaram que «tudo foi feito dentro da lei», sublinhando que os processos disciplinares são «um problema político».

Embora reconhecendo que «devia haver mais solidariedade do Sima e dos quadros técnicos», António Tremoço e Belmiro Silva valorizam a pronta resposta da generalidade dos trabalhadores a esta tentativa de intimidação, sublinhando a boa adesão às greves de 2 horas diárias realizadas anteontem e na sexta-feira. Caso a administração persista nas suas posições, a Sorefame poderá voltar a parar hoje.



«Trata-se de um problema político» - afirmaram ao «Avante!» Belmiro Silva e António Tremoço, dois dos membros da comissão de trabalhadores da Sorefame a quem foram levantados processos disciplinares e que estão ameaçados de despedimento

# Portalegre

## Que desenvolvimento para o distrito?

Intervindo na recente iniciativa destinada a analisar os impactes da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano, que teve lugar em Portalegre, a camarada Bernardina Sebastião, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, proferiu um discurso, de que publicamos hoje significativos excertos. Esta iniciativa, promovida pela DORPOR do PCP, pretendeu também contribuir para a elaboração de teses a apresentar ao próximo XIV Congresso do Partido.

As principais conclusões deste debate encaminham-se para as seguintes vertentes:

O reconhecimento das potencialidades endógenas do distrito de Portalegre:

- o elemento humano ligado ao distrito, a cuja juventude há que dar oportunidades de formação, emprego, condições de constituir família; aos trabalhadores melhores salários; apoiar a 3ª idade — parte maior da população residente;

- Agricultura, Floresta, Indústria, Turismo, Tradições Culturais, Património Histórico valioso que urge potencializar;

- Património cultural;
- Instituto Politécnico e Instituto de Investigação de cereais e plantas, escolas de Formação Profissional, cujos conhecimentos devem ser virados para o apoio ao desenvolvimento;

- Que o lançamento da OID/NA, após o falhanço do PIDR, mobilizou expectativas positivas dos sectores fundamentais à sua concretização.

A OID/NA poderia ter sido, de facto, um instrumento positivo, aproveitando e interligando os apoios financeiros, nacionais e estrangeiros, que contribuísem, numa primeira fase, para responder aos principais estrangulamentos. Permitindo, numa segunda fase, gerar dinâmica crescente nos caminhos do desenvolvimento verdadeiramente integrado com confiança.

Pretendeu-se, através dos objectivos definidos, melhorar a rede de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, estimular e adaptar a produção agrária às perspectivas da integração europeia, promover o aproveitamento dos recursos turísticos da zona, dinamizar a capacidade empresarial, incentivando acções de novas empresas, e apoiar a reestruturação, o redimensionamento e modernização existentes e criar emprego.

A metodologia utilizada na OID/NA, reflectindo a ausência de um poder regional sufragado, e a tendência tecnocrata e centralizadora do Governo, não teve em conta o necessário envolvimento participativo de modo a obter um amplo consenso e apoio activo das forças interessadas no desenvolvimento que não só permitisse o diagnóstico e planeamento das acções prioritárias, como também o sucesso da realização dos projectos.

Não é dando 4 dias para apresentar uma carteira de projectos que se faz planeamento integrado e objectivo.

Foi um erro que a Comissão de Acompanhamento, com composição alargada às entidades participantes, viesse a ser transformada em unidade de gestão de carácter centralizador e restritivo.

Este processo demonstrou falta de realismo na reprogramação e quem veio a beneficiar foi o próprio Governo, poupando ao OE.

Foi positiva a criação do gabinete com sede e de apoio ao distrito, a sua acção é meritória, devido ao esforço dos seus trabalhadores. Mas precisa de maior poder de decisão e coordenação, não pode persistir o divórcio entre os diversos departamentos do Estado envolvidos.

Ao analisar, sumariamente, os impactes da Operação Integrada do Norte Alentejano em todas as vertentes do desenvolvimento, foram constatados como positivos os avultados recursos financeiros comunitários para a sua concretização. Embora insuficientes tendo em conta as necessidades da região, o que significou para todo o Alentejo 14% do PDR Nacional.

Como negativas, insuficientes verbas à disposição das autarquias, quer através do OE ou linhas de crédito, apesar

*É fundamental concretizar o processo de regionalização. Tanto o PSD como o PS têm responsabilidade no seu sucessivo adiamento.*

■ **Bernardina Sebastião**  
Membro da CEN do Comité Central

É fundamental, na base das expectativas positivas e negativas da Operação Integrada em curso, que nos preparemos para que na elaboração do PDR regional para o Alentejo, a ser elaborado pelo Governo, se considerem os grandes eixos e pólos diversificados de desenvolvimento para o Alentejo e se respeite as aspirações de cada distrito, no sentido de ultrapassar as assimetrias existentes. (...)

É fundamental concretizar o processo de regionalização. Tanto o PSD como o PS têm responsabilidade no seu sucessivo adiamento, apesar das operações de propaganda. Sem a regionalização é difícil vaticinar a eficácia de qualquer PDR. É bom lembrar que a própria Comunidade aponta e reconhece a Regionalização como factor decisivo para a redução das assimetrias e para a racional mobilização dos recursos necessários ao desenvolvimento. (...)

### Participação democrática e empenhada da sociedade

A experiência demonstrou que é indispensável a convergência de vontades na assunção da defesa dos interesses globais da região junto ao Poder central e às Instituições Comunitárias.

A criação de Associações de Municípios do Distrito de Portalegre é um instrumento indispensável de convergência e pressão na defesa dos Municípios e das populações. Apesar de, lamentavelmente, não haver posição inequívoca quer do PSD, quer do PS, na parte que se refere à adesão de todos os Municípios onde detêm influência.

Enquanto não forem instituídas as regiões administrativas, a Assembleia Distrital deveria assumir-se como fórum por excelência de debate e reivindicações das aspirações regionais.

Os Congressos do Alentejo, pela sua qualidade de debate, pelas diferentes perspectivas e pela convergência de opiniões, são um fórum que há que valorizar e apoiar.

Apoiamos a convocação do Congresso extraordinário do Alentejo, para debater a Água como factor do desenvolvimento regional e apelamos a todos, ao seu empenhamento e participação.

As sucessivas tentativas de criação de «lobbies» saldaram-se por um fracasso, devido à tentativa de exclusão de partes, por razões fechadas, de participação, de denominação, entre outras.

Mas a verdade é que os Alentejanos precisam dar voz aos seus interesses.

O Movimento para a Defesa do Desenvolvimento do Alentejo — MODA, saído do III Congresso do Alentejo, pode ser ponto alto dos que quiserem dar voz aos interesses das autarquias, sindicatos, dos agentes económicos, sociais e culturais pelo desenvolvimento das regiões alentejanas.

A realização deste Encontro é a afirmação de que o PCP

é um partido indispensável à luta do povo português. Pelas suas propostas, pela dedicação abnegada dos seus quadros e militantes. A DORPOR do PCP empenhar-se-á na informação às populações sobre as propostas para desenvolver o distrito de Portalegre e satisfação das suas aspirações.

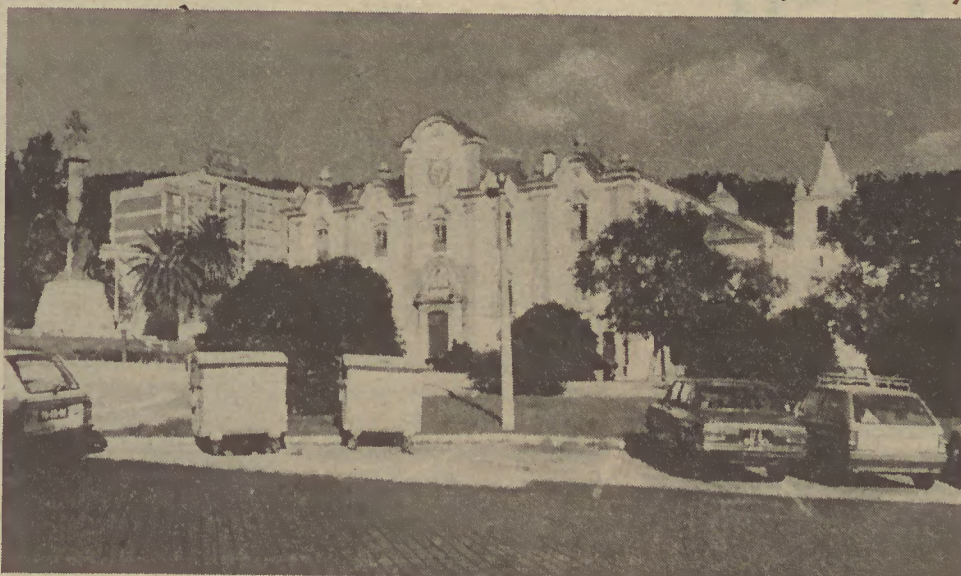
Porque aceitamos que Portalegre poderá ter um futuro melhor.



dos 70% a 75% na comparticipação total das candidaturas; os insuficientes apoios financeiros, linhas de crédito bonificado, incentivos de investigação ao sector produtivo; as verbas ridículas para o ambiente e recursos naturais, saúde e ensino.

A análise dos subprogramas que hoje realizamos leva-nos a afirmar que o défice negativo é maior no conjunto dos objectivos a atingir através das acções programadas e realizadas. O insucesso deve-se à estratégia política do PSD para o distrito, e à incapacidade, ao centralismo, à falta de diálogo do seu Governo.

Ao avaliar o conjunto de obras realizadas, confirmam-se que os impactes positivos para o desenvolvimento foram da responsabilidade das autarquias, cujo mérito seria maior se tivessem tido maior capacidade financeira, através do cumprimento da Lei das Finanças Locais. Outro dinamismo se teria verificado e melhor aproveitamento teria sido realizado como contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida das populações. O insucesso deve-se sobretudo à incapacidade de estimular e adaptar a estrutura e produção agrária às perspectivas da integração europeia, bem assim como da necessidade de dinamizar a capacidade empresarial para que no distrito se criem pólos de desenvolvimento, um tecido produtivo que contribua para a criação de maior riqueza. (...)



# Trabalhar todo o ano na Atalaia



Para salvar este pinheiro, foram gastas 93 toneladas de pedra que o pudessem suportar

## O pinheiro

São noventa e dois metros cúbicos de pedras, empilhadas uma a uma. À mão! É o muro de suporte de um pinheiro que ao mesmo tempo serve para evitar a deslocação de terras num desnível de terreno. Muitas horas de trabalho e algumas centenas de contos gastos. Alguém nos dizia: «Só mesmo malucos como nós para fazer uma obra destas...»

Tratava-se de um problema identificado já há dois anos: um enorme pinheiro localizado junto ao restaurante/esplanada que o ano passado funcionava simultaneamente na Festa do «Avante!» como local de miradouro do rio Tejo, começava a *deitar as raízes por fora* e tornava-se necessário tomar uma medida. A escolhida não terá sido a mais fácil, mas será certamente a mais compensadora tendo em vista a protecção e manutenção das características essenciais do terreno da Atalaia.

Passe a evidente desproporção, quase apetece parafrasear Afonso Domingues, na história a todos contada na escola primária sobre a teimosia genial do arquitecto do mosteiro da Batalha quando deu por provada a segurança da sua original abóbada... na «festa!» alguém teimou que o pinheiro não cairia, e ele não cairá.

É um pequeno exemplo, aqui apresentado para tentar explicar o alcance e a profundidade de um trabalho que paulatinamente tem vindo a ser efectuado na Atalaia pelo colectivo per-

# festa Avante!

## não caiu o pinheiro não cairá!

manente da Festa do «Avante!». Um trabalho que muitas vezes não se vê, ou que aparece escondido aos olhos do visitante da «festa!».

Será o caso dos cerca de três mil metros de rede primária de água e esgotos que estão enterrados na terra, para não falar da rede primária de electricidade que este ano passará a ter três postos de transformação. Para além das obras de ampliação que todos os anos se fazem, há também as obras de reparação e manutenção que é sempre necessário efectuar.

Para além do trabalho e do talento ali aplicados, há evidentemente um investimento financeiro significativo e permanente que representa igualmente um esforço importante do Partido Comunista Português no sentido de dotar o terreno da Atalaia com equipamentos e infra-estruturas de qualidade que sirvam da melhor maneira possível os visitantes da Festa do «Avante!» e das diversas iniciativas que ali se vão realizando ao longo do ano.

É a força do empenhamento, é a força do trabalho.

# Compre hoje a sua

# EP

vida da Festa do «Avante!». A única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

A «festa!» há muito que está a ser construída. Todos os meios que são indispensáveis para a tornar possível têm de ser mobilizados desde já. Por isso é tão necessário que todos concretizemos esse gesto de solidariedade para com a «festa!» que é a compra antecipada da EP. Não basta ir em Setembro à Atalaia e adquirir a EP como se de um simples bilhete de ingresso se tratasse. É preciso comprá-la desde já.

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país e nas mãos de dezenas de milhares de activistas.

Estamos no princípio de um mês. Uma boa altura para comprar hoje a sua EP!



EP - entrada permanente - é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «festa!» durante os três dias da sua realização. Mas é também um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode assim ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses, mesmo por aqueles que não têm possibilidades de se deslocar em Setembro à Atalaia.

O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de



A instalação, recuperação e manutenção da rede eléctrica primária é um dos trabalhos mais profundos na Atalaia, e é um daqueles que o olhar do visitante normalmente não repara.



# O discurso dos métodos

■ Jorge André

Num congresso recentemente efectuado em Fátima ouviram-se afirmações que, decididamente, mostraram succumbir à vertigem do sucesso.

Segundo alguns observadores, houve declarações que, inclusivamente, ultrapassaram tudo quanto o Vaticano tem confessado acerca da participação da igreja nos acontecimentos políticos do Leste europeu. Precipitação aparente que nem chega a espantar. É que a diplomacia do Vaticano joga frequentemente com dois importantes trunfos: tão depressa proclama que a igreja não se imiscui nos negócios dos estados soberanos como, contraditoriamente, chama a si os louros da vitória.

Esta igreja triunfante que João Paulo II a todo o custo pretende lançar tem, entretanto, fragilidades estruturais evidentes. Embora vença alguns combates (perdendo outros, também) o Vaticano vê-se cada vez mais distanciado das grandes utopias propostas pela igreja, como nos casos da «nova ordem internacional» e do «governo de uma só nação». Se, há meia dúzia de décadas, um clérigo ou um leigo ousassem defender algumas das perspectivas da doutrina que hoje vigora na igreja, só poderia aguardar a excomunhão. Dificilmente se encontrará na História memória de tão grande «salto no desconhecido» como aquele que a igreja católica deu, ainda se trabalhava no Concílio Vaticano II. Podemos tentar resumir aquilo que então se passou.

Quando o concílio se reuniu, o panorama era verdadeiramente negro para o mundo católico. A igreja tinha-se deixado ultrapassar nos mais diversos planos pelo pensamento secular. Os padres fugiam, em verdadeiros magotes, para se casarem ou para se realizarem de outra forma, como leigos. Os seminários fechavam ou eram grandes armazéns vazios.

A economia católica também se encontrava à beira da ruptura. É certo que a Santa Sé possuía terrenos e bens imóveis imensos. Mas eram valores que, dia a dia, se desvalorizaram com a expansão das grandes cidades, as nacionalizações resultantes da formação de novos estados socialistas e a crescente laicização do poder financeiro.

A igreja encontrou então, na devida altura, o grande arquitecto da renovação que foi Paulo VI. Satisfaz os mais ortodoxos ao confirmar toda a teologia anterior da igreja. Deu novas perspectivas aos mais progressistas com o lançamento acelerado de cartas e encíclicas sociais. Chamou a si os grandes grupos económicos da igreja e estimulou a sua intervenção no mercado, em moldes capitalistas modernos.

A igreja conciliar superou as suas maiores dificuldades. Abriam-se espaços suficientemente amplos para conter os conservadores e os adeptos da nova teologia fundamental de intervenção. A unidade manteve-se através do compromisso tácito do respeito total pela autoridade do Papa.

Deste modo foi dado «o grande salto em frente» da igreja católica — espectacular, brilhante e inesperado. Ninguém, no entanto, poderá garantir que a situação alcançada veio para ficar.

Sagrou-se o princípio das coexistências no mundo católico. Dois métodos e dois discursos. Dois critérios políticos. Duas teologias. Duas posições éticas e morais. Duas atitudes face ao dinheiro e ao poder.

Para se actualizar em relação ao mundo, a igreja violentou-se no que de mais recôndito possui.

Segundo a teologia do mundo velho, o homem estava irremediavelmente destinado a sofrer o castigo da sua falta original. Na teologia do mundo novo, é o

mesmo homem que ocupa o centro das atenções da igreja e instala, no mundo, uma maior justiça através da aplicação da doutrina social da igreja e das pastorais, da assunção do seu estatuto de leigo, da ocupação dos lugares que lhe estão destinados nas estruturas católicas de direcção, etc.

No que respeita à forma como a igreja superou os seus problemas económicos, também aí se levantam as mais profundas dúvidas. Como condenar o «capitalismo selvagem», explorador do homem, se imprtantes núcleos empresariais que o praticam estão ligados à «Opus Dei», à Companhia de Jesus, à Ordem de S. Domingos e a tantos quantos fizeram fortuna e ganharam raízes com a mão-de-obra barata, com a exploração dos povos das colónias ou com as especulações bolsistas? Como caracterizar, no plano moral, o mais que

Referíamos, atrás, que o «grande salto em frente» dado pela igreja católica ao longo da década de 60 exigiu um golpe de rins verdadeiramente magistral. E é a este assunto que vamos voltar.

Durante e após o Vaticano II, onde Paulo VI foi vedeta, a igreja católica revolucionou duas das suas posições principais: a **teológica**, que instalou novas formas de leitura sagrada e de comunicação eclesial; e a **económica**, determinante na solução de problemas gravíssimos da igreja através da aplicação de esquemas familiares ao liberalismo dominante.

Os católicos, naturalmente, e o povo em geral saudaram, com agrado, as mudanças divulgadas sobre a teologia da igreja. Parecia estar-se em presença do abandono de um modelo mais do que esgotado. A igreja passava a olhar os homens com toda a atenção, falava dos problemas e dos anseios humanos com palavras que todos entendiam e encerrava o ciclo dos grandes milagres cujo último fora, justamente, o de Fátima.

A nova doutrina social católica era um acto de coragem. Revelava a existência de uma igreja humilde que adoptava, como se fossem suas, as grandes conquistas do pensamento humano — a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os homens, as lutas de classes, as cartas dos direitos dos homens, das mulheres e das crianças, etc.

Tudo isto, vitórias de um espírito que a igreja não cessara de combater ao longo de mil e novecentos anos.

Ao pronunciar-se contra as desigualdades sociais excessivas e contra todas as formas de exploração do homem pelo homem, pelo desenvolvimento e pela paz, a igreja reconquistou, de um dia para o outro, o apoio que povos inteiros ameaçavam retirar-lhe.

Deu-se, então, início a novo ciclo da história da igreja o qual, ao que parece, pouco tempo durou. Após 25 anos de aparente

«aggiornamento», a igreja parece inverter, de novo, o curso da sua caminhada.

À revolução conciliar sobrepõe-se, cada vez mais claramente, o velho discurso apologetico. A igreja não precisa de se justificar porque ela própria é Revelação. Fátima é mantida como chamariz dos mais baixos níveis do obscurantismo religioso. Contra a Razão e contra a Moral, o Vaticano coloca no altar homens sobre os quais não restam quaisquer dúvidas, como aconteceu no caso recente de Escrivá de Balaguer.

Que vai fazer, no futuro, o governo da igreja face às necessidades materiais e espirituais de milhões de trabalhadores católicos que os grandes grupos financeiros do liberalismo — muitos deles ligados à própria igreja — exploram, manipulam, mantêm em permanente angústia e abandonam nos caminhos daquilo a que a doutrina social católica chama «materialismo prático»: uma vida de completa alienação aos fetiches do capitalismo e de vitória dos mais fortes sobre os mais fracos.

Muitos dirigentes católicos actuais continuam cegos com o perigo comunista. Sentiram estremeecer a terra debaixo dos pés e não podem esquecer esses momentos de completo pavor. Não se apercebem de que, afinal, são eles próprios os grandes inimigos da igreja.

O povo católico não é um povo inerte. Certamente que não irá consentir que a hierarquia manipule os valores da realização de que mais legitimamente se orgulha: a revolução interna do Vaticano II.

Mal irá à Cúria se não corrigir os erros retumbantes que está a cometer...



duvidoso comportamento do cardeal Marcinkus e com as suas comprovadas ligações aos meios subterrâneos do crime e à maçónica e neofascista Loja P 2?

Os padres que em Fátima tentaram omitir os acontecimentos que corrompem o governo católico — como se a igreja fosse uma estrada de luz! — podem ficar certos de que, no mundo que os homens procuram construir, nada será esquecido.

## A doutrina social da igreja

Ambiguidade sobre ambiguidade, as grandes transformações decretadas pelos padres conciliares vão sendo bloqueadas pela hierarquia.

Onde está, na prática, o cumprimento da reforma canónica, a emancipação da mulher na igreja, a instalação de estruturas descentralizadoras do poder eclesiástico, a automonização do movimentos de leigos, o constante desenvolvimento do ecumenismo, a dinamização das relações com os «não crentes», ou a concretização da tão falada «opção preferencial pelos pobres» que implicaria a entrega voluntária de grande parte dos bens da igreja? A tendência dominante no desenvolvimento das relações com o mundo traduz-se pelo progressivo esquecimento das conclusões do Concílio Vaticano II. Tal qual como se este nunca tivesse existido.

Mas o facto é que o Concílio foi uma realidade concreta, palpável, foi uma esperança e uma promessa de acção para milhões de trabalhadores católicos.



# Foi o golpe de Fujimori um harakiri político?

■ Miguel Urbano Rodrigues

O regime ditatorial imposto no Peru por Alberto Fujimori com o apoio do Exército assumiu nas últimas semanas um recorte ostensivamente fascizante. As forças democráticas do Peru e de toda a América Latina estão a alertar a opinião pública mundial para essa realidade.

Entretanto, à medida que a natureza e os objectivos do golpe de Estado no Peru se clarificam, o interesse suscitado pelo tema diminui nos EUA. Os grandes órgãos de comunicação social quase não se ocupam do assunto. No tocante à Casa Branca e ao Departamento de Estado, as críticas passaram a ser meramente formais.

Porquê o desinteresse?

Precisamente porque o governo dos EUA apoia o novo regime peruano, não obstante a fachada da desaprovação oficial.

\*\*

\*

O golpe peruano não surpreendeu, mas ajusta-se mal aos figurinos tradicionais do *cuartelazo* latino-americano.

Washington não pode reconhecer uma evidência embaraçosa: Fujimori fechou o Parlamento e assumiu poderes absolutos para levar avante (se conseguir...) a sua política ultraliberal.

O golpe, desfechado sob o slogan da «mudança de rumo», foi organizado com a cumplicidade activa do Exército, contou com o apoio entusiástico da oligarquia e obteve a adesão de amplo sector das camadas médias. A reacção popular foi, na prática, inexistente. Somente os intelectuais e os sectores mais esclarecidos da classe operária tomaram posição contra Fujimori. Mas a contestação nas ruas foi débil.

A explicação dessa passividade é inseparável, paradoxalmente, da situação desesperada em que o país se encontra. O Peru chegou ao fundo do poço. Mais de 70% dos 23 milhões de habitantes do país (6 milhões em Lima) vivem abaixo do nível da miséria crítica.

O salário mínimo equivale a 10,6 contos. Mais de 70 000 crianças morrem anualmente de fome. Meio milhão de pessoas sofre de tuberculose; a cólera já matou três mil e contaminou 300 000. A mortalidade infantil excede os 13%. A poliomielite, erradicada do resto da América Latina aumenta e faz estragos.

\*\*

\*

O governo de Fujimori está a aplicar as receitas do FMI com rigor comparável ao que celebrou os *chicago boys* de Pinochet. O efeito é devastador. O Peru passou a ser um país com preços europeus e salários africanos.

Significativamente, nos meses anteriores ao golpe, Fujimori recebeu os mais efusivos elogios de destacados membros da Administração norte-americana.

O director-geral do FMI, Michel Camdessus, visitou Lima no início do ano e, em documento publicado pelo Boletim do Fundo, apontou o Peru como país cujo governo estava no bom caminho, apresentado-o como exemplo a ser seguido por outros do Terceiro Mundo.

São elogios imerecidos. As medidas drásticas de Alberto Fujimori produziram efeitos graves no debilitado organismo económico peruano. Com os salários congelados, o consumo tem baixado ininterruptamente. A inflação, apesar da brutalidade do tratamento de choque de Fujimori, não pôde ser contida. Em Março p.p. foi de 7,4%, não obstante o corte drástico nas despesas públicas e nos investimentos do Estado. A liberalização das importações, por seu lado, contribuiu para o agravamento da recessão e a ruína da desmantelada indústria nacional.

As privatizações produziram consequências opostas às anunciadas.

Mais de metade do aparelho produtivo está paralisado. A capacidade não utilizada nas grandes e médias empresas industriais excede os 60%. A actividade nas minas, sobretudo as de cobre, caiu para menos de 50%, afectando gravemente as exportações. As falências multiplicam-se. Segundo o diário «La Republica», 250 empresas importantes fecharam as portas alegando dificuldades económicas insuperáveis.

O encerramento do Congresso provocou uma corrida aos depósitos bancários. Na semana seguinte ao golpe foram retirados do sistema financeiro 300 milhões de dólares de poupanças. Muitos dos depositantes apoiam

Fujimori, mas temiam o congelamento das suas contas em divisas. Anteciparam-se a eventuais medidas do governo.

Às dificuldades resultantes do golpe, o presidente somou outra: apunhalou o processo de integração andino ao elevar a taxa aduaneira que incidia sobre as importações da Colômbia. Com essa medida, a adesão do Peru à Zona Andina de Livre Comércio ficou decisivamente comprometida.

\*\*

\*

Alberto Fujimori — um engenheiro de origem japonesa — é uma personagem atípica. Do anonimato saiu praticamente para a Presidência. Aos amigos confidenciaria que pretendia apenas abrir caminho para um mandato de senador. E, contudo, derrotou uma glória nacional: o escritor Mário Vargas Llosa.

No decurso da campanha eleitoral, opôs-se com insistência à política ultraliberal de Vargas Llosa (o candidato favorito), mas logo que assumiu a Presidência deu o dito por não dito. A reviravolta surpreendeu o próprio FMI. Fujimori adoptou o programa do seu adversário derrotado e com tal rigor que a velha oligarquia limenha (que havia proclamado com sobranceira o seu desprezo pelo «pequeno aventureiro japonês») passou a apoiá-lo.



A Câmara dos Deputados e o Senado pouco o estorvaram. Concederam-lhe mesmo amplos poderes para governar por decreto em matérias económicas e na área da «pacificação» (a luta contra o «Sendero Luminoso» e os «Tupacamaros»).

Fujimori fez uma interpretação pessoal dessa atitude do Legislativo. Dos 126 decretos que assinou, muitos excederam os poderes que lhe haviam sido outorgados.

Começou a ser conhecido como «El emperador». Desconcertante, nega num dia o que afirmou no anterior. Tendo conquistado a Presidência com bandeiras moralistas, fez publicar um decreto para reformar de alto a baixo o Poder Judicial. A seguir, sem explicação, revogou-o. Posteriormente, afastou do Supremo Tribunal um juiz; o magistrado foi publicamente acusado de «corrupção». Transcorrida uma semana, Fujimori guindou-o a presidente daquela corte de Justiça.

Alberto Fujimori entrou, aliás, no Palácio Pizarro afirmando que o ex-presidente da República, Alan García, era um «cidadão corrupto» que roubara ao Estado. Agora é ele próprio que aparece envolvido num escândalo maiúsculo, o Fujigate. Os cunhados e os irmãos do Presidente — um dos quais embaixador no Japão — foram acusados perante os tribunais de venderem em benefício próprio roupas doadas pelo governo de Tóquio.

Num país onde grandes demagogos têm ocupado a Presidência, Fujimori vai mais longe do que qualquer dos seus antecessores. Uma das suas primeiras iniciativas após o golpe foi propor uma emenda à Constituição para que os futuros deputados «ganhem apenas o salário mínimo a fim

de que o resto do povo viva melhor». Por incrível que pareça, a ignorância e a miséria atingiram tais proporções que a sugestão presidencial para que um deputado não possa ter um vencimento mensal superior ao equivalente a 72 dólares foi bem recebida apesar de o orçamento do Congresso representar menos de 0,08% do orçamento do país.

Noutro país do continente latino-americano, Fujimori teria grandes dificuldades em se manter no poder. Mas o povo peruano, como sublinhei acima, tocou o fundo do abismo. Perdeu o que lhe restava de autoconfiança. As pessoas lutam para sobreviver. Vão longe os tempos em que o nome peruano inspirava respeito em toda a América Latina e o governo do general Velasco Alvarado (acusado de inimigo da democracia por Washington) resistia com dignidade às pressões e ameaças norte-americanas, levando adiante a nacionalização da International Petroleum Company e das minas e terras da Cerro de Pasco, o gigantesco pólvora tentacular que impunha a sua lei e vontade nos vales e planuras dos Andes Centrais. Nesses anos, quando a Reforma Agrária arrancou os índios de um estado próximo da servidão e fez deles proprietários das grandes *haciendas* de açúcar e algodão, o valor das exportações peruanas excedia o das chilenas. Hoje é três vezes menor...

O actual corpo de oficiais não se preocupa, como antes, com a defesa da soberania e da independência nacionais. Longe disso. No Alto Bayaga, os *marines* dos EUA, a pretexto de combaterem o narcotráfico, participam já directamente de operações militares, agredindo as populações misérrimas da selva. A intervenção norte-americana é uma realidade no Peru recolonizado.

O Exército, obcecado pela luta contra o terrorismo (o balanço das vítimas provocadas pela fanática seita do «Sendero Luminoso» e pela repressão indiscriminada contra populações rurais excede já as três dezenas de milhares de mortos), tornou-se cúmplice de Fujimori.

Na sua tenaz campanha contra o Congresso e o Poder Judicial, o Presidente apoiou-se sempre nas Forças Armadas, sobretudo no Exército. Uma elevada percentagem dos ministros e altos funcionários que fizeram parte do Governo desde o início do mandato veio dos serviços de inteligência militar. No dizer do Presidente, «as Forças Armadas são o partido político melhor organizado e mais disciplinado do país». Falta acrescentar que a tal partido falta hoje o patriotismo, a cultura e o sentido da dignidade que deram prestígio na América Latina aos *coronéis de Velasco*, dinamizadores do processo revolucionário peruano (1968-1974).

\*\*

\*

Entre um Congresso desprestigiado e um presidente demagogo que prometia o fim da violência (que imprimiu características angustiantes ao quotidiano da sociedade peruana) e da corrupção, a maioria do povo permaneceu numa atitude passiva. Não houve escolha. E a ausência de resposta popular funcionou em benefício do golpe.

É imprevisível, a curto prazo, o rumo do antiquíssimo berço do Incário. Mas duas conclusões suscitam o consenso das forças progressistas em toda a América Latina:

1. As receitas neoliberais de Fujimori agravaram extraordinariamente a crise peruana. Fracassaram.
2. Os Estados Unidos disfarçam mal o seu apoio ao regime de recorte fascista implantado pelo golpe de Estado.

Destacados intelectuais peruanos, como Efraim Ruiz Caro — que foi director do diário cooperativizado «Expreso», de Lima, e vice-presidente da Organização Internacional dos Jornalistas —, admitem que Fujimori caminha inexoravelmente para o seu Waterloo, porque a batalha na frente económica está perdida.

«A sobrevivência a médio prazo do autogolpe — escreveu Caro (1) — é uma impossibilidade política. Alberto Fujimori, fiel à tradição dos seus antepassados, descobriu o tórax e enfiou o punhal em si mesmo, fez o seu harakiri político.»

Confirmará o desenvolvimento da História a previsão do eminente jornalista e ensaísta peruano? Em breve teremos a resposta.

(1) in «El Dia Latinoamericano», México, 20.4.1992.

# De Los Angeles à Europa — a «nova ordem mundial»?

■ Francisco Costa

Ao contrário do que, nestes últimos meses, a Informação da RTP nos tem habituado - ao escolher, segundo «critérios jornalísticos» que a ninguém lembraria, alguns temas que, de forma puramente artificial, têm preenchido o **Primeira Página** - recentes emissões deste programa tiveram pelo menos o mérito de abordar questões relevantes, quase nunca abordadas na televisão em profundidade, e que têm a ver com as preocupações reais da opinião pública, justamente interrogando-se sobre a contraditória e por vezes enganadora aparência de realidade da «nova ordem mundial».

## O pesadelo americano...

«(...) pelo que ouço aos convidados dizerem, parece que estamos aqui a apontar para um certo falhanço do sistema americano. Porque, se podemos apontar ou referir falhanços da política republicana dos últimos doze anos em que está no Poder na Casa Branca, também existem outros que argumentam contra um certo falhanço das políticas e dos programas sociais dos democratas, nos Estados Unidos. (...)»

A quase-incómoda perplexidade com que, a certa altura do programa, o jornalista **Miguel Lemos** resumia em adequada síntese uma possível conclusão do que até ali se tinha visto e ouvido, era bem o espelho da reacção, por uma vez (!) comungada pelos espectadores, perante a súbita percepção e, dir-se-ia, «descoberta» de uma gritante realidade que, tantas vezes, a própria RTP tem tentado esconder.

E o caso não era para menos.

Na peça introdutória elaborada por **Mário Crespo**, correspondente em Washington da RTP, ou no debate que se seguiu em estúdio com a participação do jornalista **Luís Delgado** e do sociólogo e professor da Universidade Nova **Luís Rodrigues**, foi patente a clara inutilidade e veleidade - que em alguns momentos aflorou no debate em todos os seus participantes - de argumentar, perante a cruza das imagens, com a «extraordinária capacidade do sistema norte-americano» para, nos momentos cruciais, se regenerar na ultrapassagem das mais graves crises.

Na realidade, neste **Primeira Página** ficou apesar de tudo demonstrado, sem margem para dúvidas, que a dramática dimensão e violência que alcançaram em Los Angeles, S. Diego, Atlanta, e mesmo Washington e outras cidades, os distúrbios e os protestos, não apenas de milhares de cidadãos negros - primeiras vítimas da segregação racial e do próprio sentido discriminatório da justiça - mas também, em larga escala, de vastas camadas de cidadãos brancos e de outras etnias minoritárias, tem a sua clara origem e dimensão correspondente no carácter cada vez mais profundo das contradições, desigualdades e injustiças sociais - traços essenciais e permanentes da sociedade capitalista.

## Os factos...

E os exemplos apontados no calor da conversa pelos intervenientes no debate, mesmo quando pretensamente atenuados por desculpabilizadoras e inconsistentes «profissões de fé», só vieram reforçar a força de alguns factos enunciados:

- em algumas regiões, existem mais jovens negros nas prisões do que nas escolas;

- a América da promessa deu lugar à América da frustração;

- as promessas e ilusões dos anos 60 (que pretendiam fazer ultrapassar o generalizado sentimento de revolta na sequência dos gravíssimos distúrbios sociais e raciais de Watts, de 1965) foram completamente frustradas;

- o modelo do Estado «não intervencionista» não funciona;

- a concepção da «igualdade de direitos» não é satisfeita no quotidiano;

- a classe média americana está asfixiada, porque não vê crescer o seu «modelo»;

- os ghettos estão a tornar-se cada vez mais ghettos;

- o *melting pot* falhou;

- as pessoas sabem que não podem passar por tal ou tal rua;

- ou, ainda, «o modelo para que todos olharam, na queda do muro de Berlim, afinal era, ele próprio, um projecto experimental de sociedade ou de sociedades, cheio de incoerências, que dia a dia se tem revelado crescentemente incapaz de produzir as muitas soluções que dele exigem e de que, verdade se diga, sucessivos regimes americanos se propalaram detentores.» (**Mário Crespo**)

## Os números...

Mas estes factos, já de si reveladores, foram neste **Primeira Página** corroborados pelo simples peso acusatório de alguns significativos números:

- em cem habitantes, 11 negros e 6 hispânicos sentem que são eles as principais vítimas da desigualdade;

- 200 milhões de armas existem, neste momento, para 250 milhões de habitantes;



- as classes mais pobres perderam 2% do poder de compra (sendo já pobres) e as classes mais favorecidas aumentaram (excluindo os impostos) 75% dos seus rendimentos - dados de 1991;

- há 33 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm qualquer cobertura de seguros sociais e em relação às quais o Estado não está tomando conta delas.

Factos e números indimentáveis, espelho da criminosa «gestão dos egoísmos», para utilizar a feliz expressão do sociólogo **Luís Rodrigues**.

## Os direitos humanos...

Mas o ponto mais alto e impressionante do programa foi, sem dúvida, a excelente reportagem e o enquadramento factual elaborado por **Mário Crespo**. Bem documentada e montada com alguma agilidade, partindo por vezes de imagens e sons de arquivo de

que sobressaiu, por emocionante contraste com a violência e a agressão impunes, a célebre peça oratória «I Have a Dream» de **Martin «Luther» King**, nas vésperas do seu assassinato - este assinalável trabalho jornalístico, porventura fruto do prolongado contacto quotidiano com uma realidade que se vai descobrindo na sua face mais profunda, fez jus, afinal, às (muitas vezes por culpa própria) negligenciadas qualidades do jornalista, aqui demonstrando a mais interessante vertente da sua actividade profissional. É que não é todos os dias que podemos ouvir, numa RTP zelosa cumpridora de «sentidos únicos», um jornalista questionar-se, como fez **Mário Crespo** no fim da sua peça, sobre o próprio e verdadeiro sentido do «material noticioso» de que fez participar os outros.

Assim: «Este é o Departamento de Estado de onde, diariamente, a América dá conta ao Mundo dos resultados do papel fiscalizador de que se assumiu. Direitos humanos são uma tônica frequente. Depois de Los Angeles e de tantas outras cidades americanas, a pergunta que fica é com que postura poderão os funcionários norte-americanos pregar os Evangelhos dos direitos humanos e do tratamento igualitário a um Mundo que, talvez pela primeira vez, tenha visto a América nos seus piores ângulos.»

E esta, hem?

## Registos Magnéticos

### A Europa da «solidariedade» e da «coesão social»...

«(...) os pobres e excluídos da Comunidade são já 52 milhões, aumentando ao ritmo de um milhão por ano». «Segundo o «The Independent», em 1990, 60 em cada mil londrinos viram as suas casas assaltadas ou carros roubados. No espaço de dois anos, o total de crimes violentos, assassínios ou ofensas sexuais, cresceu 70%, valendo agora à capital britânica a designação de «capital europeia do crime». Causas principais: recessão que se instalou na Grã-Bretanha, o desemprego e as privações que afectam milhares de pessoas.»

«Alemanha: 3 em cada 4 delinquentes têm menos de 21 anos. Aumenta o tráfico de heroína e cocaína. A pobreza é crescente: 10 milhões de habitantes vivem da ajuda social. Os roubos e assaltos a pessoas duplicaram, em Frankfurt, em dois anos; em Berlim aumentaram 21%; em Munique 30%. Nos últimos dois anos, em Berlim: 12 000 crimes.»

«Bruxelas: raptos de pessoas e personalidades. Aumentam os furtos e os roubos de automóveis. Causas: circuito fechado de não integração racial, aumento do desemprego nas camadas mais jovens e na população imigrante.»

«França: nos bairros mais pobres das zonas habitacionais dos subúrbios aumentaram em 10% os delitos relacionados com a droga. Em 1991: 35 crimes ou delitos por hora, dos quais 25% na capital francesa e arredores. A criminalidade aumentou em 7,5%, dos quais 2/3 por roubo. Continua a crescer a delinquência menor e a delinquência do «colarinho branco» - esta, nos cartões de crédito e na falsificação de documentos.»

«Espanha: Traficantes. Prostituição organizada. Redes de emigração ilegal. A «mafia da polícia». O «pagamento de protecção». Mais recente: as «mafias financeiras», as «mafias de luvas brancas», a denominada «beautiful people», famílias bem, com bons apoios políticos, onde o crime está relacionado com os grandes investimentos.»

«Em 1991, os índices de criminalidade em Portugal apontam para um acréscimo de 12,6%. Se somarmos ao ano anterior o de 1992, nos dois anos a

criminalidade terá aumentado cerca de 24%. Deste número, o da emissão de «cheques sem cobertura» representava cerca de 25,7% do total.»

(«A pobreza e a criminalidade na Europa», *falas, factos e números - Jornal de Sábado, Canal 1, 16.05.92*)

«Quando há manchas de pobreza e manchas de miséria no nosso país, quando há gritantes desigualdades sociais, provocadas pela aceleração do processo de transformação económica e da própria transformação social, quando há carência de espaços verdes e desumanização da cidade, quando há o caos urbanístico, falta gritante de infra-estruturas, bairros clandestinos, bairros de lata, quando há desertificação do interior e a progressiva passagem de populações para as cidades, problemas fundamentais de alcoolismo, etc.»

(**Dr. Rui Almeida Bastos**, Procurador da República em Sintra, Vice-Presidente do Sindicato dos Magistrados - *Idem*)

«São problemas que, infelizmente, não são exclusivos da sociedade portuguesa...»

(**Judite de Sousa - Idem**)

«Ninguém pense que o problema da pobreza se resolve exclusivamente com injeções financeiras. A parte financeira é importante. Mas nós temos de atacar fundamentalmente ao nível das mentalidades, ao nível de determinado tipo de grupos que, muitas vezes, até os projectos, os meios, estão à sua disposição, mas não são utilizados.»

(**Silva Peneda**, ministro do Emprego e Segurança Social, no debate «Como construir a Europa, pela solidariedade», *Espectro - Jornal de Sábado, 16.05.*)



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Escândalo

Se o Lara não falara  
e o Santana não folara  
e o Cavaco não filara  
e o governo não refocilara...  
...assim ó Lara  
ó larilolara

Isso, isso  
era o serviço...

A CAP era pela PAC  
mas depois da PAC feita  
já se mostra agora a CAP  
contra a PAC insatisfeita.  
Ora ruma  
fingidas dores  
ai, que é a ruína  
dos lavradores!

Esse era o serviço.  
Já sabias isso...

A CCP era pela  
era pela integração  
mas agora, que está nela  
já lhe faz contestação  
ora ruma  
dores bastantes  
ai, que é a ruína  
dos comerciantes!

Esse era o serviço.  
Já sabias isso...

A CIP como ninguém  
era a favor da Europa  
porém agora só tem  
longas fúrias para a troca.  
Ora ruma  
queixas brutais  
ai, que é a ruína  
dos industriais...

Esse era o serviço.  
Já sabias isso...

O Partido Comunista  
sempre disse não e não.  
Está agora à vista  
quem tem razão...

Abril, Abril  
lutas mil.

Contra a violação do ambiente  
Riba de Ave e sua gente  
foram à Assembleia.  
Para o governo trombudo  
a coisa esteve feia.  
Acima de mentiroso valeu tudo...

Vimos imagem na TV.  
Pouquinhas, já se vê...

Da Marinha Grande sobre o Parlamento  
tâmbém passou o vento  
do seu protesto. Rostos sofridos  
de vidas duras  
punhos erguidos  
lá na alturas.

Imagens na TV.  
Pouquinhas, já se vê...

Na Assembleia passa um halo  
de Abril, naquele dia.  
O espírito de Abril, senhora maioria,  
é impossível matá-lo!

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## Lições

«Jack Lang toma-se por Napoleão? Eles (os franceses) já vieram a Portugal mas tiveram de fazer marcha atrás! Independentemente da opinião que se possa ter sobre um caso que nos fez muito mal a todos, não podemos aceitar a atitude do ministro Jack Lang!» A prôsa é do secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, que reagiu desta forma muito pouco política ao facto do ministro da Cultura e Educação francês ter classificado de «censura inqualificável» o afastamento de José Saramago da candidatura ao prémio europeu de literatura. Rotulando a atitude do ministro francês de «ingerência pouco cortês nos assuntos internos portugueses», Santana Lopes não hesitou em dar-lhe uma autêntica lição de «cortesia» por ocasião da sua recente visita a Paris para inaugurar a exposição «Do Tejo ao Mar da China». Vai daí, evitou encontros com o ministro na referida exposição e decidiu não atender nenhum dos vários telefonemas que o mesmo lhe fez, por alegada indisponibilidade. Também o ministro Couto dos Santos não esteve para modas e anulou à última hora a sua presença, em Paris, num colóquio subordinado ao tema «Portugal-França, imagens recíprocas». Não se sabe se Lang aprendeu a lição, mas teme-se que, numa altura em que pairam ameaças sobre o estatuto do Português na escolaridade francesa - há um projecto de

supressão da aprendizagem da nossa língua e professores de Português que já receberam cartas anunciando a supressão dos cursos que leccionavam, no próximo ano lectivo -, estas lições de cortesia estejam, no mínimo, desajustadas do programa.

## Sinceridade

«Nós tínhamos quatro hipóteses para esta roupa: queimá-la, enterrá-la, rasgá-la ou enviá-la para um mercado de onde não pudesse regressar. Pensámos que foi a melhor escolha». Foi assim, com esta cândida sinceridade, que os rapazes do FBI explicaram a sua decisão de enviar para a Rússia uma variedade de camisas, casacos, jeans e camisolas, no valor de 900 mil dólares, tudo com marcas muito «in» mas na verdade puras falsificações. À falta de uma feira da ladra, os boys dão em beneméritos... de fancaria. Não se sabe se os russos agradeceram.

## Utilidades

A Fundação Social Democrata da Madeira, criada no passado dia 20 de Janeiro, está a dar que falar desde que foi declarada, em Março, como instituição de «utilidade pública». Acontece que a Fundação tem nos seus estatutos, como actividades principais, a «realização de estudos e acções de investigação, divulgação e formação», para além do estabelecimento de

protocolos de «cooperação e relacionamento» com as comunidades de madeirenses no estrangeiro, o que está longe de preencher os quesitos exigidos legalmente para o referido estatuto. Acresce ainda que a mesma Fundação não realizou até à data qualquer actividade, pelo que a sua eventual «utilidade pública», a existir, não passou ainda da mera declaração de intenções. Como se tudo isto não fosse bastante, há ainda a sublinhar o facto de a Fundação reunir nos seus órgãos tudo quanto é figura pública do PSD na Madeira, a começar pelo próprio presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, que preside igualmente à Fundação e foi quem assinou a resolução governamental conferindo o estatuto de «utilidade pública». Um estatuto que, entre outras coisas, permite isenções fiscais, reduções de custos em serviços do Estado a que a Fundação recorra e ver declaradas de «utilidade pública urgente» expropriações que alegue serem necessárias para o prosseguimento dos seus «fins estatutários». Para completar o quadro, refira-se que a sede da Fundação está instalada na sede do PSD no Funchal e que, mal foi declarada a tal de «utilidade pública», foi dado início à construção de uma nova sede naquela cidade e anunciadas, pela comissão política do PSD, obras de reparação de sedes em todos os concelhos que possam vir a albergar a Fundação. Não há dúvida, de «utilidades» entende o PSD.

frases  
da  
Semana

“Fora com a Europa,  
viva o Marquês de Pom-  
bal!”

✎ (vicultores durienses,  
recebendo com assobios  
Arlindo Cunha e seus  
colegas europeus —  
«Público», 26.05.92)

“Ide cavar”

✎ (idem)

“O ministro português,  
de carrasco da agricultu-  
ra, quer transformar-se  
em coveiro”

✎ (João Dinis — assessor  
da Direcção da CNA —  
«O Jornal», 22.05.92)

“Mais do que o que se  
passa numa das suas  
regiões autónomas, o ver-  
dadeiro défice democráti-  
co vivido por Portugal  
situa-se em todo o territó-  
rio nacional: tem a ver  
com a tomada de decisões  
sobre matéria de integra-  
ção europeia, e tudo indi-  
ca que esteja a agravar-  
se”

✎ (Adrian Nastase,  
MNE romeno — «Públi-  
co», 26.05.92)

“Perot personifica o  
'sonho americano'. Co-  
meçando do nada, alcan-  
çou a actual influente  
posição e adquiriu uma  
fortuna que ultrapassa os  
300 milhões de contos”

✎ (Artigo sobre Ross  
Perot, candidato às presi-  
denciais dos EUA — «O  
Diabo», 26.05.92)

“Acho que sou do centro.  
Reconheço algumas preo-  
cupações sociais, mas  
acredito numa economia  
de mercado”

✎ (Mira Amaral, — «O  
Jornal», 22.05.92)

“Só espero que o CDS, ou  
um certo infantilismo  
petit-gauchiste que às  
vezes dá nalguns do PSD,  
tâmbém não abra as por-  
tas da caridade aos rata-  
zanas”

✎ (Alberto João Jardim  
— «O Diabo», 26.05.92)

“Ó Louçã, t'ás feito um  
burguês!”

✎ (Miguel Esteves Car-  
doso, «Contradições»  
sobre Maastricht — RTP,  
Canal 1, 23.05.92)

“Cavaco é o Madjer do  
PSD”

✎ (Pinto da Costa,  
«Grande Plano TSF/O  
Jornal», 20.05.92)

**Quinta, 28**

## ● LISBOA

Os fundamentalismos e o «regresso das religiões» — tema do debate que terá início às 18.30 no CT Vitória, com a participação de António Abreu, Domingos Lopes, Jorge Messias, José Goulão.

Plenário da célula da Gulbenkian - às 18.00, no Centro de Trabalho da Av. António Serpa.

## ● PAREDE

Plenário de camaradas reformados - às 15.00, no Centro de Trabalho.

**Sexta, 29**

## ● LISBOA

Encontro dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa no Centro de Trabalho Vitória: convívio às 17.30, debate a partir das 19.00, com a participação do camarada José Casanova.

Plenário da célula da FNAC - às 18.15, no CT de Alcântara.

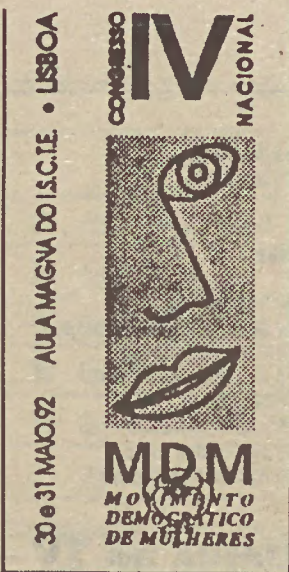
Reunião do OD do Sector Centro/Norte de Empresas de Lisboa - no CT Duque de Loulé, com início às 19.30.

## ● QUELUZ

Plenário de militantes da freguesia de Queluz, preparatório da próxima IV Assembleia da Organização da freguesia: às 21.30, no Centro de Trabalho.

## ● LOURES

Sessão da CDU em Famões, com a participação de Demétrio Alves, presidente da CM de Loures e de Carlos Simões, presidente da JF. Na sala da Assembleia de Freguesia, às 21.30.



## ● AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Brandoa para discussão das conclusões da última reunião do CC, com a participação do camarada Joaquim Dias. Às 21.30, na Sala dos Reformados da Brandoa.

## ● LAGOS

Debate sobre a situação internacional, moderado pelo camarada Albano Nunes: na Sociedade «Os Artistas», às 21.30.

**Sábado, 30**

## ● LISBOA

Seminário do PCP sobre Protecção Civil - no Hotel Berna, das 15.00 às 19.00. Com a participação dos

**Domingo, 31**

## ● TIRES

Almoço-convívio com a participação do camarada Octávio Pato e do Gen. Vasco Gonçalves, promovido pela Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana, assinalando o fim da 1ª fase da



1 de Junho

**Dia Mundial da Criança****3.ª Corrida Desportiva pelos Direitos da Criança**

Domingo de manhã  
Parque Zeca Afonso

Baixa da Banheira

**Tortosendo****4.ª Assembleia da Organização da Freguesia**

Sábado - no CT

construção do Centro de Trabalho. No CT de Tires a partir das 13.00 (inscrições nos CT's de Cascais - tel. 4866991 - e Tires - tel. 2442253).

## ● CACÉM

Plenário da célula da Portucel/Albarraque - a partir das 10.00, no Centro de Trabalho do Cacém.

## ● CANEÇAS

Almoço-convívio promovido pela CDU com a participação de Demétrio Alves: no Parque das Fontainhas (junto ao Olho de Cuco).

**Segunda, 1**

## ● ODIVELAS

Reunião de Quadros da freguesia - no Centro de Trabalho, às 21.30.

**Terça, 2**

## ● LOURES

Reunião de eleitos da CDU na Zona Ocidental de Loures: às 21.00, no Centro de Trabalho de Odivelas.

**Quarta, 3**

## ● LISBOA

Plenário de reformados das freguesias de Arroios, S. João, Penha de França e Anjos: às 15.00, no Centro de Trabalho de Arroios.

Reunião de Quadros Técnicos do sector Serviços - no CT da Av. Duque de Loulé, às 19.00.

camaradas Carlos Brito, João Amaral, Lino de Carvalho e de outros deputados, técnicos, especialistas.

Visita do PCP ao Pátio da Quinta das Conchitas, com o objectivo de debater com os moradores a posição do PCP face à ameaça de despejo de que são vítimas. Às 15.00. Participam Vítor Costa, vereador na CML e o presidente da Junta de Freguesia de Marvila.

Encontro Distrital de militantes do Partido no Movimento das Comissões de Trabalhadores - Das 14.30 às 18.00, no CT Vitória, com a participação do camarada José Casanova.

## ● BRAGANÇA

Encontro distrital de quadros e eleitos da CDU: nas instalações da Junta de

Freguesia de Mirandela, com a participação do camarada Luís Sá.

## ● FAMALICÃO

Convívio juvenil no Centro de Trabalho, promovido pelo Grupo de Trabalho para a Juventude da Concelhia do PCP. A partir das 14.30.

## ● TORTOSENDO

4ª Assembleia da Organização da Freguesia do Tortosendo: a partir das 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Armando Morais.

## ● SANTARÉM

Encontro Concelhio da CDU - às 14.30, no salão da Junta de Freguesia de Pernes.

## ● ALVERCA

Plenário de militantes da freguesia para discussão do trabalho autárquico: às 21.30, no salão da Misericórdia de Alverca.

● VILA REAL  
STº ANTÓNIO

Debate sobre a situação internacional, moderado pelo camarada Albano Nunes: no Sindicato das Conservas, às 15.30.

## ● PORTO

Convívio promovido pela Comissão de Freguesia do Bonfim e Direcção das Ribeirinhas do PCP na esplanada do CT de Barão de S. Cosme: abertura da Tômbola às 17.00; jantar-convívio, café-concerto a partir das 23.00. Às 21.00, intervenção sobre a situação política pelo camarada Emídio Ribeiro.

## ● PÓVOA STº ADRIÃO

1ª Assembleia da Organização da Freguesia de Póvoa de Sto. Adrião - no salão da Junta de Freguesia, a partir das 15.00, com a participação do camarada Carlos Grilo.

## ● CANEÇAS

Sessão sobre a situação internacional, com a participação de Eduardo Chitas: às 15.30, no Centro de Trabalho.

## ● PAREDE

Plenário de militantes da freguesia, para debate do trabalho autárquico. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

**3.ª Assembleia Regional do Porto**

Reuniões preparatórias de células e sectores, com eleição de delegados

Quinta, 28

Póvoa (CT Póvoa, 21.30); S. Saúde (CT Boavista, 21.30).

Sexta, 29

Ramalde (CT Ramalde, 21.00); Campo, Sobrado, Valongo (CT Campo, 21.30); Rio Tinto e Ematêxtil (CT Rio Tinto, 21.30); Fânzeres e Noé (CT Fânzeres, 21.30); S. Cosme, Gondomarinho e Interforma (CT S. Cosme, 21.30); EFA-CEC (CT Matosinhos, 21.30); Lordelo (CT Boavista, 21.30); Foz/Nevogilde (CT Boavista, 21.30); Felgueiras (Escola, 21.30).

Sábado, 30

CP (CT Boavista, 15.00); Marco (casa do João Silva, 21.30); Empresas de Matosinhos (CT Matosinhos); Amarante (CT Amarante, 15.00); Santo Tirso (Salão Nobre CM, 15.00); Vandoma, Baltar, Astromil, Gandra, Mouriz (casa do Gaspar, 21.30); Eurofer (CT Areosa, 15.30); Organismos e Frentes da DORP (CT Boavista, 15.00); Rebordosa, Lordelo.

Domingo, 31

Balão (casa do António, Sta. Marinha, 15.00); Vila Cova, Besteiros, Gondalães, Madalena (CT Paredes, 21.30); Sobrosa, Beire, Cete; Bitarães, Cristelo, Louredo, Vilela, Duas Igrejas.

Segunda, 1

Ensino Superior (CT Boavista, 21.30).

Terça, 2

Professores (CT Boavista, 21.30); Seguros (CT Boavista, 21.30)

**Encontro Distrital de militantes do Partido no Movimento das CT's**

Sábado - 14.30 - CT Vitória

**EXPO'92**  
EXCURSÃO SEVILLA

18, 19, 20 e 21 de Junho — 4 dias

**1.º DIA — LISBOA/MONTE GORDO**

— Partida às 14 horas do Centro Trabalho Vitória. Auto-estrada do Sul. Continuação da viagem por Alcácer do Sal, Ourique, Ferreiras. Alojamento.

**2.º E 3.º DIAS — MONTE GORDO/HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO**

— Pequeno-almoço no alojamento, às 7 horas partida para Sevilha. Chegada às 9.45 horas. Entrada no recinto da EXPO'92. Dia livre para iniciativas individuais, às 22 horas reunião dos participantes no local do Estacionamento do Autocarro — Parque de viaturas. Às 22.15 partida para Monte Gordo. Chegada ao alojamento às 0.00 horas.

**4.º DIA — MONTE GORDO/LISBOA**

— Regresso às 14 horas. Chegada prevista às 20 horas.

**PREÇO POR PESSOA:**

C/1 entrada EXPO'92 ..... 27 500\$00  
C/2 entradas EXPO'92 ..... 33 300\$00

O preço inclui transporte em autocarro, alojamento em aldeamento turístico, pequenos-almoços e entradas na EXPO.

As inscrições são efectuadas nas Zonas, Sectores e no CT Vitória (Telef. 356 27 15).

Lisboa - 30 MAIO '1992 - entre as 15 e as 19 horas - Hotel Berna

**SEMINÁRIO DO PCP**

SOBRE

**PROTECÇÃO CIVIL**

## Televisão

### Quinta, 28

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Férias sem Programa  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 O Cosmonauta Perdido  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.05 Caderno Diário  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.30 Rainha da Sucata  
21.35 Chefe, Mas Pouco  
21.55 Pós de Bem Querer  
22.50 À Sombra dum Crime  
23.45 24 Horas  
00.20 Remate  
00.35 Fox-Teatro do Imaginário

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zona de Perigo  
12.25 Curso de Francês  
12.40 A Porta  
12.55 Gerações  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.20 Em Busca de...  
17.45 Clip-Club  
18.15 Eterno Feminino  
19.10 Arte num Mundo para Todos  
19.20 Aventura do Conhecimento  
19.50 A Grande Música da Irlanda  
20.50 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almanáico  
21.35 Traffic  
22.30 Loucuras na TV  
23.00 Rainha de Espadas  
(ver «Filmes da TV»)

### Sexta, 29

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Os Novos Exploradores  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Um Golpe de Loucos  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.25 Rainha da Sucata  
21.30 O Flo da Navalha  
(ver «Filmes na TV»)  
23.55 Mamma Mia  
00.20 24 Horas  
00.55 Remate  
01.25 A Pele de Um Malandro  
(ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.30 Curso de Inglês  
12.40 A Porta  
12.55 Gerações  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.05 Burlescos  
17.20 Grandes Desastres  
17.45 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.20 Arte num Mundo para Todos  
19.30 Magazine de Turismo

20.00 Nunca Mais é Sábado  
20.45 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almanáico  
21.35 Contos de Nadine Gordimer  
22.30 Pantanal  
00.10 Rotações  
01.10 Seguramente Vincent

### Sábado, 30

#### Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 O Quadro Roubado  
14.20 Corações Jovens  
15.05 Ray Charles  
16.15 O Comboio dos Valentos  
(ver «Filmes na TV»)  
17.55 Anel de Fogo  
18.45 Hercule Poirot  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.25 Desenhos Animados  
21.40 Casa Cheia  
22.30 Araponga  
23.20 Audrey Rose  
(ver «Filmes na TV»)  
01.20 Contradições  
02.30 Remate

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.35 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.10 Forum Musical (II)  
13.10 Agarra o 2  
14.20 O Valente das Dúzias  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Pantanal  
01.05 As Teias da Lei

### Domingo, 31

#### Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.20 70x7  
12.00 Missa  
13.00 Notícias  
13.15 O Clube dos Seis  
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic  
14.30 Top +  
15.25 A Linda Ditadora  
(ver «Filmes na TV»)  
17.00 ET - Entretenimento Total  
18.45 As 100 Vidas do Pirata Negro  
19.40 Os Golos da Jornada  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.45 Araponga  
22.25 Domingo Desportivo  
23.30 Conversa Afiada  
00.35 No Calor da Noite  
01.25 Remate

#### Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 S.O.S. Terra  
10.55 Regiões Magazine  
12.00 Agarra o 2  
13.05 Vida Nova  
14.00 Troféu  
19.00 Palavra Puxa Palavra  
19.50 Especial Desporto  
22.00 Nós Dois  
23.00 Depois da Meia-Noite  
(ver «Filmes na TV»)  
01.05 Tauromaquia

### Segunda, 1

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Moda e Sedução  
14.00 Brinca Brincando

14.35 A Orquídea Branca  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Rainha da Sucata  
21.30 O Preço Certo  
23.00 Grandes Desafios  
24.00 24 Horas  
00.35 Remate  
00.40 «Leo, The Last»  
(ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Alemão  
12.40 A Porta  
12.55 Gerações  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 As Aventuras de Black Beauty  
16.50 Moda Top  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.15 Arte num Mundo para Todos  
19.25 Dramazine  
19.50 O Brilho da Dança  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Falar Claro  
22.45 Ópera  
00.30 Ténis - Torneio de Roland Garros

### Terça, 2

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Futuro  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Diga Trinta e Três  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.25 Rainha da Sucata (último episódio)  
21.30 Chantagem em Nápoles  
23.05 Primeira Página  
23.40 24 Horas  
00.15 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 Zona de Perigo  
12.20 Curso de Francês  
12.35 A Porta  
12.55 Gerações  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
17.30 Tribunal de Júri  
17.50 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.15 Arte num Mundo para Todos  
19.30 Cinemazine  
20.00 A Caminho de Barcelona  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.15 O Rei das Crianças  
(ver «Filmes na TV»)  
23.40 Pop Off  
01.00 Ténis - Torneio de Roland Garros

### Quarta, 3

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca Brincando

14.35 A Turma das Barracadas  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Tu Cá, Tu Lá  
17.15 Brinca Brincando  
17.45 Rua Sésamo  
18.15 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.25 Telejornal  
20.20 Desenhos Animados  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
(telenovela brasileira)  
21.20 Vamos Jogar no Totobola  
21.35 Iniciação ao Crime  
(ver «Filmes na TV»)

23.45 24 Horas  
00.20 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção  
12.25 Curso de Inglês  
12.35 Ao Ar Livre  
12.50 Gerações  
13.15 Agora, Escolha!  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!

15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas  
17.25 Mulheres no Mundo  
17.55 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.35 Aventura do Conhecimento  
20.00 O Homem e a Música  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»  
22.45 Sinais do Tempo  
23.45 Ténis - Torneio de Roland Garros

## Filmes na TV



Jessica Lange, intérprete de «Depois da Meia-Noite».

**O Cosmonauta Perdido** «Silent Running», (EUA/1971). Realização de Douglas Trumbull. Interpretação de Bruce Dern, Cliff Potts, Ron Rifkin, Jesse Vint, Mark Persons. Cor, 86 minutos.

Para quem se lembra dos fabulosos efeitos especiais de filmes como «2001...» ou «Encontros Imediatos...», a arte de Douglas Trumbull, o seu criador, não é, portanto, coisa desconhecida. Acontece que o presente filme é o da estreia de Trumbull no cinema, como realizador e, como talvez não pudesse deixar de ser, trata-se de uma interessante «ficção científica», uma parábola ecológica à volta de um cosmonauta-cientista-botânico isolado em viagem para além das fronteiras do sistema solar, para preservar da ameaça ecológica e nuclear as últimas espécies de vegetação da Terra. Com argumento da pena de um Michael Cimino ou de um Steven Bochco - que, mais tarde, por motivos diversos, iriam dar que falar na indústria - este é certamente um filme que deveria ter melhor sorte no horário de transmissão. Pelo menos a sorte com que (para nosso azar!) a RTP vem ultimamente brindando verdadeiras indigências «cinematográficas» nas noites de quarta e sexta.

Quinta, 14.35, Canal 1

**A Dama de Espadas**

«The Queen of Spades», (G.Bret./1948). Realização de Thorold Dickinson. Interpretação de Anton Walbrook, Edith Evans, Yvonne Mitchell, Ronald Howard, Merry Jerrold, Anthony Dawson, Miles Malleon. P/B, 91 minutos.

A partir do conto clássico de Pushkin, criou Thorold Dickinson um excelente filme de época, com

grande apuro formal na recriação da Rússia Imperial dos inícios do século XIX. É a conhecida história de um oficial russo obcecado em descobrir a «arte» de uma velha condessa, que possuía o segredo de ganhar de forma imparável jogos de cartas. Excelente interpretação de Anton Walbrook, em meio de algumas notáveis e macabras sequências fantásticas.

Quinta, 23.00, Canal 2

**Um Golpe de Loucos**

«Buy and Sell», (EUA/1988). Realização de Robert Boris. Interpretação de Robert Carradine, Michael Winslow, Malcolm McDowell, Lise Cutter, Randall Tex Cobb, Ben Vereen. Cor, 92 minutos.

Com acção passada nos Estados Unidos, mas filmado em Itália, esta comédia não consegue (nem talvez o pretendesse) focar com humor mordaz o mundo yuppie e corrupto das sociedades corretoras bolsistas da Wall Street, ficando-se, assim, pelos terrenos medfocres da paródia primária.

Sexta, 14.30, Canal 1

**O Flo da Navalha**

«The Razor's Edge», (EUA/1984). Realização de John Byrum. Interpretação de Bill Murray, Theresa Russell, Catherine Hicks, Denholm Elliot, James Keach, Peter Vaughan, Brian Doyle-Murray. Cor, 120 minutos.

Em 1946, o talento de Gene Tierney, Anne Baxter e Clifton Webb (e, ainda, o estranho fascínio de um sempre potencial «canastrão» - Tyrone Power) haviam permitido a Edmund Goulding realizar um excelente filme a partir do homónimo romance de Somerset

Maugham. Quarenta anos depois, John Byrum não consegue atingir o mesmo nível, porventura porque preso às fraquezas do seu próprio argumento que nunca consegue transmitir a intensidade dos dramas de um ex-combatente da I Guerra Mundial questionando-se sobre o sentido da vida, enquanto, à sua volta, as crises pessoais atingem, igualmente, os seus amigos mais chegados.

Sexta, 21.20, Canal 1

**A Pele de Um Malandro**

«Defiance», (EUA/1979). Realização de John Flynn. Interpretação de Jan Michael Vincent, Theresa Saldanha, Fernando Lopez, Frank Pesce, Rudy Ramos, Lee Fraser. Cor, 98 minutos.

Arremedos do «filme negro» dos anos 30, à mistura com clichés de série B e tíques-do-género «Há Lodo no Cais», esta amálgama de «citações» e influências serve mal, explorando-a rotineira e grosseiramente, a história de um homem que, isolado, tenta combater a violência de um gang de porto-riquenhos num bairro de Nova Iorque. Bem intencionado, na denúncia de ambientes racistas e de segregação racial geradora de violência, falta ao realizador a centelha do talento.

Sexta, 01.25, Canal 1

**O Valentão das Dúzias**

«The Paleface», (EUA/1948). Realização de Norman Z. McLeod. Interpretação de Bob Hope, Jane Russell, Robert Armstrong, Iris Adrian, Robert Watson, Jack Searl. Cor, 89 minutos.

Nesta paródia aos filmes de cowboys e índios, um desastrado dentista da Costa Leste, por entre loucas aventuras e tremedeiras de tiroteios, tenta seduzir Calamity Jane, a implacável figura mítica do

western. Com Bob Hope e Jane Russell nos principais papéis, e Frank Tashlin como co-autor do argumento, esta típica comédia dos anos 40 entretém bem este princípio de tarde.

Sábado, 14.20, Canal 2

### O Combo dos Valentos

«High Ballin'», (Can./EUA/1977). Realização de Peter Carter. Interpretação de Peter Fonda, Jerry Reed, Helen Shaver, Chris Wiggins, Christopher Langevin, David Ferry, Myrna Lorrie. Cor, 99 minutos.

A estrada e os seus heróis solitários, um dos leitmotiv de tanto cinema americano, estão mais uma vez presentes neste filme apenas mediano em que se narra a luta de um punhado de camionistas independentes ameaçados pelo poder de um empresário monopolista do sector que os quer expulsar da estrada. Boas interpretações de Peter Fonda e Jerry Reed.

Sábado, 16.15, Canal 1

### Audrey Rose

«Audrey Rose», (EUA/1977). Realização de Robert Wise. Interpretação de Marsha Mason, Anthony Hopkins, John Beck, Susan Swift, Norman Lloyd. Cor, 113 minutos.

Um filme inquietante, mas um tanto longo, na linha dos thrillers de «reincarnação». Um casal que vive feliz com uma filha de 12 anos é surpreendido pela revelação de um estranho, que lhes diz ser esta a sua própria filha regressada à vida... O recém-laureado Anthony Hopkins, no papel do «estranho», está a matar neste filme de suspense realizado com a correcção habitual por Robert Wise.

Sábado, 23.20, Canal 1

### A Linda Ditadora

«Take Me Out to The Ball Game», (EUA/1949). Realização de Busby Berkeley. Interpretação de Frank Sinatra, Esther Williams, Gene Kelly, Betty Garret, Edward Arnold. Cor, 89 minutos.

Comédia musical à boa maneira de Hollywood, na sua génese estão alguns expoentes do «género», como Gene Kelly e Stanley Donan, no argumento e na coreografia, e o brilhante Busby Berkeley, na realização. A história conta-se em duas palavras: uma bela mulher toma conta de uma equipa de «baseball», o que contribui para pôr em autêntica polvorosa as suas principais vedetas, acabando por tudo se resolver em bem cedendo à paixão de um deles. Canções e bailes tomam, naturalmente, conta do filme e, entre elas e eles, são de destacar «O Brian to Ryan to Goldberg» e «The Hat My Father Wore on St. Patrick's Day».

Domingo, 15.25, Canal 1

### Depois da Mela-Noite

«Sweet Dreams», (EUA/1985). Realização de Karel Reisz. Interpretação de Jessica Lange, Ed Harris, Ann Wedgeworth, David Clennon, James Staley, Gary Basaraba, John Goodman. Cor, 111 minutos.

O conhecido cineasta britânico Karel Reisz realizou nos Estados Unidos este filme autobiográfico sobre a vida da cantora de música country Patsy Cline, famosa nos anos 50, cujo argumento é centrado, sobretudo, na agitada vida matrimonial prejudicada por uma absorvente carreira, um

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Até ao Fim do Mundo	★★	—	★★
<b>B</b> Aquil d'El Rei	★★★	—	—
<b>C</b> Desejos Finais	★★	—	—
<b>D</b> Mulheres do Sul	★★	—	★★★
<b>E</b> Os Últimos Dias do Paraíso	★★	—	—
<b>F</b> Veneno	★★★	—	—

### Classificação de ★ a ★★★★★

- A** — Wim Wenders — *Amoreiras/5* (13.30, 16.30, 19.30, 22.30), *King Triplex/1* (13.00, 15.45, 18.45, 21.45) — Lisboa.  
**B** — Real. António Pedro Vasconcelos — *Las Vegas* (15.15, 21.30) — Lisboa.  
**C** — Real. Phil Joanou — *Alfa Clube* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Amoreiras/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Fonte Nova* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), *Mundial/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**D** — Real. Jon Avnet — *Amoreiras/7* (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.  
**E** — Real. John McTiernan — *Amoreiras/4* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *King Triplex/3* (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00), *Nimas* (14.00, 19.00, 21.30), *São Jorge/3* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**F** — Real. Todd Haynes — *Quarteto/2* (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.

enredo habitual em filmes do género. Mas algumas interpretações são excelentes (designadamente a de Ann Wedgeworth, no papel de mãe de Patsy). A principal protagonista, a talentosa Jessica Lange, «do bra» as canções sobre o playback das gravações originais.

Domingo, 23.00, Canal 2

### O Chefe da Banda

«Leader of the Band» (EUA/1987). Realização de Nessa Hyams. Interpretação de Steve Landesberg, Gailard Sartain, Mercedes Ruehl. Cor, 90 minutos.

Uma alteração de última hora transformou «A Orquidea Branca», o filme de André de Toth que consta da programação semanal, neste «O Chefe da Banda» — uma comédia sobre as desventuras e aventuras de um músico desempregado que se vê obrigado a aceitar o lugar de chefe de uma banda formada por um grupo de inadaptados. Entre os actores, Mercedes Ruehl, este ano distinguida com um Oscar pela seu trabalho em «O Rei Pescador».

Segunda, 14.35, Canal 1

### Leo, o Último

«Leo, The Last» (GBR/1969). Realização de John Boorman. Interpretação de Marcello Mastroianni, Billie Whitelaw, Glenna Foster Jones. Cor, 100 minutos.

Leo, um aristocrata rico e extravagante, instala-se em Londres numa mansão situada num bairro degradado, para se dedicar apenas ao seu hobby favorito: observar pássaros com o seu telescópio de longo alcance. Mas é por este que lhe acabam por entrar portas adentro as misérias da vida envolvente, quebrando-lhe a indiferença e levando-o a influir na vida dos que o rodeiam.

Esta atmosfera bizarra, bem construída como é de regra nas obras de Boorman («Excalibur», «Fim-de-semana Alucinante»), que aqui adapta uma peça teatral, e uma notável interpretação de Mastroianni bastarão para recomendar (contra o que é hábito!) este «fora de horas» de segunda-feira.

Segunda, 00.50, Canal 1

### Diga Trinta e Três

«Doctor in the House» (GBR/1954). Realização de Ralph Thomas. Interpretação de Dirk Bogarde, Muriel Pavlow, Kenneth More, Kay Kendall. Cor, 92 minutos.

Foi aqui que tudo começou! A famigerada série «Doctor...», que haveria de prolongar-se por cerca de duas décadas, de filme em filme em direcção ao abismo, popularizando mas quase trucidando um grande actor. Pela primeira e talvez pela última vez, têm alguma graça as piadas e situações «picantes»

que mais tarde tornariam insuportável esta série.

Terça, 14.35, Canal 1

### O Rei das Crianças

(China/1987). Realização de Chen Kaige. Interpretação de Xis Yun, Chen Shaohua, Zang Caimel. Cor, 106 minutos.

Da moderna cinematografia chinesa, este filme é apresentado como uma parábola acerca do sistema educativo nascido da Revolução Cultural, «construído com coragem política e rara sensibilidade». Após «Ju Dou», exibido na última terça-feira, só é de lamentar que a RTP não prossiga nas próximas semanas com obras como estas, sistematicamente arredadas do circuito comercial como o são todas as que não são americanas (ou, vá lá, de alguns raros cineastas europeus), enobrecendo esta sua rubrica «Cineclub».

Terça, 22.15, Canal 2

### A Turma das Barracadas

«Please Sir» (GBR/1971). Realização de Mark Stuart. Interpretação de John Alderton, Noel Howlett, Erik Chitty. Cor, 100 minutos.

Quarta, 21.30, Canal 1

## TEATRO

### ESTRELA 60

Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DA VIDA DOS PÁSSAROS**, de João Silva, produção de O Bando.

### PALÁCIO RIBAMAR

Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

### TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O MARIDO VAI À CAÇA**, de George Feydeau, encenação de Fernando Gomes.

### TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MAUSER**, de Heiner Müller, encenação de Luís

Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

### TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira. Tel. 3639974. Sáb., dom. e 3ª às 16.00. **PIQUE-NIQUE NA FLORESTA**, de Fernando Gomes, pelo TIL.

### TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. **Café-Teatro**: sáb. às 24.00, **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

### TEATRO NACIONAL

**D. MARIA II**  
Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16.00. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria.

### TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também às 16.00. **QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?**, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

## Tempo

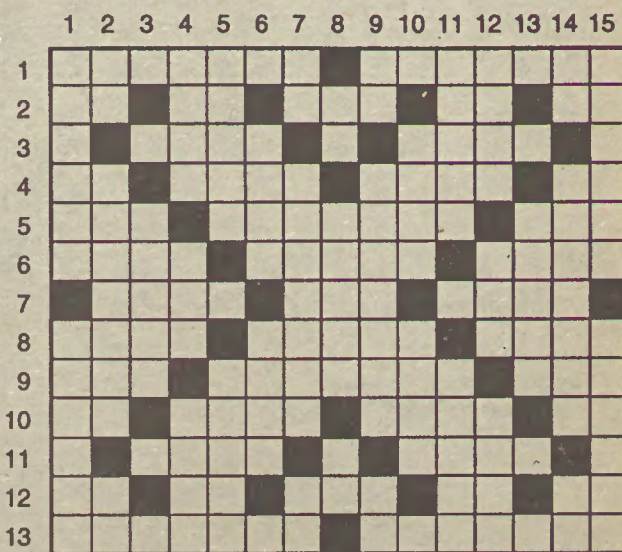
### Sábado

Períodos de céu muito nublado, vento fraco ou moderado de Noroeste. Aguacéiros fracos e pequena subida de temperatura.

### Domingo

Céu pouco nublado. Vento fraco ou moderado de Noroeste.

## PALAVRAS CRUZADAS



**Horizontais:** 1 — Musa da música e da poesia; deusa das Artes e das Ciências; 2 — Andar; popa; pron. pess.; art. árabe; art. espanhol. 3 — Posse; direcção do navio. 4 — A carta de maior valor do baralho; composição poética lírica; brenha; condição. 5 — Ofertar; alta; possuir. 6 — Vítima do primeiro fracasso; somfático; evasão. 7 — Ovários de peixes; gavinha; ervas para forragens. 8 — Lavrei; negro; condução de presos. 9 — Pertencer; agravava-se; nobre inglês. 10 — Post scriptum (abrev.); altares de sacrifício; a divisão principal da casa; grito de dor. 11 — Proceder; bilhete de sorte. 12 — Graceja; Amércio (smb.); barrete turco; nesse lugar; cobalto (smb.). 13 — Sobrecarregava; óbolos.

**Verticais:** 1 — Os cereais que se malham de uma vez na eira; desabrido. 2 — Antiga cidade da Caldeia; gostos; pref. neg. 3 — Tomar a ver. 4 — De bronze; pequeno poema da Idade Média; escrava egípcia de Abraão, mãe de Ismael. 5 — Produz; filha dos tios. 6 — Carimba; daraios. 7 — Art. que antecedia o rei; ríspido; nota musical. 8 — Existe; auxiliar; acusada. 9 — A mim; maliciosas; forma pop. de José. 10 — Porto abrigado por terras altas; pátria de bom pão de ló. 11 — Navegador; associam. 12 — Capacet; bñlis; amolo. 13 — Capital da Tunísia. 14 — Olha; cidade espanhola; aqui. 15 — modifica, estéreis.

### SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

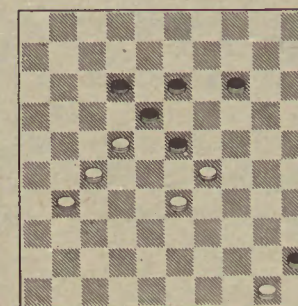
**Horizontais:** 1 — Estaline; Lenine. 2 — Xá; lido; lanares. 3 — Ola; sótio; adaot. 4 — Diga; santa; fá. 5 — Óó; Bm; roa; mil. 6 — Irosas; cometa. 7 — Atiram; sabido. 8 — Oleado; táfamo. 9 — Sam; bom; só; ar. 10 — Id; velar; sugo. 11 — Rimem; lótus; tom. 12 — Inodora; Raul; Ra. 13 — Sósias; passadas.

**Verticais:** 1 — Exodos; Osiris. 2 — Sálio; Aladino. 3 — Ag.; Item; mós. 4 — Al; abria; pedi. 5 — Lis; morde; moa. 6 — Idos; São; rs. 7 — Notaram; belo. 8 — Anos; tolo. 9 — Lota; Samatra. 10 — Lá; cal; ruas. 11 — Ena; sobas; sus. 12 — Nado; mimos; lá. 13 — Ira; medo; ut. 14 — Neófito; agora. 15 — Estala; aromas.

## DAMAS

CCCLVII — 28 de Maio de 1992  
PROPOSIÇÃO N.º 1992D043  
Por: R. CAMUS — 1927

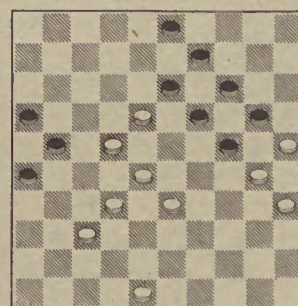
Pr.: [6]: 12-13-14-18-23-45  
Br.: [6]: 22-27-29-31-33-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D044  
Por: PIERR PÉROT  
(Jogando contra Guillemín)  
*L'Effort n.º 13* / Julho-Agosto 1950

Pr.: [9]: 3-9-13-14-16-19-21-24-26  
Br.: [10]: 18-22-25-28-30-32-33-35-37-48



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLVII  
N.º 1992D043 [RC]: 1. 33-28, (23X21); 2. 31-26, (18X27); 3. 26X10, (27-32); 4. 10-5=D, (32-38); 5. 50-44!!; — Se: 5. ...., (45-50=D); 6. 29-23+  
— Se: 5. ...., (38-42/43); 6. 44-40, (45X23); 7. 5X48/49+

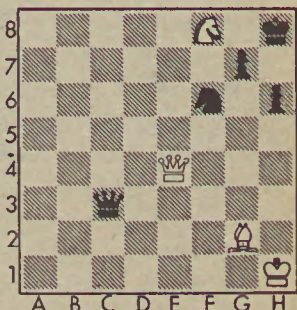
N.º 1992D044 [P. P.]: 1. ...., (14-20); 2. 25X23, (21-27); 3. 30X8, (27X29); 4. 23X34, (3X41)!

A. de M. M.

## XADREZ

CCCLVII — 28 de Maio de 1992  
PROPOSIÇÃO N.º 1992X043  
Por: ERCOLE DEL RIO  
in *Lolli Osservazioni*, Bologna, 1763  
(Centuria n.º 13)

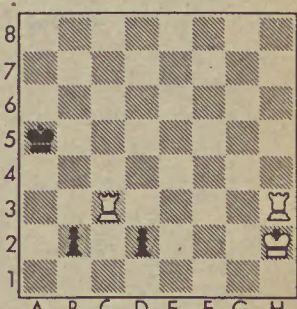
Pr.: [5]: Ps. g7, h6-Cf6-DC3-Rh8  
Br.: [4]: Cf8-Bg2-D64-Rh1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X044  
Por: L. A. OL'MVCKIJ  
1.º Prémio Socialíst Chark, 1963

Pr.: [3]: Ps. b2, d2-Ra5  
Br.: [3]: Ts. c3, h3-Rh2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLVII  
N.º 1992X043 [E. del R.]: 1. Dh7+, Cxh7; 2. (g6+, Rg8); 3. Bd5++

N.º 1992X044 [L. A. O.]: 1. TA3+, Rb4; 2. Tab3, Rc4; 3. Thc3+, Rd4; 4. Td3+, Rc4; 5. Tb3+, Rb4; 6. Tc7, b1=D; 7. Td8!, D1=; 8. Tb8+, Ra3; 9. Ta7+ eg.

A. de M. M.

## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Maratonas

O Governo tem andado numa roda viva para conseguir chegar ao fim da presidência portuguesa da Comunidade com obra que se veja, ou seja, com dossiers encerrados. Quando já tudo parecia perdido, o ministro Arlindo Cunha decidiu arregaçar as mangas e dar tudo por tudo para arrumar de vez com a reforma da política agrícola comum. Segundo rezam as crónicas, terá dito: agora ou nunca! E vai daí obrigou os seus pares a uma verdadeira maratona negocial, não se comoveu com suores e cansaços, barbas por fazer e dores de cabeça, gastrites, insónias, taquicardias, asma e outras maleitas a que nem ministros escapam. Daqui ninguém sai sem o assunto estar arrumado, clamou o luso ministro, já sem paciência para o leite italiano, a manteiga holandesa, os cereais franceses, os croissants belgas, a cerveja alemã, o sono dos jornalistas. Tanta determinação tinha de dar resultados. Numa conferência de imprensa em que nem as preocupações com a camada de ozono dispensavam um desodorizante de ambiente, Arlindo Cunha anunciou que os ministros não tinham tomado banho mas - helás - tinham chegado a acordo. A PAC morreu! Viva a nova PAC! Só por isto, o ministro ganhou a eterna gratidão de Cavaco, farto de ver ministros dos negócios estrangeiros que não se entendem, acordos de paz que só servem de referência para novos confrontos, políticas sociais que põem toda a gente à bulha, ministros da cultura a meter os pés pelas mãos, conferências internacionais com americanos e alemães a dar cartas, birras inglesas, desaforos dinamarqueses, enfim, um nunca mais acabar de desfeitas. Mas mal se tinha começado a respirar de alívio em S.Bento, enquanto Arlindo Cunha levava os seus pares a banhos na Curia, e já uns quantos ingratos faziam pairar nuvens negras no céu comunitário. Os agricultores, pasme-se, em vez de ruidosas manifestações de alegria pelo ministerial consenso, saíram à rua a gritar protestos de ordem vária, bramindo o espectro da miséria, das falências em série, da ruína. Da CNA à CAP, em Portugal como noutros países da Comunidade, os principais interessados não acreditam nas virtualidades da reforma negociada em «nome dos seus interesses». Em Portugal, onde nem sequer se produz o mínimo indispensável para garantir a independência alimentar do país, será certamente difícil explicar as vantagens do abandono de terras aráveis, ou, como diz o ministro, que vale mais «pagar para não produzir do que pagar para produzir e deitar fora». Depois da sua maratona comunitária, talvez Arlindo Cunha se lance agora numa maratona interna, com slogans do tipo «não produza, compre no estrangeiro», «não semeie, reforme-se», «deixe a agricultura, venha pr'á cidade». Cavaco Silva, diga-se em abono da verdade, já começou a dar-lhe uma mãozinha; ainda há dias inaugurou um muito verdinho campo de golfe, fruto de ribeiras desviadas e flora destruída, destinado a turistas ricos que deverão passar a frequentar os interiores portugueses. E venham lá agora dizer que apanhar bonés, perdão, bolas, não dá mais qualidade de vida do que andar na ceifa!

AF

## Três mil agricultores na Curia O Governo é tão mau como a PAC

Agricultores portugueses, espanhóis e de coordenadoras europeias protestaram na Curia contra a nova PAC

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) «é muito má para a agricultura portuguesa» mas a política agrícola seguida pelo Governo «é tão má como a reforma da PAC». São palavras de Joaquim Casimiro, da direcção da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, proferidas à imprensa após a manifestação de milhares de agricultores, terça-feira passada na Curia, quando se realizava uma reunião informal dos ministros da Agricultura da Comunidade Europeia enquadrada por um elevado aparato policial.

A reforma da PAC aprovada no final da semana passada pelos ministros comunitários havia já sido motivo para diversas manifestações de desagrado de agricultores de vários países europeus. Na terça-feira, Arlindo Cunha, ministro da Agricultura, acabaria por receber uma delegação de agricultores representantes das diversas organizações presentes: para além da própria CNA, a UJA (União

de Jovens Agricultores), a COAG (coordenadora europeia de organizações de agricultores), a CPE (Coordenadora Camponesa Europeia) e o SLG (sindicato agrícola galego).

No caso português, para além das consequências da reforma da PAC, Joaquim Casimiro realçaria que a actual situação é já de «falência» das pequenas e médias explorações, facto que se deve às elevadas taxas de juro, aos preços dos factores de produção (muito acima da média comunitária), para além dos excedentes do vinho, do gado e as dívidas que o Governo tem para com os agricultores a quem, em muitos casos, «não paga há mais de um ano».

Para a CNA, a alternativa à PAC está na criação de uma Política Agrícola Comum para o Mediterrâneo que deixe produzir as pequenas e médias explorações, sobretudo em Portugal, que é um país que regista um défice alimen-



Agricultores na Curia, terça-feira passada

tar superior a 50 por cento das suas necessidades.

Por seu turno, a espanhola Lúcia Senra, da Coordenadora Camponesa Europeia (CPE), também recebida por Arlindo Cunha na qualidade de presidente do Conselho de Ministros da Agricultura da CEE, referiu que a reforma da PAC «não satisfaz em absoluto as reivindicações dos agricultores».

«É uma reforma feita nas costas dos camponeses da Europa comunitária» e que põe em causa «um rendimento digno para os agricultores», acrescentou.

Senra disse ainda que com a reforma da PAC estará em causa a viabilidade das pequenas e médias explorações agrícolas, em favor das explorações de maiores dimensões. Por outro lado, os problemas do meio ambiente vão continuar e quem deve pagar os custos da situação de excedentes agrícolas na Comunidade são as grandes explorações e não as pequenas.

Num comunicado distribuído durante a manifestação na Curia, as organizações participantes acusam a reforma da PAC de ir provocar

fenómenos de «desertificação humana», em particular nos estados do sul da Europa, com todo um conjunto de problemas económicos e sociais que os agricultores «responsavelmente querem evitar».

Uma «outra reforma da PAC» é uma das exigências desse documento, explicitando algumas condicionantes a que ela deveria obedecer: «o direito à produção como base essencial da existência das explorações agrícolas familiares e da renumeração digna do trabalho de produção»; «uma repartição do Orçamento do FEOGA com o objectivo de desenvolver a agricultura nas regiões "desfavorecidas" e não de estimular o abandono das produções, principalmente nos Estados deficitários em produtos alimentares» e «o equilíbrio entre produção agrícola e a produção florestal e não o apoio à florestação indiscriminada de terras agrícolas» são as exigências incluídas neste documento.

(Ver comunicado da Comissão Política do PCP sobre a reforma da PAC na página 13.)

## Sindicatos contra taxas

Uma concentração hoje junto à residência oficial do primeiro-ministro em Lisboa, às 18 horas e 30, será o culminar de um conjunto de acções de protesto que a CGTP e os sindicatos nela filiados têm efectuado nos últimos dias pela revogação das taxas moderadoras nos serviços de saúde que incluíram a instalação de bancas nos principais hospitais e centros de saúde da capital e mesmo a ocupação momentânea de alguns pelos utentes, com recolha de assinaturas para um documento que circula em todo o país.

Contabilizam-se já em muitos milhares o número de assinaturas recolhidas que exigem a revogação da medida governamental. Amanhã, no Porto, a União de Sindicatos local vai dar uma conferência de imprensa com o sector da saúde. Em Setúbal, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, participou ontem num plenário na Sociedade Capricho Setubalense e num desfile com cordão humano que entregou o abaixo-assinado ao governador civil.

Em Tomar, a União de Sindicatos de Santarém organiza amanhã uma acção junto ao hospital e aos centros de saúde. Em Coimbra, também amanhã, os activistas da USC concentram-se junto da União de Sindicatos e desfilarão até ao Governo Civil onde vão entregar o documento.

Em Braga está a decorrer a recolha de assinaturas com bancas em todos os concelhos e deslocação aos hospitais, o mesmo se passando em Castelo Branco, Évora (onde amanhã haverá um plenário e distribuição de documentos à população), Guarda, Viana do Castelo, Leiria, Algarve, Viseu, Aveiro, Vila Real e Portalegre.

A campanha termina no sábado e nela a CGTP acusa o Governo de ter procedido a um aumento brutal das taxas moderadoras e dos medicamentos, limitando o acesso à saúde à maioria da população.

Para a central sindical trata-se de um caso de injustiça social, pois as taxas moderadoras vão actuar indiscriminadamente sobre os cidadãos.

Na terça-feira passada, em Sintra, na maioria dos centros de saúde do concelho (com destaque para Sintra, Mem Martins, Belas, Pero Pinheiro, Casal de Cambra, Queluz, Monte Abraão, Cacém e Rio de Mouro) os sindicatos recolheram inúmeras assinaturas para o abaixo-assinado de protesto tendo mesmo os utentes ocupado o Centro de Saúde do Cacém durante meia-hora, onde foi lida uma intervenção do coordenador da delegação dos sindicatos do concelho, Jacinto Higinio Domingos, e aprovada uma moção que exige a revogação das taxas moderadoras.

## Itália Crise e terror

À 16ª votação no parlamento italiano, Oscar Scalfaro foi eleito Presidente da República. Uma eleição que entretanto é considerada como solução possível, e que não garante a abertura de qualquer verdadeira solução para a crise política e socio-económica que o país vive.

Pouco antes — dramático testemunho da gravidade dos problemas em causa — realizavam-se em Palermo os funerais do juiz Giovanni Falcone, da sua mulher e dos três guardas, mortos num atentado terrorista atribuído à Máfia.

No momento em que a cerimónia começava, as três grandes centrais sindicais organizaram uma greve nacional de uma hora, por toda a Itália. Na Sicília a greve teve uma duração de quatro horas e em Palermo de oito horas.

Atribuído o crime à Máfia, cabe lembrar que a «cosa nostra» tem múltiplos tentáculos, e não poucos na área do poder político. Muitas são as questões que se levantam, como a colocada no funeral das vítimas pelo próprio cardeal Salvatore Pappalardo, ao questionar: «A viagem do magistrado a Palermo era secreta. Quem a conhecia? Quem a revelou àqueles que executaram o atentado?»

Giovanni Falcone, agora assassinado em Palermo, era director-geral do Ministério da Justiça, considerado um símbolo da luta contra a Máfia, e foi reponsável do processo que em 1986 levou à prisão de 486 membros da «cosa nostra».

Começou a colaborar com o juiz Rocco Chinnici (assassinado em 1983) nos anos 70. Foi com Caetano Costa (assassinado em 1985) que estruturou o grupo anti-Máfia.

No livro que escreveu sobre a «cosa-nostra», Falcone descreve-a «como um sistema de poder e como patologia do poder que se converte em Estado, ali (Sicília) onde o Estado está tragicamente ausente».